



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO MARANHÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

São Luís/MA - 2011



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO MARANHÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

São Luís/MA - 2011



SUMÁRIO

Apresentação.....	17
1- Identificação.....	19
2- Informações sobre o Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira da Unidade.....	20
2.1- Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	20
2.1.1- Competência Institucional.....	20
2.1.2- Objetivos Estratégicos.....	22
2.2- Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais	23
2.2.1- Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade.....	23
2.2.2- Análise do Plano de Ação da Unidade Referente ao Exercício a que se Referir o Relatório de Gestão.....	25
2.3- Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade.....	30
2.3.1- Divisão de Defesa Agropecuária.....	30
2.3.1.1- Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	30
2.3.1.1.1- Principais Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas....	30
2.3.1.1.1.1- Ação 47450000 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.....	30
2.3.1.1.1.2- Ação 47460000 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.....	34
2.3.1.1.1.3- Ação 89380000 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.....	38
2.3.1.1.1.4- Ação 89390000 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.....	43
2.3.1.2- Programa 0357 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	47
2.3.1.2.1- Principais Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas....	47
2.3.1.2.1.1- Ação 21340000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	47
2.3.1.2.1.2- Ação 21390000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.....	52
2.3.1.2.1.3- Ação 21800000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	54
2.3.1.2.1.4- Ação 21810000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.....	57
2.3.1.2.1.5- Ação 47380000 – Erradicação da Mosca da Carambola.....	59
2.3.1.2.1.6- Ação 48420000 – Erradicação da Febre Aftosa.....	69
2.3.1.2.1.7- Ação 85720000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais....	74
2.3.1.2.1.8- Ação 86580000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.	81
2.3.1.3- Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.....	89
2.3.1.3.1- Principais Ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários..	89
2.3.1.3.1.1- Ação 20190000 – Fiscalização de Material Genético Animal.....	89
2.3.1.3.1.2- Ação 21240000 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal..	92
2.3.1.3.1.3- Ação 21400000 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	95
2.3.1.3.1.4- Ação 21410000 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	98
2.3.1.3.1.5- Ação 21790000 – Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	101
2.3.1.3.1.6- Ação 29090000 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	105
2.3.2- Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário.....	108
2.3.2.1- Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual.....	108
2.3.2.1.1- Principais Ações do Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual.....	109



2.3.2.1.1.1- Ação 2B470000 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.	109
2.3.2.2- Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade..	111
2.3.2.2.1- Principais Ações do Programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade.....	112
2.3.2.2.1.1- Ação 86060000 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico....	112
2.3.2.3- Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.....	115
2.3.2.3.1- Principais Ações do Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.....	115
2.3.2.3.1.1- Ação 2B170000 – Fiscalização de Contratos de Repasse.....	115
2.3.2.4- Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.....	118
2.3.2.4.1- Principais Ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários..	118
2.3.2.4.1.1- Ação 21770000 – Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	118
2.3.3. Área Administrativa.....	121
2.3.3.1. Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	121
2.3.3.1.1. Principais Ações do Programa.....	121
2.3.3.1.1.1. Ação 47160000 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	121
2.4. Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	132
2.5. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	133
2.5.1. Programação Orçamentária das Despesas.....	133
2.5.2. Execução Orçamentária.....	135
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por Insuficiência de créditos ou recursos.....	137
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	137
5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade, contemplando as seguintes perspectivas.....	138
5.1. Composição do quadro de servidores ativos.....	138
5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	140
5.3. Composição do quadro de Estagiários.....	140
5.4. Quadro de custos de Recursos Humanos.....	141
5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	142
6. Informação sobre as transferências mediante convênios, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício.....	144
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	149
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	149
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos.....	149
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento,	



Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.....	151
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	152
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos.....	154
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.....	154
14 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.....	154
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	155
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de Controle Interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....	156
ANEXOS.....	159



LISTA DE TABELAS, QUADROS E DECLARAÇÕES

Quadro I	Dados gerais do programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....	30
Quadro II	Dados gerais da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.....	30
Tabela I	Metas e resultados da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.....	31
Tabela II	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.....	31
Quadro III	Indicadores de desempenho da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.....	33
Tabela III	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no triênio 2008-2010.....	33
Quadro IV	Dados gerais da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.....	34
Tabela IV	Metas e resultados da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.....	35
Tabela V	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.....	35
Tabela VI	Despesas realizadas na ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais para participação em evento.....	36
Quadro V	Indicadores de desempenho da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.....	37
Tabela VII	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no triênio 2008-2010.....	37
Quadro VI	Dados gerais da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.	38
Tabela VIII	Metas e resultados da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.....	39
Tabela IX	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.....	40
Tabela X	Descrição da previsão e execução de recursos utilizados exclusivamente para o cumprimento da meta física da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.....	40
Tabela XI	Descrição da previsão e execução de despesas financeiras com deslocamentos interestaduais da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.....	40
Quadro VII	Indicadores de desempenho da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.....	42
Tabela XIII	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no triênio 2008-2010.....	42
Quadro VIII	Dados gerais da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.	43
Tabela XIV	Metas e resultados da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no exercício.....	43
Tabela XV	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no exercício.....	44



Tabela XVI	Despesas realizadas na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal para participação em eventos.....	45
Quadro IX	Indicadores de desempenho na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.....	46
Tabela XVII	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no triênio 2008-2010.....	47
Quadro X	Dados gerais do programa Segurança da Sanidade na Agropecuária.....	47
Quadro XI	Dados gerais da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	47
Tabela XVIII	Metas e resultados da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	48
Tabela XIX	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	49
Tabela XX	Descrição das despesas realizadas com fiscalizações na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos...	49
Tabela XXI	Despesas realizadas na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos com participação em eventos.....	49
Tabela XXII	Recursos para a ação Fiscalização de Sementes e Muda (PI Fiscalsem1) descentralizados na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	50
Quadro XII	Indicadores de desempenho da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	51
Tabela XXIII	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos do triênio 2008-2010.....	51
Quadro XIII	Dados gerais da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.....	52
Tabela XXIV	Metas e resultados da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos no exercício.....	52
Quadro XIV	Indicadores de desempenho da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.....	53
Quadro XV	Dados gerais da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	54
Tabela XXV	Metas e resultados da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	54
Tabela XXVI	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	55
Tabela XXVII	Despesas executadas da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos para participação em eventos.....	55
Quadro XVI	Indicadores de desempenho da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	56
Tabela XXVIII	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos no triênio 2008-2010.....	57



Quadro XVII	Dados gerais da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.....	57
Tabela XXIX	Metas e resultados da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos no exercício.....	58
Quadro XVIII	Indicadores de desempenho da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.....	58
Tabela XXX	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos no triênio 2008-2010.....	59
Quadro XIX	Dados gerais da ação Erradicação da Mosca da Carambola.....	59
Quadro XX	Número de armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas por município para a monitoração da mosca da carambola, <i>Bractrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2010.....	60
Quadro XXI	Quantidade de coletas realizadas por microrregião onde se encontram instaladas armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas para a captura da mosca da carambola, <i>Bractrocera carambolae</i> (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2010.....	61
Tabela XXXI	Metas e resultados da ação Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.....	62
Tabela XXXII	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.....	63
Tabela XXXIII	Despesas realizadas com monitorações na ação Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.....	63
Tabela XXXIV	Despesas realizadas na ação Erradicação da Mosca da Carambola para participação em eventos.....	64
Quadro XXII	Indicadores de desempenho da ação Erradicação da Mosca da Carambola.....	67
Tabela XXXV	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Erradicação da Mosca da Carambola no triênio 2008-2010.....	67
Quadro XXIII	Dados gerais da ação Erradicação da Febre Aftosa.....	69
Tabela XXXVI	Metas e resultados da ação Erradicação da Febre Aftosa no exercício.....	69
Tabela XXXVII	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Erradicação da Febre Aftosa no exercício.....	70
Tabela XXXVIII	Despesas realizadas na ação Erradicação da Febre Aftosa para participação em eventos.....	71
Quadro XXIV	Indicadores de desempenho da ação Erradicação da Febre Aftosa.....	73
Tabela XXXIX	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Erradicação da Febre Aftosa no triênio 2008-2010..	73
Quadro XXV	Dados gerais da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.....	74
Tabela XL	Metas e resultados da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.....	75
Tabela XLI	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.....	78
Tabela XLII	Despesas realizadas na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais para participação em eventos.....	79
Tabela XLIII	Recursos para a ação Fiscalização de Sementes e Mudas (PI Fiscalsem1) descentralizados na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.....	80



Quadro XXVI	Dados gerais da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.....	81
Tabela XLIV	Metas e resultados da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.....	82
Tabela XLV	Relação do número de supervisões programadas e realizadas por Programa Nacional de Sanidade Animal coordenados pelo Departamento de Sanidade Animal no Estado do Maranhão em 2010.....	83
Tabela XLVI	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.....	83
Tabela XLVII	Despesas executadas na ação Erradicação da Febre Aftosa para participação em eventos.....	84
Quadro XXVII	Indicadores de desempenho da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.....	88
Quadro XXVIII	Dados gerais do programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários....	89
Quadro XXIX	Dados gerais da ação Fiscalização de Material Genético Animal.....	89
Tabela XLVIII	Metas e resultados da ação Fiscalização de Material Genético Animal no exercício.....	90
Tabela XLIX	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Material Genético Animal no exercício.....	90
Quadro XXX	Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Material Genético Animal.....	91
Tabela L	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Material Genético Animal no triênio 2008-2010.....	91
Quadro XXXI	Dados gerais da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	92
Tabela LI	Metas e resultados da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.....	92
Tabela LII	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.....	93
Tabela LIII	Despesas realizadas com fiscalizações na ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	93
Tabela LIV	Despesas realizadas na ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal com eventos.....	93
Quadro XXXII	Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.....	94
Tabela LV	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no triênio 2008-2010.....	94
Quadro XXXIII	Dados gerais da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	95
Tabela LVI	Metas e resultados da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.....	95
Tabela LVII	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.....	96
Tabela LVIII	Despesas realizadas com fiscalização na ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	96
Tabela LIX	Despesas realizadas na ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário com participação em eventos.....	96



Quadro XXXIV	Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	97
Tabela LX	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no triênio 2008-2010.....	97
Quadro XXXV	Dados gerais da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes...	98
Tabela LXI	Metas e resultados da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.....	98
Tabela LXII	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.....	99
Tabela LXIII	Despesas realizadas com fiscalizações na ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	99
Tabela LXIV	Despesas realizadas na ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes com eventos.....	99
Quadro XXXVI	Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.....	100
Tabela LXV	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no triênio 2008-2010.....	101
Quadro XXXVII	Dados gerais da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	101
Tabela LXVI	Metas e resultados da ação da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.....	102
Tabela LXVII	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.....	102
Tabela LXVIII	Despesas realizadas com fiscalizações na ação Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	102
Tabela LXIX	Despesas realizadas na ação Fiscalização de Sementes e Mudanças com participação em eventos.....	103
Quadro XXXVIII	Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças.....	104
Tabela LXX	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças no triênio 2008-2010.....	105
Quadro XXXIX	Dados gerais da ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.....	105
Tabela LXXI	Metas e resultados da ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins no exercício.....	106
Tabela LXXII	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins no exercício.....	106
Tabela LXIII	Despesas realizadas Na ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins para a participação em eventos.....	107
Quadro XL	Dados gerais do programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual.....	108
Quadro XLI	Dados gerais da ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.....	109
Tabela LXXIV	Metas e resultados da ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no exercício.....	110
Tabela LXXV	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no exercício.....	110
Tabela LXXVI	Despesas realizadas na ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários com participação em eventos.....	111



Quadro XLII	Dados gerais do programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade.....	111
Quadro XLIII	Dados gerais da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.....	112
Tabela LXXVII	Metas e resultados da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no exercício.....	113
Tabela LXXVIII	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no exercício.....	113
Quadro XLIV	Indicadores de desempenho da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.....	114
Tabela LXXIX	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no triênio 2008-2010.....	115
Quadro XLV	Dados gerais do programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	115
Quadro XLVI	Dados gerais da ação Fiscalização de Contratos de Repasse.....	115
Tabela LXXX	Metas e resultados da ação Fiscalização de Contratos de Repasse no exercício	116
Tabela LXXXI	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Contratos de Repasse no exercício.....	116
Quadro XLVII	Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Contratos de Repasse	117
Tabela LXXXII	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Contratos de Repasse no triênio 2008-2010.....	117
Quadro XLVIII	Dados gerais da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	118
Tabela LXXXIII	Metas e resultados da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício	118
Tabela LXXXIV	Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.....	118
Tabela LXXXV	Despesas realizadas na ação Fiscalização de Serviços Agrícolas com participação em eventos.....	119
Quadro XLIX	Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas.....	120
Tabela LXXXVI	Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas no triênio 2008-2010.....	120
Quadro L	Dados gerais do Programa Apoio Administrativo.....	121
Quadro LI	Dado gerais da ação Dados gerais da ação Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.....	121
Quadro LII	Relação de processos de dispensas de licitação.....	122
Quadro LIII	Relação de processos de inexigibilidade.....	123
Quadro LIV	Relação de processos de pregão.....	123
Quadro LV	Contratos em vigor.....	125
Quadro LVI	Atividades do Setor de Transporte.....	126
Quadro LVII	Demonstrativo Orçamentário/financeiro.....	128
Quadro LVIII	Evolução dos Gastos Gerais.....	128
Quadro LIX	Doação de material da coleta seletiva 2008.....	129
Quadro LX	Doação de material da coleta seletiva 2009.....	129
Quadro LXI	Doação de material da coleta seletiva 2010.....	129
Quadro LXII	Dados quantitativos gerais sobre o exercício de 2010 da SFA/MA.....	131
Quadro LXIII	Execução Física das ações realizadas pela UJ.....	132
Quadro LXIV	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	133
Quadro LXV	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ.....	135



Quadro LXVI	Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos Originários da UJ.....	136
Quadro LXVII	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ.....	136
Quadro LXVIII	Restos a pagar.....	137
Quadro LXIX	Composição do quadro de servidores ativos.....	138
Quadro LXX	Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária.....	139
Quadro LXXI	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade.....	139
Quadro LXXII	Composição do Quadro de Servidores Inativos.....	140
Quadro LXXIII	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.....	140
Quadro LXXIV	Composição do Quadro de Estagiários.....	140
Quadro LXXV	Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010...	141
Quadro LXXVI	Contratos De Prestação De Serviços De Limpeza E Higiene E Vigilância Armada.....	142
Quadro LXXVII	Contratos de Prestação De Serviços Com Locação De Mão-De-Obra.....	143
Quadro LXXVIII	Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato De Prestação De Serviços Com Locação De Mão-De-Obra.....	143
Quadro LXXIX	Informação sobre as transferências mediante convênios.....	144
Quadro LXXX	Resumo dos Instrumentos de Transferências Celebrados Pela Uj nos Três Últimos Exercícios.....	147
Quadro LXXXI	Estrutura de Controles Internos da UJ.....	149
Quadro LXXXII	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	151
Quadro LXXXIII	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	152
Quadro LXXXIV	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	153
Quadro LXXXV	Cartão de Pagamento do Governo Federal.....	154
Quadro LXXXVI	Deliberações TCU.....	155
Quadro LXXXVII	Recomendações OCI 01.....	156
Quadro LXXXVIII	Recomendações OCI 02.....	157
Quadro LXXXIX	Recomendações OCI 03.....	157



LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS

ABRASEM- Associação Brasileira de Sementes e Mudanças
AGE- Assessoria de Gestão Estratégica
AGED-MA- Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão
AP- Nº de Auditorias Programadas
APPCC- Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
AR- Nº de Auditorias Realizadas
BPF- Boas Práticas de Fabricação
CEF- Caixa Econômica Federal
CFIC/DFIA- Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
CFO- Certificados Fitossanitários de Origem
CFP- Nº de Contratos Fiscalizados Programados
CFR- Nº de Contratos Fiscalizados Realizados
CGAA/DFIA- Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins
CGOFC- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
CGPP/DSV- Coordenação-Geral de Proteção de Plantas
CGQV/DIPOV- Coordenadoria Geral de Qualidade Vegetal
CGTI- Coordenação-Geral de Tecnologia e Informação
CGU- Controladoria-Geral da União
CGVB/DIPOV- Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas
CIG/DEPTA- Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
CNAE- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CSM/DFIA- Coordenação de Sementes e Mudanças
CTNBio- Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CTP- Custo Total Programado
CTR- Custo Total Realizado
CUP- Custo Unitário Programado
CUR- Custo Unitário Realizado
DDA/SFA-MA- Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão
DEPDAG/SFA-MA- Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão
DEPROS- Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DEPTA- Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DFIA- Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DIEL/SDC- Departamento de Infra-Estrutura, Logística e Parcerias Institucionais
DIPOA- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DIPOV- Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DSA/SDA- Departamento de Saúde Animal
DSV/SDA- Departamento de Sanidade Vegetal
DT/SFA-MA- Divisão Técnica da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão
EEB- Encefalopatia Espongiforme Bovina
Embrapa- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO- Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação



Febreaftos- Erradicação da Febre Aftosa
FFA- fiscal federal agropecuário
FIP- Nº de Fiscalizações/Inspeções Programadas
FIR- Nº de Fiscalizações/Inspeções Realizadas
Fiscalsem1- Fiscalização de Sementes e Mudas
Fiscanimal1- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus
Produtos e Insumos
Fiscgene- Fiscalização de Material Genético Animal
Fiscorgen- Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FP- Nº de Fiscalizações Programadas
FR- Nº de Fiscalizações Realizadas
GM- Geneticamente modificado
ha- hectare
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG- Indicações geográficas
Inspanimal3- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
IP- Nº de Estabelecimentos Inspeccionados Programados
Ipvegetal2- Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
IR- Nº de Estabelecimentos Inspeccionados Realizados
Lanagro- Laboratório Nacional Agropecuário
LOA- Lei Orçamentária Anual
Manut- Plano Interno de Manutenção
MAPA- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MP- Nº de Monitorações Programadas
MR- Nº de Monitorações Realizadas
NAJ- Núcleo de Assessoramento Jurídico
OGM- Organismos geneticamente modificados
ONU- Organização das Nações Unidas
Padclassif- Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
PBP- Nº de Pessoas Beneficiadas Programado
PBR- Nº de Pessoas Beneficiadas Realizado
PCE Animal- Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
PCE Vegetal- Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PF- Pessoa Física
PI- Plano Interno
PJ- Pessoa Jurídica
PNCEBT- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose
Animal
PNEFA- Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa
PNEMC- Programa de Erradicação da Mosca da Carambola
PNSE- Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
PNSS- Programa Nacional de Sanidade dos Suínos
PP- Nº de Partidas Fiscalizadas Programadas
PPA- Plano Plurianual
PPHO- Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional
PR- Nº de Partidas Fiscalizadas Realizadas
PrFP- Nº de Produtos Fiscalizados Programado
PrFR- Nº de Produtos Fiscalizados Realizado
RENASEM- Registro Nacional de Sementes e Mudas



RP- Relação Percentual.
RT- Responsável Técnico
SAD/SFA-MA- Serviço de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão
Sagrima- Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão
SDA/MAPA- Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC/MAPA- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SE- Secretaria Executiva
SEDESA/DT/SFA-MA - Serviço de Sanidade Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão
SEFAG/DDA/SFA-GO- Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura em Goiás
SEFAG/DDA/SFA-MA- Serviço de Fiscalização Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão
SEPDAG/DT-MA- Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/MA- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão
SFA/SP- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em São Paulo
SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICAF- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
Siconv- Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIF- Serviço de Inspeção Federal
Sigplan- Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIOR- Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras
SIORG- Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAG/DT-MA- Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão
Siplan- Sistema Integrado de Planejamento
SISA/DDA/SFA-MA- Serviço de Inspeção e Saúde Animal da Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão
SISV/DDA/SFA-MA- Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal da Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão
SP- Nº de Supervisões Programadas
SR- Nº de Supervisões Realizadas
SUASA- Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
SVO- Serviço Veterinário Oficial
t- tonelada
TCU- Tribunal de Contas da União
TI- Tecnologia da Informação
UEMA- Universidade Estadual do Maranhão
UJ- Unidade Jurisdicionada
USP- Nº de Unidades Supervisionadas Programadas
USR- Nº de Unidades Supervisionadas Realizadas
UVAGRO/ITM/DDA-MA- Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto do Itaqui-Madeira
VA- Variação Absoluta



VIGIAGRO/DT-MA- Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão

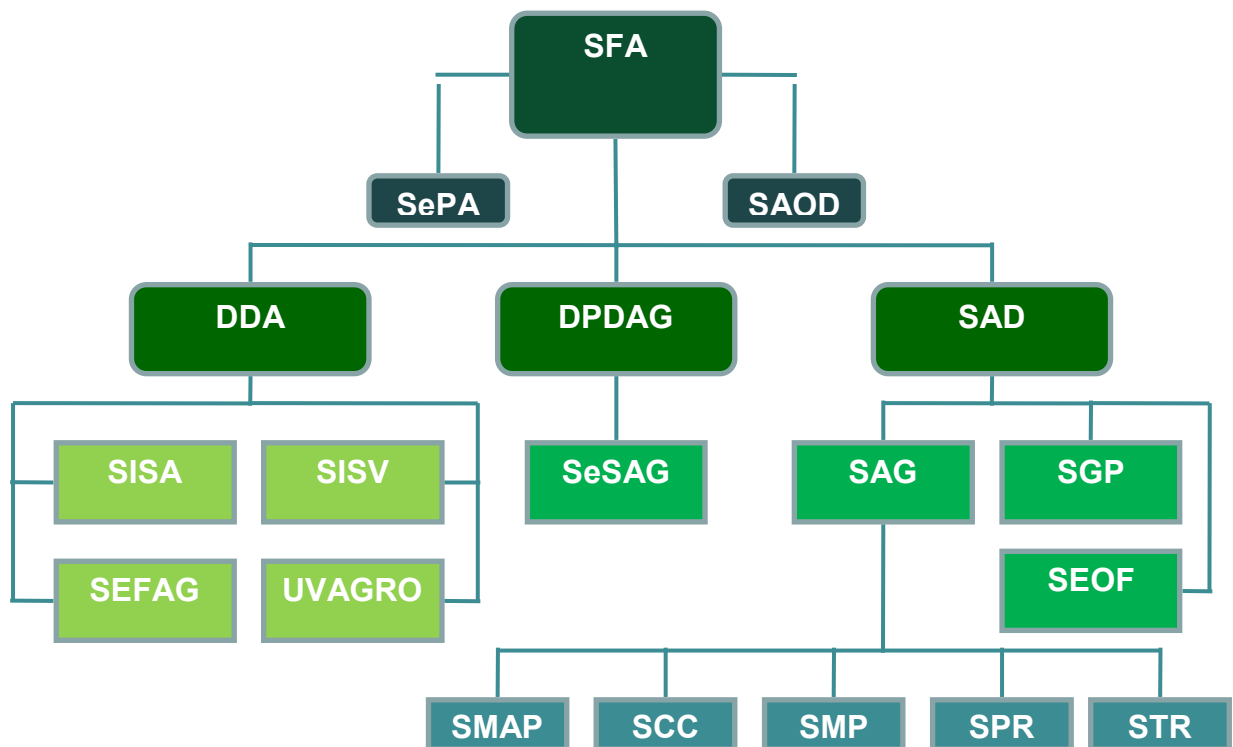
Vigifito- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Vigizoo- Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos

VR- Variação Relativa



ORGANOGRAMA FUNCIONAL





APRESENTAÇÃO

Registra-se no presente Relatório de Gestão, elaborado pela Divisão de Defesa Agropecuária (DDA/SFA-MA), Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG/SFA-MA) e pela Seção de Apoio e Divulgação (SAOD/SFA-MA) da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão (SFA-MA), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), de maneira sucinta e objetiva, as principais realizações e atividades executadas e os avanços qualitativos e quantitativos na gestão da SFA-MA no decorrer do exercício de 2010 através de dados construídos de modo a atender orientações dos órgãos de fiscalização e controle. Com relação ao aspecto de avaliação, a expectativa é que as ações realizadas e inseridas neste documento revelem as prioridades assumidas, visando atingir aos objetivos da realidade estadual, apresentando indicadores de gestão com os resultados alcançados.

A SFA-MA seguiu para a elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2010, que integra a Prestação de Contas desta Unidade Gestora, as orientações previstas nos normativos legais Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, Portaria TCU nº 277, de 07 de dezembro de 2010 e Portaria CGU nº 2546, de 27 de dezembro de 2010.

De acordo com as diretrizes e programas estratégicos contidas no Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2008-2011 (Lei Federal nº 11.653, de 07 de abril de 2008), o qual apresenta o intuito de superar o desafio de acelerar o crescimento econômico, de promover a inclusão social e de reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais, o presente documento contextualiza as responsabilidades institucionais, a estratégia de atuação, as informações técnico-administrativas de natureza quantitativa e qualitativa, com a devida apresentação das metas físicas e orçamentárias programadas e executadas, e a estrutura de custos da Unidade, o que se faz refletir todo o conjunto do trabalho efetivamente realizado pela SFA-MA.

O Relatório de Gestão constitui-se no instrumento informativo que contém os resultados das atividades programadas nos sete Programas e 23 Ações que são executados pela SFA-MA. Esse documento apresentará os principais avanços da SFA-MA que resultaram na oferta de serviços para os diferentes setores envolvidos no agronegócio maranhense.

Este Relatório segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União com informações e dados sobre os indicadores institucionais de eficácia e eficiência, que são dois indicadores que auxiliam na análise direta dos resultados alcançados por essa Superintendência pelos órgãos de controle externo, sem desconsiderar as metas cadastradas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O trabalho desenvolvido por essa Superintendência no ano de 2010 contemplou uma diversidade de programas e ações centrados na inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, na fiscalização de insumos e produtos agropecuários, na defesa sanitária animal e vegetal, na vigilância internacional e no fomento às atividades agrícolas e pecuárias, os quais estão com os resultados alcançados detalhados a seguir.

Com relação ao aspecto de avaliação, a expectativa é que as ações realizadas e inseridas neste documento revelem as prioridades assumidas, visando atingir aos objetivos da realidade estadual, apresentando indicadores de gestão com os resultados alcançados.

Os resultados apresentados neste Relatório medem o esforço do corpo funcional, como os das chefias de Divisões Técnicas, já que estão sob sua responsabilidade



as unidades encarregadas da execução da série de Programas e Ações inerentes às atividades orçamentárias de inspeção, defesa, vigilância nacional e internacional, classificação e fiscalização agropecuária, fomento e desenvolvimento agropecuário, apoio às atividades de melhoria da infra-estrutura, cooperativismo e associativismo rural.

Igualmente merece referência a atuação da chefia da Seção de Apoio Administrativo (SAD/SFA-MA) a quem cabe a responsabilidade pelos resultados da administração de recursos materiais, financeiros, humanos e de serviços gerais.

O desenvolvimento das ações e os resultados quantitativos e qualitativos alcançados em 2010, enfocando a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental, estão explicitados no presente documento.

Contudo, por se tratar de uma unidade descentralizada da administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, os seguintes itens do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, de 27 de outubro de 2010, não se aplicaram à natureza jurídica da SFA/MA:

3- Informações sobre o reconhecimento de passivos por Insuficiência de créditos ou recursos.

12- Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- a) Planejamento da área;
- b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- c) Segurança da informação;
- d) Desenvolvimento e produção de sistemas;
- e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Obs: os itens elencados são de competência da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/MAPA).

14 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

Missão

Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em benefício da Sociedade Brasileira.

Visão

Ser reconhecido pela Qualidade e Agilidade na implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.



1. IDENTIFICAÇÃO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: EXECUTIVO			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 0014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão			
Denominação abreviada: SFA/MA			
Código SIORG: 2792	Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130069	
Situação: ATIVA			
Natureza Jurídica: ÓRGÃO PÚBLICO			
Principal Atividade: REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS QUESTÕES ECONÔMICAS NA AGRICULTURA; FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato: 98 3131-3410 / 3411		3131-3420 / 3131-3425	FAX: (98) 3131-3419
Endereço eletrônico: gab-ma@agricultura.gov.br			
Página da Internet: www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Praça da República, 147 – Diamante – CEP: 65020-500 – São Luis, Maranhão.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Imperial nº 1067, de 28 de julho de 1860 – Cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.			
Decreto nº 7.501, de 12/08/1909 foi recriada a Pasta da Agricultura.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto 5.351 de 21.01.2005 – D.O.U DE 24.01.2005			
Regimento Interno publicado no D.O.U. de 20/06/2005, aprovado através da portaria Ministerial nº300 de 16/06/2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
As informações dos Manuais de Procedimentos e Publicações são fornecidas pelo Órgão Central do MAPA.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Relação entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	



2- INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1- Responsabilidades Institucionais da Unidade

2.1.1- Competência Institucional

O MAPA foi criado através promulgação pela Assembléia Legislativa do Decreto nº 1067, de 28 de julho de 1860, com a denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, passando a integrar a estrutura formal do Gabinete do 2º Império. No decorrer dos tempos, a estrutura administrativa do MAPA sofreu diversas modificações, entre elas com a mudança do tipo de regime do Governo brasileiro no final do século XIX, que ocorreu com a Proclamação da República. Seguiram-se novas modificações nos anos de 1909 e 1930, até que em 1992 novas alterações na estrutura do atual Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se deram. Quanto à atual denominação, ela foi dada em 2001, incorporando-se a designação pecuária ao seu nome. Por fim, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, manteve a denominação e a estrutura organizacional, sendo-lhe suprido os assuntos relacionados aos assuntos pesqueiros.

A SFA-MA é uma unidade da administração direta descentralizada do MAPA, instituída através do Decreto Federal nº 5351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 24/01/2005, e regulamentada organicamente pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 14/06/2010. As suas atividades também estão respaldadas em leis, decretos, portarias, instruções normativas etc. vigentes.

Para cumprir com a sua missão, o MAPA, tendo como sua representante a SFA-MA no Estado do Maranhão, formula e executa políticas para o desenvolvimento do agronegócio, integrando aspectos mercadológicos, tecnológicos, científicos, organizacionais e ambientais para atendimento dos consumidores brasileiros e do mercado internacional. A atuação do Ministério baseia-se na busca da sanidade animal e vegetal, da organização da cadeia produtiva do agronegócio, da modernização da política agrícola, do incentivo às exportações, do uso sustentável dos recursos naturais e do bem-estar social.

Ademais, todo o trabalho desenvolvido pela SFA-MA visa, sobretudo, o alcance da missão do MAPA, que é “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

Essa Superintendência reúne em seu corpo funcional uma equipe multidisciplinar, com destaque para a carreira de fiscais federais agropecuários, composta por engenheiros agrônomos, médicos veterinários e zootecnistas, e de agentes de inspeção federal agropecuária, que, juntos, exercem um rígido trabalho para garantir a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal; a vigilância e o controle do trânsito interestadual e internacional de vegetais e animais; a inspeção de produtos de origem vegetal e animal e as atividades de combate, erradicação e de prevenção de doenças dos vegetais.

A SFA-MA executa, concomitantemente, atividades relacionadas à promoção da exportação, ao atendimento de missões nacionais e estrangeiras, à promoção da infra-estrutura rural, ao controle da aviação agrícola, à modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

Entre as atribuições concedidas a essa Superintendência, vale destacar o arranjo funcional dado ao sistema de defesa vegetal e animal após a edição do Decreto Federal nº 5741, de 30 de março de 2006, que instituiu o SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária. Esse documento legal transferiu a execução de atividades de sanidade agropecuária, até então de exclusiva responsabilidade da instância central e superior, o MAPA, para outras



instâncias inferiores, como a intermediária, composta pelos estados e Distrito Federal, e a Local, a qual reúne os municípios ou regiões, já que o órgão federal passou a responder pelas atividades de natureza política, estratégica, normativa, reguladora, coordenadora, supervisora, auditora, fiscalizadora e inspetora, menos as de ordem operacional, salvo se determinadas por interesse nacional ou regional. O objetivo do SUASA é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo.

As atribuições regimentais da SFA-MA também são compatíveis com as orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA, podendo ser compartilhadas com as esferas estadual e municipal de governo, por meio de convênios, contratos e ajustes, mantendo-se a responsabilidade pelas metas a serem alcançadas.

Também cabe registrar a parceria profícua firmada com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA), órgão vinculado à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Maranhão, que tem como escopo a manutenção e a reestruturação da defesa agropecuária, com o intuito de manter áreas livres de pragas e doenças no Estado do Maranhão, com destaque à monitoração da ocorrência da sigatoka negra e da mosca da carambola e do trabalho de erradicação da febre aftosa, além de medidas de contingenciamento da Influenza Aviária, no controle e erradicação da brucelose, da ferrugem asiática da soja e do cancro cítrico, cujas ocorrências podem causar um dano desmedido ao agronegócio estadual, com impactos diretos na geração de emprego e renda, inclusão social e superávit da balança comercial.

A Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão está estruturada organizacionalmente em Unidades de Assistência Direta, Unidades Centrais de Execução Finalística, Unidades Descentralizadas de Execução Finalística e Unidades de Apoio Operacional.

As Unidades de Assistência Direta são compostas pelo Serviço de Planejamento e Acompanhamento (SPA/SFA-MA), pela Seção de Planejamento e Acompanhamento (SePA/SFA-MA) e pela Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD/SFA-MA).

As Unidades Centrais de Execução Finalística são as duas divisões técnicas, que são a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA/SFA-MA), composta pelo Serviço de Inspeção e Saúde Animal (SISA/DDA/SFA-MA), pelo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-MA) e pelo Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (SEFAG/DDA/SFA-MA), e também pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG/SFA-MA), composta pela Seção de Suporte Agropecuário (SeSAG/DPAG/SFA-MA).

Na SFA-MA, como Unidade Descentralizada de Execução Finalística há apenas a Unidade de Vigilância Agropecuária do Porto Itaqui-Madeira (UVAGRO/ITM/DDA-MA), que também está sob coordenação da DDA/SFA-MA.

E, por fim, as Unidades de Apoio Operacional são organizadas da seguinte maneira:

- a) Divisão de Apoio Administrativo (DAD/SFA-MA);
 - 1. Seção de Atividades Gerais (SAG/DAD/SFA-MA);
 - 1.1. Setor de Manutenção Predial (SMAP/SAG/SFA-MA);
 - 2. Setor de Compras e Contratos (SCC/DAD/SFA-MA);
 - 3. Setor de Material e Patrimônio (SMP/DAD/SFA-MA);
 - 4. Setor de Protocolo (SPR/DAD/SFA-MA);
 - 5. Setor de Transporte (STR/DAD/SFA-MA);
 - 6. Serviço de Gestão de Pessoas (SGP/DAD/SFA-MA);
 - 7. Serviço de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/DAD/SFA-MA);
- b) Serviço de Apoio Administrativo (SAD/SFA-MA);
 - 1. Seção de Atividades Gerais (SAG/SAD/SFA-MA);
 - 1.1. Setor de Manutenção Predial (SMAP/SAG/SFA-MA);
 - 1.2. Núcleo de Manutenção Predial (NMAP/SAG/SFA-MA);



- 1.3. Setor de Compras e Contratos (SCC/SAD/SFA-MA);
- 1.4. Setor de Material e Patrimônio (SMP/SAD/SFA-MA);
- 1.5. Núcleo de Protocolo (NPR/SAD/SFA-MA);
- 1.6. Núcleo de Transporte (NTR/SAD/SFA-MA);
2. Seção de Gestão de Pessoas (SGP/SAD/SFA-MA);
3. Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF/SAD/SFA-MA).

2.1.2- Objetivos Estratégicos

As atividades finalísticas são contempladas na SFA/MA em função dos Programas e Ações que estão inseridos nas Unidades Centrais de Execução Finalística (SEFAG/DDA/SFA-MA, SISA/DDA/SFA-MA, SISV/DDA/SFA-MA e SeSAG/DPDAG/SFA-MA) e na Unidade Descentralizada de Execução Finalística da UVAGRO/ITM/DDA/SFA-MA.

Os Serviços que estão organizados na SFA-MA são:

- a) O Serviço de Fiscalização de Insumos Agropecuários (SEFAG/DDA/SFA-MA) é o responsável pela atuação no registro e fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos agropecuários e seus respectivos produtos, que abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio. Desta forma, a produção de fertilizantes, corretivos, inoculantes, agrotóxicos e afins, a fiscalização de organismos geneticamente modificados, o comércio de alimentos destinados à alimentação animal, de sementes e mudas, de materiais de multiplicação animal e vegetal e de empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários são controlados pelo SEFAG/DDA/SFA-MA no Estado do Maranhão.
- b) Ao Serviço de Inspeção e Saúde Animal (SISA/DDA/SFA-MA) compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem animal e de saúde animal. Nas atividades zoossanitárias são envolvidas ações de vigilância, prevenção, controle, profilaxia e combate das doenças dos animais. Ao SISA/DDA/SFA-MA cabe supervisionar as atividades desempenhadas pela AGED-MA, órgão estadual executor da defesa agropecuária no Estado do Maranhão, no tocante ao empenho nas atividades de defesa sanitária animal no Estado. Também é responsável pela inspeção de produtos, evitando, com isso, a comercialização de produtos fraudados, adulterados e contaminados bem como a disseminação de zoonoses. Também tem o objetivo de zelar pela manutenção da higiene e segurança alimentar, pela aplicação da legislação pertinente, gerando nos consumidores a confiança com relação à inocuidade e qualidade sanitária dos produtos oferecidos aos mercados tanto nacional como internacional.
- c) Ao Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-MA) compete programar, promover, orientar, controlar e auditar a execução das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal e de sanidade vegetal. O SISV/DDA/SFA-MA tem como principais competências a programação, o controle, a orientação, a promoção e a execução das atividades fitossanitárias que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle, profilaxia e combate das pragas dos vegetais. Assim, como o SISA/DDA/SFA-MA, cabe ao SISV/DDA/SFA-MA supervisionar as atividades desempenhadas pela AGED-MA, órgão estadual executor da defesa agropecuária no Estado do Maranhão, que tem se consolidado como um valioso parceiro nas ações que estão estabelecidas no SUASA. Quanto à inspeção, o SISV/DDA/SFA-MA inspeciona produtos com o intuito de evitar a comercialização de produtos fraudados, adulterados e contaminados, de orientar e verificar a produção de alimentos sanitariamente seguros, contribuindo para a saúde e bem estar do consumidor final. Sua atuação abrange as áreas de classificação de alimentos e de bebidas e vinagres.



d) À Unidade de Vigilância Agropecuária do Itaqui/Madeira (UVAGRO/ITM/DDA-MA), com base na Instrução Normativa nº 36, de 10 de novembro de 2006, que instituiu o Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional, tem como atribuições programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de vigilância agropecuária no porto de Itaqui e no aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado, ambos em São Luís, a fim de garantir a defesa e a inspeção animal e vegetal e a fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários, assim como respaldar os acordos internacionais nos quais o Brasil é signatário.

e) Seção de Suporte Agropecuário (SeSAG/DEPDAG/SFA-MA) responde pela promoção, orientação e acompanhamento da execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, além de promover o relacionamento institucional entre entidades públicas e/ou privadas ligados ao setor agropecuário.

Além dessas competências, a SFA-MA exerceu, de forma permanente, inter-relacionamento com os órgãos estaduais, municipais e entidades ligadas à agropecuária, com vistas a garantir a perfeita integração e cooperação, além de uma política integrada de atuação para o tratamento das atividades fins, objetivando apoiar e garantir melhores condições ao produtor rural e a sociedade como um todo.

2.2 Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais

2.2.1 – Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade

O MAPA dentro da perspectiva de crescimento do agronegócio, onde o mesmo busca sua sustentabilidade, e visando o bem estar da sociedade, ao tentar oferecer um serviço de excelência e qualidade, vem implantando o seu Plano Estratégico desde 2006, onde apresenta de forma sintética e harmônica, a **missão**, a **visão**, os valores organizacionais e as estratégias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em um horizonte de 2006 a 2015.

O Mapa Estratégico é composto de um conjunto de objetivos que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua Visão de Futuro e pelos Indicadores de Desempenhos e Metas associadas aos Objetivos Estratégicos.

A Consecução desses objetivos é realizada por meio de um conjunto de Iniciativas Estratégicas (projetos, tarefas), que não substituem as atividades rotineiras, mas que garantem ao MAPA avançar em qualidade e velocidade no desenvolvimento de seus trabalhos e se transformar numa organização mais ágil e com melhor qualidade dos produtos e serviços providos à sociedade brasileira.

Estes desafios estão divididos em quatro etapas, quais são:

Perspectivas de Pessoas, Aprendizados e Crescimento

- Relaciona a Informação e Conhecimento, Ambiente de Trabalho e Pessoas.

Perspectiva de Processos Internos

- Relaciona a excelência administrativa com a informação, produtos e serviços, articulação e promoção

Perspectiva do Agronegócio e Parceiros e Perspectivas da Sociedade

Estão relacionadas aos processos internos, de pessoas, aprendizagem e crescimento, onde cada servidor realiza os objetivos e cumpre metas através de:

1. **Foco:** como o trabalho de cada servidor contribui para os resultados do Plano Estratégico;
2. **Ação:** relata a execução, o desempenho e a participação de cada servidor dentro do MAPA;
3. **Transformação:** transformar os objetivos e metas em resultados;



4. **Desafios:** identificar os desafios, expandir a competitividade dentro do MAPA;
5. **Futuro:** buscas de oportunidades dentro do MAPA e para o Agronegócio;
6. **Força:** manter o processo de continuidade das ações, fortalecendo cada vez mais a institucionalização do Plano Estratégico do MAPA;
7. **Gestão:** Conseguir transformar todos os trabalhos em resultados de excelência;
8. **Sociedade:** Este é o maior desafio, não somente para a Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão, mas também do MAPA, em atender as necessidade da população em geral, garantindo o acesso a alimentos seguros e saudáveis, gerar empregos, aumentar a renda, estimular a produção agropecuária etc., enfim, promover o desenvolvimento dos compromissos com a sociedade;
9. **Agronegócio e Parceiros:** Alcançar a excelência na produção de informações estratégicas que fortaleçam o Agronegócio, aumentando a credibilidade do MAPA;
10. **Processos Internos:** Processos de trabalhos eficientes e eficazes para vencer os desafios; pois eles são a base estratégica da gestão do MAPA,
11. **Pessoas, Aprendizado e Conhecimento:** O desenvolvimento de competências, talentos fortalecem uma cultura de resultados (pessoas motivadas, boa comunicação e atuação), superando os desafios;
12. **Compromisso:** A conquista do Plano Estratégico do MAPA depende do compromisso de cada servidor, atuando, compartilhando todo o conhecimento a favor do desenvolvimento sustentável e do aumento da competitividade do agronegócio.

Dentro dessa linha de ação, evidenciam-se pontos que estão favorecendo a gestão do MAPA, e um de extrema importância que deve ser ressaltado é o empenho da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA (AGE/MAPA), que durante o ano de 2010 tornou realidade a implantação da Gestão Estratégica nas Superintendências, cujo objetivo maior foi identificar quais são as demandas atuais e futuras que o agronegócio brasileiro apresenta, e o que isso representa para a economia, possibilitando, a médio e longo prazo, a efetivação de um grande passo em direção às questões relacionadas à inovação, qualidade e melhorias dos serviços prestados pela Instituição.

O desafio é consolidar o processo de Gestão Estratégica do MAPA buscando resultados através do compromisso de cada servidor e gestor para que a Missão e Visão sejam cumpridas de acordo com cada proposta.

Para atingir alguns pontos dessas metas estratégicas, a SFA/MA, desde 2009, vem desenvolvendo a implantação do Plano Estratégico com a capacitação de servidores. No ano de 2010, a SFA/MA iniciou um trabalho interno de esclarecimentos/sessão de treinamentos através do Mapa de Aprendizagem, que é uma ferramenta de treinamento e comunicação usada para estimular o diálogo e construir uma compreensão em torno de um tema. Desta forma, até a presente data, conseguiu-se desenvolver oficinas do mapa de aprendizagem para 62 servidores sobre o Plano Estratégico, mostrando assim os *Desafios* que cada servidor deverá seguir, definindo metas claras para cada área do MAPA.

Para que isso seja ilustrado de maneira melhor, segue um rol de ações/atividades desenvolvidas pela SFA/MA para a efetiva implantação do plano Estratégico:

1- Realização de treinamentos para capacitação de servidores quanto ao Plano Estratégico do MAPA, realizados em setembro/2010 em duas etapas:

a- realização de quatro palestras através videoconferência com a comprovação de presença dos servidores através lista de presença, com os temas abaixo:

- A Importância da Estratégia nas Organizações Modernas -12/03/2010;
- Conceituação da Gestão Estratégica – 09/04/2010;
- Competências Conversacionais: O Diferencial da Gestão – 21/05/2010;



- Trabalhando colaborativamente e resolvendo problemas coletivamente – 18/06/2010.

b- realização do Treinamento em Elaboração de Projetos onde sete servidores foram capacitados - setembro 2010.

2- No dia 09/12/2010 foi realizada a 1ª RAE- Reunião de Análise Estratégica, que é a parte do processo de implantação da Gestão Estratégica, onde foram analisados os indicadores de desempenho e seus resultados. As informações dos indicadores feitas pelos responsáveis de cada ação foram levantadas, sendo apurados os três primeiros meses de 2010, tendo a reunião a razão de comparar os números levantados, comparando-se com as metas estabelecidas e propondo ações para a melhora dos resultados estratégicos.

As Reuniões de Análise Estratégica- RAE são um fator primordial no gerenciamento da estratégia a nível local. A inclusão na reunião de um espaço destinado a avaliar as metas de execução física e financeira dos PI's permite o gerenciamento das atividades operacionais, proporcionando a integração entre as diferentes áreas e o alinhamento das atividades operacionais com o Mapa Estratégico.

No entanto, a dificuldade de construção e aferição de alguns indicadores e formatação de algumas tarefas ainda é um impedimento para a utilização mais efetiva das reuniões como instrumento de gestão.

A construção de um sistema de gestão depende de conhecimento gerado internamente pela organização através de seus colaboradores, seja o conhecimento intrínseco do modo de funcionamento da estrutura, o conhecimento técnico e do conhecimento gerencial.

O MAPA avançou enormemente desde o início do processo de gestão estratégica na sua capacidade de formulação e elaboração, estando, porém, ainda aquém das necessidades devido estar em fase de implantação, ou seja, para que a gestão se torne uma gestão de excelência, é necessário operacionalizar melhor os indicadores.

Acredita-se que com a qualificação dos gerentes em elaboração e gestão de projetos, projeto esse lançado no final de 2010 pela Assessoria de Gestão Estratégica, se obterá um incremento significativo na capacitação do corpo gerencial, permitindo uma melhor estruturação das atividades, facilitando a execução e o acompanhamento, trazendo uma maior produtividade às Reuniões de Análise.

2.2.2- Análise do Plano de Ação da Unidade

Num cenário de crescimento econômico, a SFA-MA formula suas estratégias de ação alinhadas à missão do MAPA e aos fundamentos de gestão com o escopo de promover e acompanhar a demanda do mercado nacional e de exportação, apontando a garantia da oferta de produtos e serviços de qualidade e da satisfação dos clientes e das pessoas, a disseminação de práticas de responsabilidade pública, o incentivo à agropecuária a fim de que se adote ferramentas da qualidade e a otimização da aplicação dos recursos financeiros.

A direção da SFA-MA adotou um modelo de gestão baseado no monitoramento dos processos da Instituição, com uniformização de procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação para todos os Serviços. Isto ajudou à SFA-MA a obtenção de resultados expressivos, demonstrados pelos Indicadores de Desempenho Operacionais das ações finalísticas. A quase totalidade das ações foi executada diretamente pelos diferentes Serviços e as restantes foram executadas indiretamente pela AGED-MA.

Em virtude de contingenciamentos ocorridos ao longo do exercício, houve a necessidade de reprogramação de algumas ações previstas nos programas, a fim de que se tenha trabalhado de forma constante e no limite mínimo aceitável para que os serviços não fossem



prejudicados. Cada Serviço gerenciou o(s) seu(s) programa(s) e ação(ões) a fim de atender às metas físicas e financeiras do programa ao qual pertence.

As principais mudanças que estão ocorrendo na agropecuária e que se constituem desafios às atividades da SFA-MA são o aumento da competitividade dos produtos brasileiros; a responsabilidade pela manutenção de alto padrão de sanidade dos alimentos e o alinhamento e integração de ações da SFA-MA com órgãos governamentais, representantes de classe e demais envolvidos com o segmento do agronegócio brasileiro.

Embora parte das ações desenvolvidas pelos diversos Serviços técnicos da SFA-MA seja programada diretamente por alguns departamentos do Ministério, a maioria ainda é definida na Superintendência, porém limitada ao orçamento anual definido por cada Secretaria do MAPA, seus departamentos e coordenações, bem como há a carência de recursos humanos.

Mesmo assim, com as limitações expostas acima, e obedientes ao PPA e ao plano estratégico do MAPA, buscou-se programar as atividades finalísticas atendendo as demandas mais importantes e prioritárias do agronegócio e da sociedade, focados no fortalecimento e reconhecimento do protagonismo que o MAPA exerce nos resultados positivos do setor.

A DEPDAG/SFA-MA tem priorizado políticas públicas agropecuárias consoantes às estaduais e também tem atendido às demandas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do MAPA quanto a atividades de acompanhamento de convênios e análise prévia de contratos de repasse oriundos de emendas parlamentares.

A DEPDAG/SFA-MA executou atividades em quatro programas com diferentes unidades executoras, sendo que o Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual é de competência do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade está sob âmbito do Ministério do Meio Ambiente, os programas Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário e Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários estão sob a égide do MAPA. Essa atuação em vários segmentos da esfera administrativa federal demonstra que a DEPDAG/SFA-MA é um instrumento de inclusão do MAPA no acompanhamento de todos os processos de produção, da lavoura à industrialização dos produtos agropecuários, com vistas a promover o desenvolvimento dos processos produtivos e o acompanhamento dos agricultores.

Dentre os programas da DEPDAG/SFA-MA executados no Estado em 2010, destacaram-se o programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário por meio da ação Fiscalização de Contratos de Repasse, que foi responsável pela fiscalização de dez contratos de execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse da Caixa Econômica Federal com entidades públicas.

Cabe registrar como impacto positivo na ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários a movimentação dos produtores de cachaça em busca da obtenção de seus registros de estabelecimento e produto junto ao MAPA, sendo que o marco-zero foi o primeiro registro de estabelecimento no município de Sucupira do Riachão.

O DEPDAG/SFA-MA pretende implantar um fórum permanente para a discussão de IG e outros sinais distintivos, haja visto os exemplos proporcionados por outros Estados, a fim de viabilizar o caminho do reconhecimento da IG da cachaça e de outros produtos de igual potencial.

A partir de 2010, o DEPDAG/SFA-MA passou a ser responsável pela fiscalização a empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários. Apesar dessa transferência, os serviços não foram prejudicados porque o técnico que era responsável pela ação quando a mesma ainda estava sob a responsabilidade do SEFAG/DT/SFA-MA foi transferido para o mesmo setor para que continue como responsável pelas atividades., razão pela qual a meta física fosse cumprida com folga.

O SISA/DDA/SFA-MA é responsável pelas ações Erradicação da Febre Aftosa, Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e Vigilância e Fiscalização do Trânsito



Interstadual de Animais, seus Produtos e Insumos, os quais fazem parte do Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária, e também pela ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal que faz parte do programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

Dentre os principais resultados alcançados no primeiro Programa citado, destacaram-se, segundo os dados obtidos junto à AGED-MA, as 44.250 cargas fiscalizadas nas barreiras fixas e em blitz no Estado do Maranhão.

Para que o Estado do Maranhão tenha a sua classificação quando à ocorrência de febre aftosa elevada para o status de médio risco para área livre da doença com vacinação, foram empreendidos esforços na supervisão dos serviços executados pela AGED-MA. Para isso, foram executadas 21 auditorias às diversas unidades do órgão estadual de defesa agropecuária, sendo supervisionados desde escritórios menores aos de maior importância administrativa, como preparativos para a supervisão por observadores externos que deverá ser executada em julho de 2011.

O SISA/DDA/SFA-MA também atuou cooperativamente, com destaque à coordenação ao deslocamento de fiscais de defesa animal estadual pertencentes ao quadro da AGED-MA à Calha do Rio Amazonas para empreenderem uma campanha de “agulha oficial” contra a febre aftosa e a peste suína clássica.

A AGED-MA também foi responsável pela visita a 18.072 propriedades rurais, de um universo estimado em mais de 130.000 propriedades com algum tipo de atividade pecuarista, respondendo a atendimentos correspondentes à vigilância passiva do sistema de atenção veterinária oficial, com destaque aos atendimentos referentes às encefalopatias de ruminantes.

Nos programas nacionais em que atua, o SISA/DDA/SFA-MA foi incentivador de resultados expressivos alcançados em 2010. No Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, foram vacinadas 124.900 fêmeas bovinas e bubalinas no Estado, o que resultou em quase de 900% de aumento do número de animais protegidos, foram examinados 46.266 animais para o diagnóstico da brucelose, havendo apenas 919 resultados positivos foram reagentes, e foram examinados 29.769 animais para o diagnóstico da tuberculose.

Também foi responsável pela vacinação de mais de 1,60 milhão de herbívoros contra a raiva, sendo representados em quase a sua totalidade por bovinos, pela captura de 246 morcegos hematófagos e pela detecção de cinco focos de raiva.

O SISA/DDA/SFA-MA também obteve reconhecimento ao ter sido aceito quatro resumos que foram resumos de atividades desenvolvidas aceitos pelo comitê científico do XXI Reunião Internacional de Raiva nas Américas (RITA), que aconteceu em Guadalajara/MEX, tendo como parceiras, entre outras, a Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe.

À cerca do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose dos Animais, examinaram-se 46.2661 animais para teste de brucelose por 87 médicos veterinários habilitados pelo MAPA e que atuam no setor privado em laboratórios credenciados não pertencentes ao Ministério.

O SISA/DDA/SFA-MA agiu preventivamente na vigilância de enfermidades que ainda não foram detectadas no Brasil ou no Estado do Maranhão, como a prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) no primeiro caso e do *scrapie* dos ovinos no segundo.

Além dessas atividades, o SISA/DDA/SFA-MA também atuou nos programas nacionais de Sanidade dos Equídeos, de Sanidade dos Suínos e de Sanidade Avícola no Maranhão.

O SISA/DDA/SFA-MA também realizou ações de inspeção e fiscalização permanente e periódica nas agroindústrias das cadeias produtivas da carne e derivados, do peixe e derivados, do leite e derivados e do mel, tendo sido inspecionados 192 estabelecimentos e 42 fiscalizações a estabelecimentos registrados, cumprindo com a meta estabelecida. Também foram coletadas 40 amostras para análises em laboratório de produtos do Programa Nacional de Controle de Resíduos e



Contaminantes, e nessas foram detectadas não-conformidades. Outras análises microbiológicas e de características físico-químicas foram realizadas em amostras de produtos inspecionados, bem como de amostras para o programa de Listeria e para o programa Encefalopatia Espongiforme Bovina.

O SISV/DDA/SFA-MA tem sob o seu arcabouço técnico, segundo o Plano Plurianual 2008-2011, os programas Segurança da Sanidade na Agropecuária, o qual engloba as ações Erradicação da Mosca da Carambola, Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos, e o programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, com as ações Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados, Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal e Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.

Dentre os principais resultados alcançados no primeiro Programa citado, destacaram-se as 12.328 fiscalizações de cargas de origem vegetal nas barreiras fitoossanitárias e em blitzes nas rodovias estaduais maranhenses realizadas pela AGED-MA.

Com relação à defesa sanitária vegetal, a Área Livre de Sigatoka Negra, uma importante doença quarentenária das bananeiras foi mantida, sendo que um levantamento realizado pela AGED-MA nos bananais distribuídos pelo Estado concluiu que não há focos da ocorrência do patógeno causador da enfermidade. Esse status de Área Livre está sendo mantido desde 2006, quando o Estado do Maranhão foi reconhecido como área isenta da doença.

A monitoração da mosca da carambola também concluiu que nas áreas monitoradas não há a ocorrência dessa praga das frutas, sendo que os esforços para evitar a entrada desse inseto daninho estão sendo empreendidos tanto pela AGED-MA, com a sua atuação nas fiscalizações nas barreiras fitossanitárias e nas ações de monitoração, como pelo SISA/DDA/SFA-MA também com as supervisões aos pontos amostrais de coleta.

O controle da doença ferrugem asiática da soja está sendo realizado pela entrada em vigor do período de vazio sanitário na cultura da soja, que consiste na proibição por um período de sessenta dias, entre agosto e outubro, do cultivo de soja, a fim de diminuir a frequência de inóculos da doença nas áreas produtoras, evitando aumentos de custos de produção e de contaminação ambiental e do alimento com agrotóxicos.

Tanto o SISA/DDA/SFA-MA como o SISV/DDA/SFA-MA analisaram duas propostas de convênio sendo uma em saúde animal e outra em sanidade vegetal, respectivamente, entre a AGED-MA e o MAPA, havendo a demanda de dois técnicos como pareceristas para a análise da viabilidade técnica dos planos de trabalho bem como financeira. Ambas as propostas foram aprovadas, mas não puderam ser executadas por problemas de inadimplência e por falta de honrar a parcela de contrapartida por parte do Governo do Estado do Maranhão e por falta de repasse dos recursos pelo MAPA.

Sobre a ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados, o SISA/DDA/SFA-MA realizou quinze fiscalizações em lavouras de milho com coexistência de plantas modificadas geneticamente e de plantas convencionais em propriedades localizadas na microrregião Gerais de Balsas, cumprindo com a preconização contida na legislação publicada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança.

Os conhecimentos técnicos adquiridos pelo técnico responsável pela ação em treinamento oferecido pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná foram postos em prática, o que gerou um aprimoramento nas fiscalizações executadas.

O SISA/DDA/SFA-MA também realizou ações de inspeção e fiscalização permanente e periódica no âmbito estadual através de visitas e supervisões técnicas aos estabelecimentos produtores de bebidas e ao comércio de cereais.

Na ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais a meta de fiscalização de produtos de origem vegetal foi superada e na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, a meta ficou muito próxima da desejada, com a realização de mais de 90% do número determinado de estabelecimentos inspecionados.



Quanto ao SEFAG/DDA/SFA-MA, esse Serviço apresenta um único programa sob sua gestão, o qual contempla seis ações na área de registro e fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos agropecuários (fertilizantes, agrotóxicos, corretivos e inoculantes) e seus respectivos produtos, bem como a fiscalização do comércio internacional de sementes e mudas, alimentos destinados à alimentação animal, materiais de multiplicação animal e vegetal e o que abrange todos os segmentos da cadeia do agronegócio.

Face o exposto acima, no escopo do SEFAG/DDA/SFA-MA está o Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários com as ações Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário, Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, Fiscalização de Material Genético, Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, Fiscalização de Sementes e Mudanças e Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes. A ação Fiscalização de Serviços Agrícolas, que estava sob a égide desse Serviço, foi transferido para o DEPDAG/SFA-MA em 2010.

Sobressai-se no tocante aos resultados alcançados, a superação das metas estabelecidas pelo órgão central do MAPA, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), afirmando qualidade aos insumos agropecuários produzidos e/ou comercializados no Estado do Maranhão.

Realçam-se a ação Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário, em que a meta foi superada em 2010 mesmo tendo sido aumentada a meta em relação ao exercício anterior; Fiscalização de Sementes e Mudanças, com a fiscalização de estabelecimentos produtores, beneficiadores e comerciais, usuários de sementes e mudas, campos de produção de sementes e a própria fiscalização de sementes com coleta de amostras que se somaram 341- meta 10% superior à estimada.

Quanto à gestão da vigilância agropecuária, a SFA-MA, através da UVAGRO/ITM/DDA-MA, procurou desenvolver ações no Porto do Itaqui-Madeira no sentido de impedir a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária estadual e nacional de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados. Para isso, foram fiscalizadas 660 partidas de origem vegetal e duas de origem animal, referentes às ações Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos, respectivamente.

Convém ressaltar que o quadro funcional da SFA-MA hoje apresenta-se com um déficit de pessoal tanto na área técnica como na área administrativa, havendo necessidade de realização de concursos públicos para sanarem tais carências.

Mesmo com dificuldades, a exemplo da irregularidade na distribuição dos recursos pelo MAPA, déficit de pessoal na atividade meio e fim, a SFA-MA buscou alcançar, em 2010, um salto qualitativo na realização de suas ações.

Apesar dos problemas de descontinuidade na liberação de recursos financeiros em muitos programas e ações, que, de certa forma, dificultaram o cumprimento das metas físicas, o desempenho da SFA-MA foi positivo, tendo a sua equipe técnica e administrativa realizado com maior frequência eficientemente e eficazmente as suas atribuições, de modo a oferecer serviços mais qualitativos e adequados às novas demandas do setor de agronegócio do Estado do Maranhão.



2.3. Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

2.3.1. Área Técnica

2.3.1.1. Divisão de Defesa Agropecuária

2.3.1.1.1. Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Quadro I- Dados gerais do programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar.
Objetivos específicos	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.
Gerente do programa	não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antonio José dos Santos / Roberval Diniz Serra.
Público alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.

Fonte: Sigplan.

2.3.1.1.1.1. Principais Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2.3.1.1.1.1.1. Ação 47450000 - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

Quadro II- Dados gerais da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Biossegurança de Organismo Geneticamente Modificado.
Coordenador nacional da ação	Marcus Vinícius Segurado Coelho.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (PI Fiscorgen) trata do acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos autorizados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), da inspeção física e da verificação documental das atividades de pesquisa e liberação planejada de vegetais geneticamente modificados no ambiente, além da fiscalização das medidas restritivas de biossegurança em liberações comerciais de organismos geneticamente modificados (OGM's), visando assegurar o cumprimento das decisões da CTNBio e legislação correlata aos OGM's: Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, Decreto Federal nº 5.591, de 22 de novembro de 2005, e demais marcos regulatórios da CTNBio.



A ação fiscalizadora do PI Fiscorgen também contribui para que os órgãos governamentais tivessem controle da área cultivada com culturas transgênicas no país, cujo plantio se encontra assegurado por lei.

Com esse objetivo, foram previstas cinco fiscalizações, sendo realizadas quinze fiscalizações de plantios comerciais de milho geneticamente modificado (GM), localizados nos municípios de Balsas, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba e Riachão (Tabela I).

Tabela I- Metas e resultados da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira ¹	R\$ 6.166,50	R\$ 5.227,92	84,78%
Física	5 fiscalizações realizadas	15 fiscalizações realizadas	300,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

¹ Na meta financeira foram previstos recursos para a participação de um técnico em reunião realizada em Natal/RN (R\$ 2.129,20) e para o cumprimento da meta física (R\$ 4.037,30 previstos e R\$ 3.098,72 executados).

Não foram detectadas irregularidades, sendo que os plantios de milho GM estavam de acordo com a Resolução Normativa nº 4/2007, de 16 de agosto de 2007, da CTNBio; ou seja, não foi verificada a presença de qualquer lavoura comercial de milho próxima à área fiscalizada com milho GM.

No total, foram utilizados R\$ 5.227,92 de um montante de R\$ 6.166,50 descentralizados, alcançando-se uma taxa de 84,78% de execução/previsão (Tabela II).

Tabela II- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	3.947,00	3.013,60	76,35
3390-30	Material de Consumo	600,00	594,82	99,14
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.000,00	1.000,00	100,00
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	619,50	619,50	100,00
TOTAL		6.166,50	5.227,92	84,78

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Para as fiscalizações, utilizaram-se os seguintes recursos: R\$ 1.884,40 no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil, R\$ 594,82 foram utilizados no elemento de despesas Material de Consumo e R\$ 619,50 foram executados no elemento de despesas Outros Serviços de Terceiros – PF para o pagamento de diárias a um fiscal de defesa vegetal da AGED-MA, totalizando R\$ 3.098,72. Para essas mesmas fiscalizações, haviam sido programados recursos da monta de R\$ 4.037,30.

Houve a participação do FFA responsável pela ação na reunião técnica de atividades com OGM realizada em Natal/RN, cujos custos foram de R\$ 1.129,20 para o pagamento de diárias e de R\$ 1.000,00 para o pagamento de passagens aéreas, totalizando-se R\$ 2.129,20.

A descentralização de recursos deste Plano Interno ocorreu de forma pontual, por demanda da Superintendência, para o atendimento das atividades fiscais. Não foi realizado provisionamento inicial no exercício fiscal, tendo em vista que as atividades são concentradas em determinadas épocas do ano, em consonância com o ciclo vegetativo das culturas fiscalizadas e também com a demanda de Liberações Planejadas no Meio Ambiente autorizadas pela CTNBio.



Desempenho Operacional

No ano de 2010 não houve pesquisa e liberação planejada no ambiente de OGM's no Estado do Maranhão, sendo apenas fiscalizados plantios comerciais de milho geneticamente modificado com o objetivo de verificar o cumprimento da Resolução Normativa nº 04/2007, da CTNBio, que estabelece as regras de coexistência entre o milho GM e o convencional.

Essa ação foi realizada sobre as lavouras de milho da safra 09/10 e contou com a colaboração de um fiscal da AGED-MA, com conhecimento da região, o que foi de primordial importância, pois a área fiscalizada é muito extensa e de difícil acesso. Foram fiscalizadas 15 propriedades, com o que foi possível alcançar a taxa de 300,00 no índice de eficiência, pois foram programadas a fiscalização de cinco lavouras com milho GM.

Das propriedades fiscalizadas, 100% delas estavam regulares quanto à Norma de Coexistência, ou seja, não foi verificada a presença de qualquer lavoura comercial de milho próxima à área com milho GM fiscalizada. Essa regularidade se deveu ao fato das áreas produtivas serem distantes umas das outras e ao tamanho das propriedades, o que favorece que essa distância seja respeitada. Ainda assim, foi distribuída a Norma de Coexistência nas propriedades e repassadas orientações sobre as normas para o plantio de milho GM.

O custo unitário realizado, de R\$ 206,58, foi 74,42% menor que o programado (R\$ 807,46), devido, principalmente, ao maior número de fiscalizações realizadas (15) diante do que estava programado (cinco) (Quadro III).

Com uma melhor programação das atividades a serem desenvolvidas e com o treinamento do fiscal responsável pelo Plano Interno, pôde-se verificar que a eficiência e a eficácia melhoraram no período de 2008 a 2010 (Tabela III). A eficácia aumentou de 30% para 300% no período e o índice de eficiência de -43,80 para -74,41. Ou seja, o número de propriedades fiscalizadas em relação ao programado aumentou e o custo realizado com relação ao programado diminuiu, resultando em melhoria nos índices de desempenho.

Observou-se que praticamente 100% da área de milho na região fiscalizada, que é a principal produtora da cultura no Estado do Maranhão, constituiu-se de milho GM na safra 09/10, ficando o plantio de milho convencional restrito às áreas de refúgio. Neste contexto, cabe ressaltar a importância da fiscalização exercida pelo SISV/DDA/SFA-MA, tanto nos experimentos autorizados pela CTNBio, no sentido de que as regras de biossegurança sejam cumpridas na íntegra, como também na fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas para o cultivo de vegetais GM.



Quadro III- Indicadores de desempenho da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 206,58 / fiscalização realizada	300,00%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 3.098,72 / 15)$ CUR = R\$ 206,58 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 4.037,30 / 5)$ CUP = R\$ 807,46 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 206,58 - R\\$ 807,46$ VA = - R\$ 600,88 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(206,58 / 807,46) - 1] * 100$ VR = -74,42	Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2010: $VA = FR - FP$ $VA = 15 - 5$ VA = 10 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (15 / 5) * 100$ RP = 300,00%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela III- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-43,80	-24,12	-74,42
Eficácia (%)	30,00	88,89	300,00

Fonte: SFA/MA.



2.3.1.1.1.2. Ação 47460000 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Quadro IV- Dados gerais da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.

Tipo da Ação	Direta
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal.
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol / Fábio Florêncio Fernandes.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A execução da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PI Padclassif) é a forma de assegurar ao consumidor a qualidade dos produtos vegetais em consonância com a legislação que rege a classificação vegetal, através da fiscalização de entidades credenciadas que executam a classificação, bem como pela aferição da identidade e da qualidade desses produtos diretamente junto a processadores, embaladores, distribuidores e comerciantes em geral, evitando-se, dessa forma, um serviço de classificação de forma incorreta, inadequada ou insegura; a destinação para consumo de produtos desclassificados ou em desconformidade com os padrões de classificação aplicáveis, ou, ainda, o empacotamento e comercialização de produtos sem a devida classificação vegetal obrigatória, levando-se a uma incorreta marcação das especificações de qualidade na embalagem por parte dos embaladores, iludindo, dessa forma, o consumidor.

O produto desta ação denomina-se produtos fiscalizados, expressos em toneladas, sendo que havia sido programada a fiscalização de 1800,00 t de produtos. Entretanto, foram fiscalizados 1.853,35 t de produtos, o que fez superar a meta física programada em quase 3,00% (Tabela IV).



Tabela IV– Metas e resultados da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 13.597,12	R\$ 12.631,23	92,90%
Física	1.800,00 toneladas de produtos fiscalizados	1.853,85 toneladas de produtos fiscalizados	102,99%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Além da meta física cadastrada no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, produtos fiscalizados, essa ação dispõe de duas outras metas: o número de amostras coletadas para fins de classificação fiscal, que teve uma meta programada de 30 em 2010, e número de estabelecimentos fiscalizados, cuja meta foi de 100.

Com relação a essas outras metas, os resultados obtidos não foram menos significativos, sendo que no primeiro caso a meta foi transposta, pois foram realizadas 43,33% a mais de coletas de amostras, sendo que 18,60% do total amostrado envolveu perícia. Quanto à segunda meta, essa foi atingida na sua totalidade, ou seja foram fiscalizados exatamente os 100 estabelecimentos previstos. Adicionalmente, também foram realizadas quatro fiscalizações às entidades credenciadas, as quais são a Companhia Nacional de Abastecimento e as firmas General Maritime Service Ltda., SGS do Brasil Ltda. e Empresa de Segurança Alimentar.

Esse aumento significativo verificado na quantidade de amostras coletadas deu-se também em função da demanda da Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal (CGQV/DIPOV) para avaliação da qualidade geral de certos produtos, quais sejam: arroz, feijão, farinha de mandioca e fécula, de modo a dar continuidade ao Programa Nacional de Controle de Qualidade para que seja possível estimar a qualidade geral desses produtos comercializados no Brasil.

Dessas ações realizadas, foram gerados 18 autos de infração, foram aplicadas multas que somaram R\$ 134.829,00, dos quais R\$ 62.808,00 foram arrecadados e dez processos encaminhados para a Dívida Ativa da União.

Para a execução da meta física alcançada, contou-se com recursos executados da ordem de R\$ 12.631,23, que corresponderam a 92,90% dos recursos previstos (Tabela V). Além desses recursos utilizados na execução da meta física, foram utilizados recursos dos elementos de despesa Passagens e Despesas de Locomoção do PI Resíduos (Controle de Contaminações e Resíduos nos Vegetais e seus Produtos) no valor de R\$ 913,24, e do elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil do Ipvegetal2, do qual foram utilizados R\$ 1.406,50, para o pagamento de despesas com participação de um técnico na Reunião Nacional dos Gestores do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), realizada em Fortaleza/CE (Tabela VI).

Tabela V- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	11.418,00	11.037,32	96,66
3390-30	Material de Consumo	1.789,12	1.438,91	84,42
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	390,00	155,00	39,74
TOTAL		13.597,12	12.631,23	92,90

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.



Tabela VI- Despesas realizadas na ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais para participação em evento.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil ¹		Passagens e Despesas com Locomoção ²			
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Participação de um FFA na Reunião Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - Fortaleza/CE – 06 a 10/12/2010.	1.500,00	1.406,50	913,24	913,24	2.413,24	2.319,74
TOTAL	1.500,00	1.406,50	913,24	913,24	2.413,24	2.319,74

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

¹ O pagamento das diárias foi realizado com recursos disponibilizados no PI Ipvegetal2.

² O pagamento das passagens e despesas com locomoção foi realizado com recursos disponibilizados no PI Resíduos.

Pode-se ressaltar também que no elemento de despesas Equipamentos e Material Permanente chegou a ser descentralizado o valor de R\$ 11.000,00. Contudo, apesar da constituição do Termo de Referência para aquisição de móveis e equipamentos permanentes através do processo nº 21022.001805/2010-72, este esbarrou na impossibilidade de realização de Pregão Eletrônico, em função da exiguidade do tempo e do esgotamento dos prazos regulamentares, tendo em vista que o processo tramitou em período de final de exercício (folha 54 do referido processo), e que, por isso, os recursos tiveram que ser devolvidos

Desempenho Operacional

O indicador da taxa de eficiência apresentou um custo unitário realizado menor que o programado da ordem de 9,80% (Quadro V). Essa redução justificou-se pelas circunstâncias de contingenciamento de recursos pela CGQV/DIPOV, aliado às dificuldades para a realização de viagens de fiscalização ao interior do Estado, durante algum tempo, devido aos danos causados às rodovias pelo excesso de chuvas.

No cálculo do indicador de eficácia, o índice conseguido foi de 102,99% da meta física programada, significando que o número de toneladas de produtos fiscalizados foi além da meta física programada em 53,85 t de produtos fiscalizados. Esse resultado só foi possível face ao desdobramento da fiscalização na Sede (microrregião Aglomeração Urbana de São Luís), como forma de compensar uma parte do trabalho que deixou de ser realizada no interior do Estado pelos motivos acima explicitados.

Com relação ao histórico dos resultados verificados para o período de 2008 a 2010, verificou-se que no ano de 2008, através do indicador de eficiência (74%), que o custo unitário realizado foi menor que o programado (Tabela VII). Essa redução justificou-se, principalmente, pelo fato de terem sido desenvolvidas outras ações além do produto principal, as quais estiveram relacionadas com a ocorrência do beribéri, que não haviam sido programadas e que também carregaram recursos outros, como do PI Resíduos, o que colaborou para a baixa utilização dos recursos programados. Quanto à taxa de eficácia, da ordem de 94,55%, as atividades com o beribéri consumiram parte do tempo que poderia ter sido direcionado exclusivamente à fiscalização da classificação vegetal, o que, conseqüentemente, poderia ter gerado melhores resultados.

Em 2009 o indicador da taxa de eficiência (85,31%) evidenciou um custo unitário realizado menor que o programado. Essa redução justificou-se principalmente pelo fato de que algumas estradas encontravam-se interditadas nos primeiros meses do ano em função das fortes chuvas registradas no Estado, impedindo desse modo a realização da fiscalização no interior do Estado nesse período. No cálculo do indicador de eficácia, o índice conseguido foi de 129,59% da meta física programada, significando que o número de toneladas de produtos fiscalizados foi além



da meta física programada em 532,66 t de produtos fiscalizados. Esse resultado só foi possível porque houve a compensação da fiscalização que deveria ter sido realizada no interior do Estado nos primeiros meses do ano pela fiscalização empreendida na região metropolitana de São Luís.

Quadro V- Indicadores de desempenho da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário programado por tonelada de produto fiscalizado em relação à estimativa inicial	Número de produtos fiscalizados (t) realizados em função do programado
Unidade de medida:	R\$/produto fiscalizado (t)	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 6,81 / produto fiscalizado (t)	102,99%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / PrFR)$ $CUR = (R\\$ 12.631,23 / 1.853,85)$ CUR = R\$ 6,81 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / PrFP)$ $CUP = (R\\$ 13.597,12 / 1.800,00)$ CUP = R\$ 7,55 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 6,81 - R\\$ 7,55$ VA = - R\$ 0,74 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(6,81 / 7,55) - 1] * 100$ VR = - 9,80%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Produtos Fiscalizados Realizado e Produtos Fiscalizados Programado em 2010: $VA = PrFR - PrFP$ $VA = 1.853,85 - 1.800,00$ VA = 53,85 Relação Percentual (RP) entre o número de Produtos Fiscalizados Realizado e o número de Produtos Fiscalizados Programado: $RP = (PrFR / PrFP) * 100$ $RP = (1.853,85 / 1.800,00) * 100$ RP = 102,99%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PrFP: nº de Produtos Fiscalizados Programado; PrFR: nº de Produtos Fiscalizados Realizado; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela VII- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	74	85,31	92,90
Eficácia (%)	95	129,59	102,99

Fonte: SFA/MA.



Em 2010, como já foi descrito, tanto para o indicador de eficiência como para o de eficácia, obtiveram-se resultados promissores, apesar das dificuldades enfrentadas, o que denotou o empenho desse Serviço na realização das suas ações.

Para o exercício de 2011, no Plano Operativo Anual do PI Padclassif foram programados recursos da ordem de R\$ 45.000,00, incluindo aí o valor de R\$ 7.855,00 para despesas com locomoção e passagens, sendo que para a execução da meta física, estimada em 1.900 t de produtos fiscalizados, foram estipulados o montante de R\$ 37.145,00.

Apesar dos resultados apresentados, a deficiência de pessoal é um fator que limita a expansão dos trabalhos de fiscalização do setor de Classificação Vegetal do SISV/DDA/SFA-MA.

2.3.1.1.1.3. Ação 89380000 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal

Quadro VI- Dados gerais da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.

Implementação	Direta.
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação; B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida; C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas; D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Inspeção
Coordenador nacional da ação	Marcus Ribeiro de Freitas.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



O Serviço de Inspeção e Saúde Animal - Setor de Inspeção da SFA/MA exerce efetiva ação na manutenção da saúde pública em níveis aceitáveis e combate a fraude econômica, determinando, com isso, a defesa do consumidor por meio de ações de inspeção e fiscalização de produtos agropecuários beneficiados em indústria sob a sua égide. O SISA/DDA/SFA-MA também executa investidas fiscais na comercialização quando das fiscalizações e reinspeções no consumo.

O SISA/DDA/SFA-MA, por meio da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (PI Inspanimal3) realiza ações de inspeção e fiscalização permanente e periódica no âmbito do Estado do Maranhão através das visitas e supervisões técnicas aos estabelecimentos produtores, bem como efetiva, em consonância com os Departamentos, Coordenações e Divisões, auditorias nacionais, o que consolida as atribuições técnicas do Serviço desfechando um cenário efetivo de realizações dos objetivos e metas planejadas para o ano de 2010.

As atividades do SISA/DDA/SFA-MA têm como ponto focal as agroindústrias das cadeias produtivas da carne e derivados, do peixe e derivados, do leite e derivados e do mel, onde as ações da Fiscalização Federal Agropecuária visam a implementação, manutenção e aperfeiçoamento de procedimentos de boas práticas no processamento dos produtos agropecuários a fim de se obter os níveis de conformidade higiênico-sanitários necessários à proteção da saúde do consumidor interno, evitando a dispersão de zoonoses, tais como brucelose, tuberculose, salmonelose e outros produtos nocivos à saúde humana e animal e potencialmente presentes nos alimentos. Ao mesmo tempo esse Serviço trabalha no sentido de que os produtos agropecuários atendam às normas de identidade e qualidade, protegendo o consumidor interno contra abusos e fraudes.

O trabalho é feito basicamente de duas formas: a primeira é a chamada Inspeção Sanitária, onde um Fiscal Federal Agropecuário, de forma permanente ou periódica, realiza nas agroindústrias as atividades previstas na Regulamentação Federal de Inspeção Industrial e Sanitária. A outra maneira consiste na realização de fiscalizações e auditorias periódicas e adoção de outros mecanismos previstos nas normas.

Além da meta física cadastrada no Sigplan, essa ação dispõem de outras duas metas institucionais, fiscalizações/inspeções em estabelecimentos registrados e conformidade de processo/produto, feita através de coleta de amostras, objetivando verificar a inocuidade dos produtos inspecionados.

Com referencia à meta cadastrada no Sigplan, o índice alcançado foi de 100,00% (Tabela VIII). Com referência à meta institucional, o índice foi de 90,48%, ocasionado pela impossibilidade da sua execução devido ao tempo dedicado ao planejamento do Serviço, ao treinamento de Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção em autocontrole, além de longas licenças concedidas a Fiscais Federais Agropecuários.

Tabela VIII- Metas e resultados da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	300.914,60	R\$ 277.632,16	92,26%
Física – Sigplan	192 estabelecimentos inspecionados	192 estabelecimentos inspecionados	100,00%
Física – Institucional	42 fiscalizações a estabelecimentos registrados	38 fiscalizações a estabelecimentos registrados	90,48%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Os recursos financeiros utilizados em 2010 corresponderam a 92,26% dos recursos programados, sendo utilizados R\$ 277,632,16 de um total descentralizado de R\$ 300.914,60 (Tabela IX).



Tabela IX- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	127.399,13	122.817,42	96,40
3390-30	Material de Consumo	31.126,29	16.082,10	51,67
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	28.100,00	25.229,56	89,78
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	2.458,50	2.372,40	96,50
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	9.710,00	9.010,00	92,79
3390-93	Indenizações e Restituições	210,00	210,00	100,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	101.910,68	101.910,68	100,00
TOTAL		300.914,60	277.632,16	92,26

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Para a execução da meta física alcançada, contou-se com recursos liberados da ordem de R\$ 186.645,92, pois para a realização da meta física não foram utilizados recursos para o custeio de viagens interestaduais, que totalizaram R\$ 12.148,00 solicitados e R\$ 6.261,40 executados, nem as despesas realizadas com investimento, dos quais foram utilizados a totalidade dos R\$ 101.910,68 descentralizados e da rubrica Indenizações e Restituições (Tabelas X e XI). Do montante disponibilizado para o cumprimento das metas físicas, foram gastos R\$ 169.250,08, ou seja, 90,68%.

Tabela X- Descrição da previsão e execução de recursos utilizados exclusivamente para o cumprimento da meta física da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	118.251,13	117.125,52	99,05
3390-30	Material de Consumo	31.126,29	16.082,10	51,67
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	25.100,00	24.660,06	98,25
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	2.458,50	2.372,40	96,50
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	9.710,00	9.010,00	92,79
TOTAL		186.645,92	169.250,08	90,68

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Tabela XI- Descrição da previsão e execução de despesas financeiras com deslocamentos interestaduais da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	9.148,00	5.691,90	62,22
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.000,00	569,50	18,98
TOTAL		12.148,00	6.261,40	51,54

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.



A taxa de utilização não foi maior devido ao tempo dedicado ao planejamento do Serviço, a treinamento de Fiscais Federais Agropecuários e Agentes de Inspeção em Autocontrole, além de longas licenças de Fiscais Federais Agropecuários.

Dos resultados obtidos, além dos 38 estabelecimentos inspecionados/fiscalizados, foram enviadas 40 amostras para análises de produtos do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, das quais 12 foram rejeitadas pelo Laboratório. Na mesma linha, coletaram-se seis amostras de leite em pó e pasteurizado para análises físico-químicas em laboratório oficial e credenciado das empresas credenciadas no Maranhão. Todas as seis amostras foram analisadas e apresentaram conformidade com os padrões previstos em legislação. Também foram coletadas 64 amostras para monitoração dos produtos inspecionados, sendo que dessas, 30 foram destinadas à análise físico-química; 16 a análises microbiológicas e 18 amostras foram rejeitadas pelos laboratórios. Além disso, foram coletadas 11 amostras para o programa de Listeria e dez para o programa Encefalopatia Espongiforme Bovina.

Desempenho Operacional

O indicador da taxa de eficiência apresentou um custo unitário realizado maior que o programado da ordem de 0,22%, ou seja, o custo da inspeção / fiscalização realizada foi maior que o custo da fiscalização programada (Quadro VII). Esse aumento justifica-se por repetidas licenças de Fiscais Federais Agropecuários e por substituições de encarregados de Serviços de Inspeção Federal (SIF) para atender compensações em horas trabalhadas, gerando aumento das despesas devido aos deslocamentos de outros FFA's localizados no interior do Estado e na sede do SISA/DDA/SFA-MA para desenvolver atividades de FFA's localizados tanto da sede do SISA/DDA/SFA-MA como nos SIF's.

No cálculo do indicador de eficácia, o índice alcançado foi de 90,48% da meta física programada, significando que o número de estabelecimentos credenciados realizado foi menor que a meta física programada de 42 inspeções/fiscalizações.

Ambos os resultados dos indicadores de desempenho foram ocasionados pela disponibilização de recursos durante dois meses do ano em que não puderam ser executados devido ao tempo dedicado ao planejamento das atividades do Serviço, ao treinamento de Fiscais Federais Agropecuários e de Agentes de Inspeção em Autocontrole.

Com relação ao histórico dos resultados verificados para o período de 2008 a 2010, verificou-se que em 2010 a taxa de eficiência foi a menor do período pelo fato de se ter desenvolvido um maior número de ações, especialmente as direcionadas à monitoração dos produtos de origem animal das empresas registradas (coleta de amostras), ocasionando um aumento de despesas (Tabela XIII).

No ano de 2008, constatou-se, através do indicador de eficiência (9,63%), que o custo unitário realizado foi maior que o programado. Esse aumento foi devido ao número de estabelecimentos registrados, solicitações de vistoria de terrenos e novos registros de estabelecimentos, ocasionando um custo mais elevado.

Em 2010, como já foi descrito, tanto para o indicador de eficácia como para o de eficiência, obtiveram-se resultados distinto do programado, ocasionado pela disponibilização de recursos durante dois meses do ano em que não foi possível sua execução devido ao tempo dedicado ao planejamento das atividades do Serviço, ao treinamento de Fiscais Federais Agropecuários e de Agentes de Inspeção em Autocontrole, além de licenças de Fiscais Federais Agropecuários.

Apesar dos resultados apresentados, alguns fatores ainda contribuíram negativamente para que não fosse possível alcançar uma melhor performance da ação, tais como:

- dificuldades na logística com os laboratórios Lanagro;



- dificuldades na movimentação e transferências de servidores motivadas por decisões judiciais.

Quadro VII- Indicadores de desempenho da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário programado por fiscalização/inspeção em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações/inspeções realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização/inspeção	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 4.453,95 / fiscalização/inspeção	90,48%
Fonte:	SISA/DDA/SFA-MA	SISA/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / FIR)$ $CUR = (R\\$ 169.250,08 / 38)$ CUR = R\$ 4.453,95 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / FIP)$ $CUP = (R\\$ 186.645,92 / 42)$ CUP = R\$ 4.443,95 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 4.453,95 - R\\$ 4.443,95$ VA = 10,00 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(4.453,95 / 4.443,95) - 1] * 100$ VR = 0,22%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações/Inspeções Realizadas e Fiscalizações/Inspeções Programadas em 2010: $VA = FIR - FIP$ $VA = 38 - 42$ VA = -4 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações/Inspeções Realizadas e o número de Fiscalizações/Inspeções Programadas: $RP = (FIR / FIP) * 100$ $RP = (38 / 42) * 100$ RP = 90,48%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FIP: nº de Fiscalizações/Inspeções Programadas; FIR: nº de Fiscalizações/Inspeções Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela XIII- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	9,63	65,76	0,22
Eficácia (%)	89,47	58,14	90,48

Fonte: SFA/MA.

Ressalte-se que para o devido cumprimento das responsabilidades e necessidades do serviço, o SISA/DDA/SFA-MA detém um número reduzido de técnicos, o que, apesar de configurar como um fator limitante, não impediu o alcance das metas com a utilização racional dos recursos disponibilizados pela Coordenação de Ação Nacional do PI da fiscalização de produtos agropecuários.



2.3.1.1.1.4. Ação 89390000 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Quadro VIII- Dados gerais da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.

Implementação	Descentralizada.
Finalidade	Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas.
Coordenador nacional da ação	Helder Moreira Borges.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (PI Ipvegetal2), especificadamente na área de bebidas e vinagres, envolve reflexos em três segmentos da sociedade: consumidores, pela garantia da produção de produtos genuinamente seguros à saúde humana; produtores rurais, que na medida em que se assegura a genuinidade dos produtos, se cria obrigatoriamente demanda de maior produção de matéria prima de origem vegetal, gerando emprego e renda para atividade rural, contribuindo para fixação do homem ao campo; e indústrias, que pela ação fiscalizadora e pela obrigação do cumprimento das normas legais a todas as indústrias, estabiliza o mercado, evitando a concorrência desleal e predatória.

Os recursos financeiros utilizados em 2010 nessa ação equivaleram a 76,79% do total disponibilizado, que foi de R\$ 48.850,00 (Tabela XIV). Com relação à meta física, a mesma foi cumprida em 97,33%, pois foram inspecionados 73 estabelecimentos no segmento de bebidas e vinagres de uma meta prevista de 75 estabelecimentos

Tabela XIV- Metas e resultados da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 48.850,00	R\$ 37.513,68	76,79%
Física	75 estabelecimentos inspecionados	73 estabelecimentos inspecionados	97,33%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Ocorreu uma variação quanto à meta física e financeira, pois cumpriu-se a programação quase que na sua totalidade, com um custo financeiro menor com relação ao ano anterior, motivado



pela ação dos agentes fiscais, os quais desenvolveram suas atividades gerando um relação de custo e benefício maior.

Não se atingiu a marca de 100% na execução da meta física, pois esse SISV/DDA/SFA-MA continuou a ser orientado pela Coordenação Geral de Bebidas e Vinho (CGVB/DIPOV) para que fosse focalizada a fiscalização e inspeção às indústrias, deixando a fiscalização e inspeção de estabelecimentos comerciais para eventuais ações quando objeto de denúncias.

Outro motivo que impediu o alcance do cumprimento total da meta física foram férias dos fiscais federais do setor, as quais coincidiram com uma reunião técnica em Fortaleza/CE no mês de dezembro, onde foram deixadas de serem executadas duas inspeções a indústrias, comentário este já transcrito no relatório do Siplan do mês de dezembro. Além disso, a sistemática de fiscalização nas indústrias continua sendo realizadas através de uma lista de verificação de mais de 100 itens, na qual se exige a observação desde a documentação até o produto final.

Vale ressaltar que, a princípio, recebeu-se uma meta de 108 estabelecimentos industriais para inspeção. Porém, com o advento da aplicação da Lista de Verificações de Conformidades e Não Conformidades pela CGVB/DIPOV, a qual exige um tempo de permanência maior nas dependências das indústrias, foi solicitada à CGVB/DIPOV que fosse revista a meta programada, pedido esse que foi prontamente atendido, determinando, então, que a nova meta passasse a ser de 75 estabelecimentos inspecionados, dado este constante na programação operacional e registrado no Siplan.

As inspeções e fiscalizações foram feitas nas indústrias com ênfase na cobrança de documentos fiscais expedidos e melhorias na infra-estrutura física e equipamentos, parâmetros estes que contribuíram diretamente para a melhoria do produto oferecido ao consumidor.

Apreciando-se a meta financeira realizada, observou-se que as principais despesas da ação estiveram relacionadas aos elementos de despesa Diárias – Pessoal Civil e Material de Consumo, ambos necessários para a realização da fiscalização e inspeção de bebidas e vinagres na capital e no interior do Estado (Tabela XV).

Tabela XV- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	25.950,00	23.059,78	88,86
3390-30	Material de Consumo	7.500,00	2.531,10	33,75
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	13.200,00	9.722,48	73,66
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	2.200,00	2.200,00	100,00
TOTAL		48.850,00	37.513,68	76,79

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

No que diz respeito a treinamento e participações em eventos nacionais, foram gastos recursos R\$ 16.802,42 nos elementos de despesas Diárias – Pessoal Civil e Passagens e Despesas com Locomoção para o custeamento de despesas com um treinamento na área de inspeção de estabelecimentos industriais de bebidas no que diz respeito à segurança alimentar, realizado no município de Bento Gonçalves/RS; para a participação em quatro Forças-Tarefa para análise de processos em segunda instância para apuração de prática de infração na sede da CGVB/DIPOV, em Brasília/DF; e para duas participações em Força-Tarefa para análise de processos de registro de produtos na SFA/SP (Tabela XVI).



Tabela XVI- Despesas realizadas na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal para participação em eventos.

EVENTO	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção		Total	
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Força-Tarefa para análise de processos em segunda instancia para apuração de prática de infração - Brasília/DF - 15 a 19/03/10.	1.034,80	1.034,80	nd ¹	597,24	nd	1.632,04
Treinamento em Boas Práticas de Fabricação - Bento Gonçalves/RS - 03 a 07/05/10.	1.176,40	1.176,40	nd	748,24	nd	1.924,64
Força-Tarefa para análise de processos em segunda instancia para apuração de prática de infração – Brasília/DF - 21 a 25/06/10.	1.034,80	1.034,80	nd	777,24	nd	1.812,04
Força-Tarefa para análise de processos de registro de produtos - São Paulo/SP - 05 a 09/07/10.	1.194,10	1.194,10	nd	1.557,24	nd	2.751,34
Força-Tarefa para análise de processos em segunda instancia para apuração de prática de infração – Brasília/DF - 23 a 27/08/10.	1.034,80	1.034,80	nd	1.057,24	nd	2.092,04
Força-Tarefa para análise de processos em segunda instancia para apuração de prática de infração – Brasília/DF - 25 a 29/10/10.	1.034,80	1.034,80	nd	885,24	nd	1.920,04
Força-Tarefa para análise de processos de registro de produtos - São Paulo/SP - 22 a 26/11/10.	981,70	981,70	nd	1.581,24	nd	2.562,94
Reunião Técnica - Fortaleza/CE - 06 a 10/12/10.	1.194,10	1.194,10	nd	913,24	nd	2.107,34
TOTAL	8.685,50	8.685,50	13.200,00	8.116,92	21.885,50	16.802,42

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

¹ valor não determinado.

Ainda para participação em eventos, foram disponibilizados R\$ 1.406,50 no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil para o pagamento de despesas com a participação de um técnico na Reunião Nacional dos Gestores do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, realizada em Fortaleza/CE– evento relacionado à ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PI Padclassif). Para essa despesa, haviam sido solicitados R\$ 1.500,00.

Portanto, dos R\$ 37.513,68 gastos, somente R\$ 19.304,76 foram utilizados para a execução da meta física de um total de R\$ 25,464,50 descentralizados.

Desempenho Operacional

O indicador de eficiência obtido nesse exercício indicou que o custo de uma inspeção foi inferior a 22,11% ao custo unitário programado de uma inspeção (Quadro IX). O resultado obtido foi considerado bom, pois a variação negativa esteve dentro de uma margem de 20%, ocasionando uma situação benéfica, pois conseguiu-se baixar o custo da inspeção sem diminuir a eficiência das ações. Tal desempenho girou em torno da intensificação das ações fiscais nas



indústrias da Capital e do interior do Estado, conforme orientação da Coordenação-Geral de Bebidas e Vinhos.

O índice do indicador de eficácia alcançado foi da ordem de 97,33%, pois o número de fiscalizações realizadas ficou aquém da meta física programada em dois estabelecimentos inspecionados.

Quadro IX- Indicadores de desempenho na ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por estabelecimento inspecionado em relação à estimativa inicial	Número de estabelecimentos inspecionados realizado em função do programado
Unidade de medida:	R\$/estabelecimento inspecionado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 264,45 /estabelecimento inspecionado	97,33%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / IR)$ $CUR = (R\\$ 19.304,76 / 73)$ CUR = R\$ 264,45 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / IP)$ $CUP = (R\\$ 25.464,50 / 75)$ CUP = R\$ 339,53 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 264,45 - R\\$ 339,53$ VA = - R\$ 75,08 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(264,45 / 339,53) - 1] * 100$ VR = -22,11%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Estabelecimentos Inspeccionados Realizado e Estabelecimentos Inspeccionados Programado em 2010: $VA = IR - IP$ $VA = 73 - 75$ VA = - 2 Relação Percentual (RP) entre o número de Estabelecimentos Inspeccionados Realizado e o número de Estabelecimentos Inspeccionados Programado: $RP = (IR / IP) * 100$ $RP = (73 / 75) * 100$ RP = 97,33%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; IP: nº de Estabelecimentos Inspeccionados Programado; IR: nº de Estabelecimentos Inspeccionados Realizado; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Ao observar os índices de eficiência no período de 2008 a 2010, verificou-se que uma semelhança nas taxas conseguidas, sendo que o indicador de eficiência que havia sido positivo em 2009 retornou a uma valor negativo em 2010, assim como fora em 2008 (Tabela XVII). O indicador de eficácia foi inferior a 100%, porém o índice alcançado foi superior ao do verificado em 2009.

Para o exercício de 2011, foi programada através do Siplan a inspeção e fiscalização a 72 estabelecimentos industriais de bebidas e vinagres.



Tabela XVII: Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-21,33	3,72	-22,11
Eficácia (%)	114,12	94,17	97,33

Fonte: SFA/MA.

2.3.1.1.2. Programa 0357 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Quadro X- Dados gerais do programa Segurança da Sanidade na Agropecuária.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Garantir a segurança alimentar.
Objetivos específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do programa	não se aplica
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Genílson Ferreira Santana / Roberval Diniz Serra.
Público alvo (beneficiários)	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

Fonte: Sigplan.

2.3.1.1.2.1. Principais Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

2.3.1.1.2.1.1. Ação 21340000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Quadro XI- Dados gerais da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Tipo da ação	Descentralizada.
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas.
Coordenador nacional da ação	Carlos Artur Franz.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os principais objetivos dessa ação (PI Vigifito) são a defesa e a vigilância que assegurem a sanidade dos vegetais e seus produtos, como a instalação de barreiras fitossanitárias móveis e fixas, a realização de inspeções fitossanitárias e a capacitação técnica.

A fiscalização do trânsito interestadual de vegetais no Estado é realizada pela AGED-MA e supervisionada pelo SISV/DDA/SFA-MA.



Em 2010, a taxa de cumprimento da meta física cadastrada no Sigplan do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi de 94,83%, com 12.328 fiscalizações de cargas efetuadas nos postos de vigilância fitozoossanitária fixas e em blitz nas rodovias do Estado, segundo relatórios técnicos das ações realizadas pela Coordenação de Defesa Vegetal da AGED-MA (Tabela XVIII).

Tabela XVIII- Metas e resultados da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 500.425,24	R\$ 6.749,32	1,35%
Física – Sigplan	13.000 fiscalizações	12.328 fiscalizações	94,83%
Física – Institucional	3 unidades supervisionadas	15 unidades supervisionadas	20,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Como essa é uma ação descentralizada, o SISV/DDA/SFA-MA lançou mão da meta física institucional unidades supervisionadas como indicador da realização dos serviços pela AGED-MA nas barreiras fitozoossanitárias distribuídas pelo Estado do Maranhão. Com essa meta física institucional, pôde-se averiguar se as fiscalizações de cargas vegetais estavam ocorrendo.

Nessas supervisões foram vistoriadas a estrutura física da unidade de fiscalização, os recursos humanos disponíveis a cada unidade bem como a sua qualificação, o cumprimento dos requisitos de fiscalização, como a exigência de documentação legal sanitária para as cargas que estão sendo transportadas e, por fim, a documentação que ateste o número de fiscalizações realizadas. Para cada unidade supervisionada, preencheu-se um questionário de avaliação e as não-conformidades observadas foram apresentadas à AGED-MA na forma de relatório solicitando-se as correções das anomalias estruturais detectadas.

Em 2010, foram realizadas três supervisões, sendo duas em barreiras fixas fitossanitárias da AGED-MA localizadas em Timon, e mais uma supervisão à sede da Unidade Regional de Timon.

Nessas supervisões, constatarem-se problemas a serem solucionados nos postos, como instalações inadequadas, falta de treinamento dos funcionários alocados nos postos de vigilância em relação aos procedimentos fiscais, ausência de documentos fiscais e falta de segurança nos postos. Os problemas identificados e sugestões indicadas para solucionar os problemas diagnosticados foram descritos em relatório e encaminhado ao Diretor-Geral da AGED-MA e ao Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA) para conhecimento e providências.

Uma proposta para a estruturação e aperfeiçoamento dos serviços de vigilância sanitária da AGED-MA no valor de R\$ 485.948,50, descentralizados nos elementos de despesa Contribuições (R\$ 185.148,50) e Auxílios (R\$ 300.800,00), faz parte de um convênio com valor global de R\$ 1.473.480,20, sendo a parte pertinente ao concedente de R\$ 1.253.989,00, a qual foi aprovada sob o nº 743.999/2010 (Tabela XIX). Entretanto, pela falta de descentralização dos recursos por parte do MAPA em julho, e posteriormente por falta de capacidade da agência estadual de honrar com o compromisso da contrapartida, de R\$ 54.000,00, referente à essa ação, em dezembro, o convênio não pôde ser executado.

Os valores descentralizados para a execução das metas do convênio representaram 97,10% do total de recursos liberados, e por isso a taxa de execução foi de apenas 1,35%.

A indefinição sobre a execução do convênio criou uma situação de impasse quanto à programação das supervisões, porque caso o convênio estivesse em execução, os técnicos do SISV/DDA/SFA-MA passariam a ser responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento das metas. Essa situação prejudicou o cumprimento da meta física institucional sobremaneira. Por essa razão, a índice de cumprimento da meta foi de apenas 20,00%.



Tabela XIX- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3330-41	Contribuições	185.148,50	0,00	0,00
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	5.946,60	3.768,92	63,38
3390-30	Material de Consumo	2.200,00	137,03	6,23
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	3.130,14	2.643,37	84,45
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200,00	200,00	100,00
3390-93	Indenizações e Restituições	3.000,00	0,00	0,00
4430-42	Auxílios	300.800,00	0,00	0,00
TOTAL		500.425,24	6.749,32	1,35%

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Quando são desconsiderados os valores disponibilizados para a execução do convênio, a taxa de execução foi 46,62%, pois foram executados R\$ 6.749,32 de R\$ 14.475,75.

Agora, levando-se em consideração apenas as despesas realizadas para a realização das supervisões, a taxa de execução foi de 16,08% (Tabela XX).

Tabela XX- Descrição das despesas realizadas com fiscalizações na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	2.653,40	475,72	17,93
3390-30	Material de Consumo	2.200,00	137,03	6,23
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	200,00	200,00	100,00
TOTAL		5.053,40	812,75	16,08

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Com despesas para a participação no XIV Encontro Nacional de Fitossanitaristas, organizado pelo DSV/SDA, foram executados R\$ 4.901,77 (Tabela XXI).

Tabela XXI- Despesas realizadas na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos com participação em eventos.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Participação de dois FFA's no XIV Encontro Nacional de Fitossanitaristas – Curitiba/PR – 29/11 a 04/12/2010.	2.258,40	2.258,40	2.643,37	2.643,37	4.901,77	4.901,77
TOTAL	2.258,40	2.258,40	2.643,37	2.643,37	4.901,77	4.901,77

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Em atividade não relacionada à essa ação, recursos foram liberados para o pagamento de diárias no valor de R\$ 1.034,80 para que um servidor da Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão ministrasse, como instrutor, um treinamento em amostragem de sementes, conforme Ofício nº 217/2010/GAB-Sagrima (Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Maranhão), de 31 de março de 2010. Esse valor não foi considerado nos cálculos dos índices de



desempenho por se tratar de despesa relacionada à ação Fiscalização de Sementes e Mudanças (PI Fiscalsem1) (Tabela XXII).

Tabela XXII- Recursos para a ação Fiscalização de Sementes e Mudanças (PI Fiscalsem1) descentralizados na ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	1.034,80	1.034,80	100,00
TOTAL		1.034,80	1.034,80	100,00

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Desempenho Operacional

O indicador de eficiência utilizado (custo unitário realizado), para a meta unidades supervisionadas, mostrou uma redução de 19,58% em relação ao valor estimado inicialmente (Quadro XII). Essa redução pode ser explicada pelo fato de que as três unidades supervisionadas, sendo duas barreiras fitossanitárias fixas e um escritório regional, estarem localizadas todas no município de Timon, o que fez com que se tornassem desnecessário deslocamento e, naturalmente, a realização de despesas com pagamento de diárias e para aquisição de combustível. Os valores descentralizados para os elementos de despesa Diárias – Pessoal Civil e Material de Consumo e a sua baixa taxa de utilização também foram motivos para a redução na redução do valor necessário para supervisão.

Em função da incerteza quanto à execução do convênio, o que prejudicou sobremaneira a execução da meta física, o índice de eficácia encontrado foi de apenas 20,00%.

As condições de trabalho disponibilizadas pela SFA-MA para a execução das ações realizadas pelos técnicos do SISV/DDA/SFA-MA foram satisfatórias e os recursos materiais utilizados (materiais de expediente, computadores, veículos e infra-estrutura física) foram adequados e suficientes.

Na avaliação do triênio 2008-2010, sempre conseguiu-se reduzir os custos de cada supervisão executada em relação à programada, sendo que em 2010 essa redução voltou a subir, indicando que a programação está sendo aperfeiçoada a cada exercício (Tabela XXIII). Com relação à taxa de eficácia, nos exercícios de 2008 e 2009 conseguiu-se executar toda a meta física prevista pois não houve a incerteza da execução de convênio, como ocorreu em 2010.



Quadro XII- Indicadores de desempenho da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de unidade supervisionada da AGED-MA em relação à estimativa inicial	Número de unidades supervisionadas realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	R\$/ supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 270,92 / supervisão	20,00%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / USR)$ $CUR = (R\\$ 812,75 / 3)$ CUR = R\$ 270,92 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / USP)$ $CUP = (R\\$ 5.053,40 / 15)$ CUP = R\$ 336,89 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 270,92 - R\\$ 336,89$ VA = - R\$ 65,97 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(270,92 / 336,89) - 1] * 100$ VR = - 19,58%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e Unidades Supervisionadas Programadas em 2010: $VA = USR - USP$ $VA = 3 - 15$ VA = -12 Relação Percentual (RP) entre o número de Unidades Supervisionadas Realizadas e o número de Unidades Supervisionadas Programadas: $RP = (USR / USP) * 100$ $RP = (3 / 15) * 100$ RP = 20,00%

CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; USP: nº de Unidades Supervisionadas Programadas; USR: nº de Unidades Supervisionadas Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela XXIII- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-25,60	-16,97	-19,58
Eficácia (%)	100,00	100,00	20,00

Fonte: SFA/MA.



2.3.1.1.2.1.2. Ação 21390000 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos

Quadro XIII- Dados gerais da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.

Tipo da ação	Descentralizada.
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação do Trânsito e Quarentena Animal.
Coordenador nacional da ação	Luiz Felipe Ramos Carvalho.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esta ação (PI Vigizoo), de cunho descentralizado, é executada pela AGED-MA nos postos fixos ou volantes de fiscalização fitossanitária no Estado.

Considera-se como realizado na meta física cadastrada no Sigplan, o número de fiscalizações de caminhões boiadeiros nos postos fixos das barreiras fitozoossanitárias da AGED-MA (Tabela XXIV). Como essa ação é descentralizada, o SISA/DDA/SFA-MA tem o papel de aferir o número de fiscalizações em função de supervisão aos postos fixos e também através dos relatórios mensais das atividades realizadas elaborados pela Coordenação de Defesa Animal daquele órgão de defesa agropecuária estadual. Nessas supervisões, que tornaram-se a meta física institucional, fiscalizam-se os barreiristas e o chefe imediato dessas barreiras e averiguam-se os relatórios de animais em trânsito interestadual.

Tabela XXIV- Metas e resultados da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	---
Física – Sigplan	50.000 fiscalizações	44.250 fiscalizações	88,50%
Física – Institucional	1 supervisão	1 supervisão	100,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Em 2010 não foram descentralizados recursos para a execução dessa ação, sendo que para o cumprimento da meta física de uma supervisão às barreiras fitossanitárias da AGED-MA, que foi realizada na barreira localizada no município de Barão do Grajaú, foram utilizados recursos de outra ação.

Segundo os dados obtidos junto à AGED-MA, foram inspecionadas 44.250 cargas nas barreiras fixas no Estado do Maranhão, obtendo-se uma taxa de 88,50% do número de fiscalizações em relação ao programado.



Desempenho Operacional

Para a única supervisão ao posto de vigilância fitozoossanitária em Barão do Grajaú, foram utilizados recursos do PI Febreaftos. Concomitantemente à supervisão supracitada, realizou-se um acompanhamento do controle dos médicos veterinários habilitados no AGED-MA no atendimento do Plano Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT).

Como não foram descentralizados recursos para a execução dessa ação, o cálculo do índice de eficiência ficou impossibilitado. Entretanto, o índice de eficácia apresentou uma taxa de 100,00%, sendo cumprida por completo (Quadro XIV).

Quadro XIV- Indicadores de desempenho da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais, Seus Produtos e Insumos.

Indicador	
Atributo:	Eficácia
Descrição:	Número de supervisões realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	Porcentagem
Índice de referência:	100,00 %
Fonte:	SISA/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Variação Absoluta (VA) entre o número de Supervisões Realizadas e Supervisões Programadas em 2010: $VA = SR - SP$ $VA = 1 - 1$ VA = 0 Relação Percentual (RP) entre o número de supervisões realizadas e o número de supervisões programadas: $RP = (SR / SR) * 100$ $RP = (1 / 1) * 100$ RP = 100,00%
SP: nº de Supervisões Programadas; SR: nº de Supervisões Realizadas; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.	

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.



2.3.1.1.2.1.3. Ação 21800000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos

Quadro XV- Dados gerais da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária.
Coordenador nacional da ação	Marcos de Barros Valadão.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esta ação (PI Fiscplanta2) salvaguarda o agronegócio brasileiro, a saúde pública e o meio ambiente contra a entrada no país de pragas e doenças exóticas, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do país, e ainda atua no sentido de garantir a qualidade dos produtos e insumos de origem vegetal exportados para outros países.

O produto desta ação cadastrada no Sigplan é fiscalização realizada, expressa em unidades (Tabela XXV). Porém, a UVAGRO/ITM/DDA-MA executa, de fato, sua meta física baseada em partidas fiscalizadas, a qual está cadastrada no Siplan, e que compõe, em determinadas situações, várias fiscalizações, como as em silos de cereais, em embarques de navios, de coletas de amostras, etc., que geram vários laudos de fiscalizações. Portanto, uma partida fiscalizada pode gerar várias fiscalizações.

Tabela XXV- Metas e resultados da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 49.000,00	R\$ 45.819,00	93,51%
Física – Sigplan	fiscalizações realizadas	fiscalizações realizadas	-
Física – Siplan	474 partidas fiscalizadas	660 partidas fiscalizadas	139,24%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

No decorrer do exercício de 2010, a taxa de execução financeira foi bem próxima ao valor previsto. Os recursos utilizados corresponderam a 93,51% dos recursos programados (Tabela xx). A redução de 6,49% em relação ao valor programado é explicado pela não utilização integral dos recursos disponibilizados, cujos valores foram estimados; e pelo uso eficiente dos recursos programados. O maior percentual dos custos concentrou-se na aquisição de um veículo para a UVAGRO/ITM/DDA-MA e na manutenção dos veículos usados nas ações de fiscalização de partidas.

Durante o ano de 2010, foram inspecionadas 660 partidas. Os resultados obtidos nas fiscalizações revelaram que houve um incremento na movimentação de carga no Porto do Itaqui-Madeira, sendo que as importações aconteceram em um volume maior do que as exportações. Os principais produtos exportados foram soja em grãos, farelo de soja e embalagens de madeira. Os principais produtos importados foram fertilizantes, trigo em grão, arroz polido e madeira de suporte.



A taxa de cumprimento superior a 139% da meta física cadastrada no Siplan (partidas fiscalizadas), indicou que houve um incremento no movimento de mercadorias fiscalizadas pela UVAGRO do Porto do Itaqui-Madeira, provocado, principalmente, pelo reaquecimento da economia nacional.

As ações físicas, executadas por um corpo técnico constituído por três Fiscais Federais Agropecuários e dois agentes de atividades agropecuárias, foram consideradas como positivas, pois os resultados alcançados foram superiores ao programado.

Os recursos financeiros totais utilizados em 2010 corresponderam a 93,51% dos recursos programados (Tabela XXVI). No total foram utilizados 93,51% do valor de R\$ 49.000,00 descentralizados, pois foram executados R\$ 45.819,00.

Tabela XXVI- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Civil	2.700,00	1.951,60	72,28
3390-30	Material de Consumo	4.000,00	3.158,85	78,97
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	4.300,00	2.708,55	62,99
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	3.000,00	3.000,00	100,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	35.000,00	35.000,00	100,00
TOTAL		49.000,00	45.819,00	93,51

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Para a execução da meta física alcançada, contou-se com recursos executados da ordem de R\$ 41.158,85, pois foram utilizados a quantia de R\$ 4.660,15 para a participação de dois eventos de cunho técnico (Tabela XXVII). E desses R\$ 41.158,85, R\$ 35.000,00 foram utilizados para a aquisição de um novo veículo, R\$ 3.158,85 foram realizados para a compra de material de consumo e R\$ 3.000,00 foram utilizados para o pagamento de serviços de terceiros - pessoa jurídica de um total de R\$ 43.000,00 para a execução da meta física.

Tabela XXVII- Despesas executadas da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos para participação em eventos.

EVENTO	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção		TOTAL	
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Participação de um FFA no XIV Encontro Nacional de Fitossanitaristas – Curitiba/PR – 29/11 a 04/12/2010.	1.500,00	1.129,20	1.500,00	1.321,69	3.000,00	2.450,89
Participação de um FFA em reunião do VIGIAGRO/SDA – Belo Horizonte/MG – 29/11 a 03/12/2010.	1.200,00	822,40	1.800,00	1.386,86	3.000,00	2.209,26
TOTAL	2.700,00	1.951,60	3.300,00	2.708,55	6.000,00	4.660,15

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Com relação às duas viagens realizadas, foram executados R\$ 4.660,15 de um total de R\$ 6.000,00 solicitados, o que fez uma taxa de utilização de 77,67%.



Desempenho Operacional

O custo unitário realizado em 2010, utilizado como indicador de eficiência, foi de R\$ 62,36 por partida fiscalizada, portanto, inferior ao custo unitário programado para 2010, de R\$ 90,72 por partida inspecionada (Quadro XVI). O custo realizado foi inferior ao programado devido, principalmente, ao aumento do número de inspeções realizadas.

Quadro XVI- Indicadores de desempenho da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por partida fiscalizada em relação à estimativa inicial	Número de partidas fiscalizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/ partidas fiscalizadas	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 62,36 / partidas fiscalizadas	139,24%
Fonte:	UVAGRO/ITM/DDA-MA	UVAGRO/ITM/DDA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / PR)$ $CUR = (R\\$ 41.158,85 / 660)$ CUR = R\$ 62,36 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / PP)$ $CUP = (R\\$ 43.000,00 / 474)$ CUP = R\$ 90,72 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 62,36 - R\\$ 90,72$ VA = - R\$ 28,36 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(62,36 / 90,72) - 1] * 100$ VR = -31,26%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e Partidas Fiscalizadas Programadas em 2010: $VA = PR - PP$ $VA = 660 - 474$ VA = 186 Relação Percentual (RP) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e o número de Partidas Fiscalizadas Programadas: $RP = (PR / PP) * 100$ $RP = (660 / 474) * 100$ RP = 139,24%

CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PP: nº de Partidas Fiscalizadas Programadas; PR: nº de Partidas Fiscalizadas Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

O indicador de eficácia assegura que a execução da programação foi realizada acima do programado, confirmando o incremento no número de partidas inspecionadas no ano de 2010.

Quanto à evolução dos indicadores de eficiência e eficácia no triênio 2008 – 2010, conclui-se que no período analisado o custo realizado para cada fiscalização foi sempre inferior ao programado, o que significa que os recursos disponibilizados foram bem geridos. A menor economia alcançada em 2010 em relação a 2009 é justificada pela aquisição de um veículo no valor de R\$ 35.000,00, o que não ocorreu no exercício anterior, pois não fora adquirido nenhum veículo



naquele período (Tabela XXVIII). Quanto à taxa de eficácia, depois de uma queda verificada em 2009 em função dos efeitos da crise econômica mundial que prejudicou o comércio e que interferiu diretamente no cumprimento da meta física, houve em 2010, assim como em 2008, a superação da meta física programada, influenciada também pela retomada do comércio mundial.

Tabela XXVIII- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-30,84	-84,22	-31,26
Eficácia (%)	136,29	80,46	139,24

Fonte: SFA/MA.

As condições de trabalho disponibilizadas pela SFA-MA para a execução das ações realizadas pelos técnicos do UVAGRO/ITM/DDA-MA foram satisfatórias e os recursos materiais utilizados (materiais de expediente, computadores, veículos e infra-estrutura física) foram adequados e suficientes.

2.3.1.1.2.1.4. Ação 21810000 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos

Quadro XVII- Dados gerais da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária.
Coordenador nacional da ação	Marcos de Barros Valadão.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esta ação (PI Fiscaanimal1) salvaguarda o agronegócio brasileiro, a saúde pública e o meio ambiente contra a entrada de doenças exóticas, contribuindo para a sanidade dos rebanhos, a saúde pública e o meio ambiente, atuando como fatores determinantes do desenvolvimento econômico e social do país. E ainda atua no sentido de garantir a qualidade dos produtos e insumos de origem animal, exportados para outros países.

No Sigplan, o produto desta ação é fiscalização realizada (em unidades), porém o a UVAGRO/ITM/DDA-MA executa a meta cadastrada no Siplan partidas fiscalizadas, também medida em unidades.

A movimentação de animais e produtos de origem animal no Porto do Itaqui-Madeira foi muito pequena. A diferença absoluta entre o número previsto para partidas inspecionadas e o



realizado foi de apenas uma partida, o que fez com que a meta física fosse cumprida em 66,67% do total programado para o exercício (Tabela XXIX).

Tabela XXIX- Metas e resultados da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 0,00	R\$ 0,00	---
Física – Sigplan	fiscalizações realizadas	fiscalizações realizadas	---
Física – Siplan	3 partidas fiscalizadas	2 partidas fiscalizadas	66,67%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Não houve programação de recursos financeiros devido à pequena demanda nos serviços de inspeção e fiscalização de cargas com animais ou produtos de origem animal e também devido à disponibilidade de recursos financeiros no PI Fisclanta2, não havendo a necessidade de descentralização de recursos através do PI Fisclanimal1 para a SFA/MA.

Desempenho Operacional

Quadro XVIII- Indicadores de desempenho da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por partida fiscalizada em relação à estimativa inicial	Número de partidas fiscalizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/ partidas fiscalizadas	Porcentagem
Índice de referência:	Não se aplica	66,67%
Fonte:	UVAGRO/ITM/DDA-MA	UVAGRO/ITM/DDA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: não se aplica Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: não se aplica Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): não se aplica. Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): não se aplica.	Variação Absoluta (VA) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e Partidas Fiscalizadas Programadas em 2010: $VA = PR - PP$ $VA = 2 - 3$ $VA = -1$ Relação Percentual (RP) entre o número de Partidas Fiscalizadas Realizadas e o número de Partidas Fiscalizadas Programadas: $RP = (PR / PP) * 100$ $RP = (3 / 2) * 100$ $RP = 66,67\%$
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PP: nº de Partidas Fiscalizadas Programadas; PR: nº de Partidas Fiscalizadas Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.



Tabela XXX- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	71,43	-2,05	---
Eficácia (%)	58,3	100,00	66,67

Fonte: SFA/MA.

2.3.1.1.2.1.5. Ação 47380000 – Erradicação da Mosca da Carambola

Quadro XIX- Dados gerais da ação Erradicação da Mosca da Carambola.

Tipo da ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da "Bactrocera Carambolae" e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas.
Coordenador nacional da ação	Carlos Artur Franz.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A mosca da carambola, *Bactrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae) é uma praga quarentenária do tipo A2 (praga restrita a uma região e mantida sob controle oficial) e que está restrita aos Estados do Amapá e Roraima. No Amapá, foi detectada em 1996 e está disseminada pelo Estado, e em Roraima em dezembro de 2010 houve o primeiro registro desse inseto no município de Normandia, sendo esse o único local em que o inseto foi detectado.

Essa mosca das frutas, a qual apresenta como hospedeiros entre primários e secundários mais de 20 espécies, representa um grande risco à economia brasileira, pois os prejuízos causados por suas larvas podem inviabilizar o comércio internacional de frutas in natura do Brasil, pois acordos econômicos assinados com a Comunidade Européia e com países como os Estados Unidos e o Japão, destacam que a disseminação desse inseto para outros estados além do Amapá e Roraima interromperia imediatamente o comércio de frutos com essas regiões.

O Estado do Maranhão é classificado pelo Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola (PNEMC) como de alto risco para a sua introdução, devido ao trânsito de vegetais e de pessoas das áreas em que há ocorrência da praga e também em função do deficiente serviço de vigilância fitossanitária em suas fronteiras.

O PNEMC, que é responsável pelas articulações necessárias de cunho político e técnico e das medidas adotadas visando a erradicação da praga nas regiões onde a mesma se faz presente e de manter todo o restante do território nacional isento da ocorrência dessa praga com a realização de monitorações de detecção, foi criado pela promulgação do Decreto nº 2.226, de 19 de maio de 1997.

Em 2010, o status operacional visando a manutenção do Estado Maranhão livre da praga não foi alterado em relação aos anos anteriores, sendo que as mesmas 30 armadilhas modelo Jackson iscadas com o feromônio sexual feminino sintético metil eugenol associado ao inseticida



fosforado malationa para a detecção da mosca da carambola instaladas no ano de 2007 e monitoradas desde então ininterruptamente foram mantidas e supervisionadas durante todo o transcorrer do ano de 2010 (Quadro XX).

Quadro XX- Número de armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas por município para a monitoração da mosca da carambola, *Bractrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2010.

Mesorregião	Microrregião	Município	Nº de Armadilhas Instaladas
Norte Maranhense	Aglomeração Urbana de São Luís	São Luís	6
		São José de Ribamar	1
Oeste Maranhense	Gurupi	Amapá do Maranhão	2
		Boa Vista do Gurupi	4
		Cândido Mendes	1
		Carutapera	4
		Godofredo Viana	1
		Gov. Nunes Freire	3
		Junco do Maranhão	3
		Luís Domingues	2
		Maracaçumé	3
		TOTAL	30

Fonte: SFA/MA.

Em 2010, monitoraram-se 11 municípios, sendo dois localizados na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, onde estão instaladas sete armadilhas, e em nove municípios da microrregião do Gurupi, onde estão localizadas 23 unidades amostrais. Esses municípios são considerados áreas de elevado risco à introdução e dispersão da praga no Maranhão devido às suas características econômicas e geográficas.

No Plano Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola, criado pelo PNEMC, consta que em estados da Federação que sejam classificados como de elevado risco à introdução da mosca da carambola, como é o caso do Estado do Maranhão, tenham instaladas para a sua monitoração 50 armadilhas. Mesmo havendo essa recomendação, a Coordenação Nacional do PNEMC, por motivos financeiros, ainda não autorizou o Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal (SISV/DDA/SFA-MA) de instalar as demais 20 armadilhas que fariam com que houvessem instaladas as 50 unidades amostrais nos pontos de risco à sua introdução. Os municípios nas microrregiões de Imperatriz e Pindaré nos quais serão instaladas as demais 20 armadilhas já foram determinados pelo SISV/DDA/SFA-MA e comunicados à Coordenação Nacional do PNEMC.

As atividades de monitoração das armadilhas localizadas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís foram realizadas em 2010 exclusivamente pelo SISV/DDA/SFA-MA, responsável pela coordenação estadual da ação de monitoração; porém as monitorações das armadilhas instaladas na microrregião do Gurupi foram executadas tanto pelo SISV/DDA/SFA-MA como pela AGED-MA, de forma alternada.

Como explicado acima, não houve a instalação de nenhuma unidade de monitoração adicional no interior do Estado, e, portanto, as viagens realizadas resumiram-se à atividade de monitoração pelo SISV/DDA/SFA-MA e pela AGED-MA.

O serviço de monitoração incluiu, em cada coleta, uma análise preliminar, ainda em campo, do piso adesivo coletado a fim de encontrar algum espécime da mosca da carambola. A seguir, os pisos adesivos utilizados eram recolhidos para uma avaliação mais minuciosa por parte do SISV/DDA/SFA-MA no Laboratório de Entomologia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). As iscas tóxicas utilizadas também eram recolhidas para que evitassem contaminar o ambiente com os resíduos químicos dos produtos empregados para a sua confecção.



Também era preenchida uma ficha de avaliação de cada ponto amostral contendo informações à cerca do material capturado e da condição da armadilha.

Adicionalmente, a cada coleta, avaliava-se a condição da planta hospedeira da mosca da carambola onde estava instalada a armadilha para se decidir se a armadilha seria mantida naquele local e o grau de conservação da armadilha, substituindo-se as que apresentavam avarias, sujeira excessiva ou quando alguma armadilha tivesse sido extraviada.

Nas ocasiões em que ocorreram o extravio das armadilhas, consultava-se, quando possível, uma pessoa responsável pelo domicílio ou propriedade rural em que a armadilha estava instalada a fim de se conhecer as possíveis causas do desaparecimento da unidade amostral. No exercício em análise, não houve a substituição de nenhuma planta hospedeira para o acondicionamento das armadilhas.

Quando a monitoração era realizada pela AGED-MA, além das atividades descritas anteriormente, todos os pisos adesivos, iscas tóxicas utilizadas e fichas de avaliação preenchidas foram entregues ao SISV/DDA/SFA-MA. Os pisos adesivos coletados pela AGED-MA foram avaliados pelo SISV/DDA/SFA-MA no Laboratório de Entomologia da UEMA para certificação de que nenhum espécime da mosca da carambola tenha sido capturado. Já as fichas de avaliação preenchidas durante as monitorações realizadas pela AGED-MA estão armazenadas no SISV/DDA/SFA-MA.

Conforme solicitadas, também realizaram-se contatos com os agricultores e moradores que cederam suas residências e propriedades rurais para a instalação das armadilhas, para os quais foram dadas informações técnicas sobre outros problemas fitossanitários para as culturas agrícolas de seus interesses. Quando necessário, foram distribuídos folders ilustrados sobre a mosca da carambola, contendo informações sobre sua importância econômica, plantas hospedeiras, ciclo biológico, as ações de monitoração no Maranhão além de formas de contato com o SISV/DDA/SFA-MA e com a AGED-MA para dúvidas e/ou informações a respeito desse inseto, bem como também distribuíram-se cartazes ilustrados também sobre esse inseto para agricultores, moradores dos locais onde estão instaladas armadilhas, aos órgãos de atuação na área rural e para os fiscais de defesa vegetal da AGED-MA afixarem nos escritórios desse órgão e distribuírem para agricultores.

Em 2010, realizaram-se dez supervisões às armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís e oito monitorações às unidades amostrais instaladas na microrregião do Gurupi (Quadro XXI).

Quadro XXI- Quantidade de coletas realizadas por microrregião onde se encontram instaladas armadilhas tipo Jackson iscadas com metil eugenol e malationa instaladas para a captura da mosca da carambola, *Bractrocera carambolae* (Diptera: Tephritidae), no Estado do Maranhão. 2010.

Microrregião	Nº de Coletas Realizadas
Aglomeração Urbana de São Luís	10
Gurupi	8

Fonte: SFA/MA.

As atividades de monitoração na microrregião do Gurupi são executadas tanto pelo SISV/DDA/SFA-MA como pela AGED-MA, enquanto que as armadilhas localizadas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís são unicamente supervisionadas pelo SISV/DDA/SFA-MA. Por isso, um cronograma de monitoração para as armadilhas instaladas no interior do Estado foi elaborado em conjunto com a AGED-MA, indicando as supervisões nas quais cada órgão seria responsável, a fim de haver um planejamento físico e financeiro sobre as viagens à microrregião do Gurupi.

No cronograma elaborado pelo SISV/DDA/SFA-MA e pela AGED-MA, ficou acertado que as coletas das armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís seriam



realizadas apenas pelo SISV/DDA/SFA-MA e que as monitorações das armadilhas localizadas na microrregião do Gurupi seriam divididas entre os dois órgãos, sendo que o SISV/DDA/SFA-MA realizaria quatro coletas e a AGED-MA seria a responsável por oito coletas.

A meta física que está cadastrada no Sigplan é área controlada, medida em ha, que no caso do Estado do Maranhão é de 33.198.329 ha, ou seja, a totalidade da área territorial do Estado (Tabela XXXI). Porém, para se avaliar se a meta física cadastrada no Sigplan estava sendo cumprida, lançou-me mão de uma meta física institucional, chamada de número de monitorações.

Tabela XXXI- Metas e resultados da ação Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 28.170,90	R\$ 4.657,77	16,53%
Física – Sigplan	33.198.329 ha	33.198.329 ha	100,00%
Física – Institucional	4 monitorações	2 monitorações	50,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Essa meta física institucional, que faz parte do Plano de Sanidade Vegetal 2008-2011, foi criada para garantir maior autenticidade ao resultado encontrado na avaliação da meta física cadastrada no Sigplan, pois, por exemplo, se apenas uma monitoração tivesse sido realizada durante todo o ano de 2010 e nenhum espécime da mosca da carambola tivesse sido encontrado, poder-se-ia dizer que o Estado do Maranhão estaria livre da praga. Porém, sabe-se que uma única monitoração num ano é muito perigoso para se atestar o Estado como realmente livre da praga, pois sabe-se que o potencial de dispersão e de reprodução desse inseto é muito grande. Por isso, a meta física institucional de quatro monitorações para serem realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA é uma precaução fundamental para que se ateste que a mosca da carambola não esteja, de fato, presente no Estado do Maranhão.

No Plano de Sanidade Vegetal 2008-2011, a meta física institucional é de seis monitorações em ambas as microrregiões geográficas. Entretanto, sabe-se pelo conhecimento das características bioecológicas do inseto que a frequência ideal de monitorações para uma rápida detecção do inseto, para que medidas de controle e erradicação sejam tomadas a curto prazo e para evitar a sua dispersão no Estado, deveria ser de pelo menos 12 monitorações, ou seja, uma monitoração ao mês. Dessa forma, para que se tenha uma maior segurança no risco de introdução dessa praga, elegeu-se o número de monitorações para ambas as microrregiões como sendo uma a cada mês.

Porém alguns problemas impediram que fosse atingido tal objetivo, como a demora na descentralização de recursos no início do ano por parte da Coordenação Nacional do PNEMC para a monitoração na microrregião do Gurupi para o mês de fevereiro e a falta de combustível para as coletas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís. Outro motivo que agiu de forma impeditiva à consecução da quantidade de monitorações desejada foi o fato de que o técnico do SISV/DDA/SFA-MA estar empenhado em outras atividades técnicas, o que inviabilizou em alguns momentos a sua viagem.

Como dito acima, a meta do SISV/DDA/SFA-MA para a microrregião do Gurupi era de quatro monitorações durante 2010. Nessas monitorações, além das atividades inerentes a essa prática, também realizar-se-ia com o intuito de se realizar supervisões do trabalho executado pela AGED-MA. As demais monitorações seriam realizadas pela AGED-MA, pois a monitoração da mosca da carambola era uma das metas contidas no Convênio na área de Defesa Vegetal entre o MAPA e o respectivo órgão estadual.

Com relação à meta física do Sigplan, a mesma foi executada em 100,00%, já que nenhum exemplar a mosca da carambola foi coletada nas unidades amostrais das duas microrregiões amostradas, o que garante que o Estado do Maranhão está isento dessa praga agrícola.



Sobre a meta física institucional, observou-se uma melhora na taxa calculada em relação ao exercício anterior, saindo de 33,3% executada em 2009 para 50,0% no período em análise. Isso ocorreu porque no início do ano de 2010, em fevereiro, uma monitoração deixou de ser realizada em função da falta de recursos para a viagem e no final do ano porque o técnico responsável não pôde realizar a monitoração do mês de dezembro porque os recursos disponibilizados para a monitoração foram recolhidos já no dia 10 de dezembro.

Em relação à meta financeira, no total, foram utilizados apenas 16,53% do total de R\$ 28.170,90 descentralizados, porque os recursos disponibilizados na rubrica Contribuições, da ordem de R\$ 21.990,50, não foram utilizados (Tabela XXXII). Esses recursos foram liberados como parte do convênio nº 743.999/2010 assinado em 01/07/2010 entre a AGED-MA e o MAPA, mas que, por falta de capacidade de repasse por parte do MAPA no mês de julho, na época da assinatura e início de vigência do convênio, e posteriormente, em dezembro, por falta de cumprimento do depósito da parcela de contrapartida de R\$ 2.470,00 por parte da AGED-MA, o mesmo não pôde ser executado.

Tabela XXXII- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3330-41	Contribuições	21.990,50	0,00	0,00
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	4.580,40	2.898,80	63,29
3390-30	Material de Consumo	1.100,00	465,93	42,36
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	500,00	0,00	0,00
TOTAL		28.170,90	3.364,73	16,53

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Em função disso, a análise do custo financeiro dessa ação considerará apenas as monitorações praticadas na microrregião do Gurupi pelo SISV/DDA/SFA-MA, pois para a sua realização necessita-se do custeio de diárias e de material de consumo (combustível), o que não ocorre para a execução das monitorações às unidades amostrais localizadas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, as quais não necessitam para a sua execução o custeio de diárias e de combustível.

Para a realização das quatro monitorações na microrregião do Gurupi, onde estão instaladas 23 armadilhas, foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade (CGOFC/MAPA) R\$ 6.180,40 e executados R\$ 3.364,73, o que equivale a uma taxa de utilização de recursos de 75,36% (Tabela XXXIII). A taxa de execução/previsão observada em 2010 foi um pouco superior à encontrada em 2009, que foi de 65,65%.

Tabela XXXIII- Despesas realizadas com monitorações na ação Erradicação da Mosca da Carambola no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	4.580,40	2.898,80	63,29
3390-30	Material de Consumo	1.100,00	465,93	42,36
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	500,00	0,00	0,00
TOTAL		6.180,40	3.364,73	54,44

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

O elemento de despesa Diárias – Pessoal Civil apresentou uma taxa de execução em relação à previsão de 63,29%, sendo disponibilizada a quantia de R\$ 4.580,40 e tendo sido



utilizados R\$ 2.898,80. Essa taxa pode ser explicada pelo fato de que houve a solicitação de recursos para uma monitoração a ser realizada em dezembro, mas que não pode ser feita pelo motivo colocado acima.

Em relação ao elemento de despesa Material de Consumo, foram utilizados R\$ 465,93, o que equivaleu a 42,36% dos recursos solicitados, que foram da ordem de R\$ 1.100,00. Da mesma forma que observado para o elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil, a impossibilidade de se realizar a monitoração de dezembro fez com que a taxa de utilização dos recursos fosse também baixa.

Do elemento de despesa Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica não houve a utilização de qualquer recurso, pois esse elemento de despesa basicamente é utilizado para o pagamento de consertos de pequena monta nos veículos em viagem e isso não foi necessário durante as duas monitorações realizadas à microrregião do Gurupi. Anteriormente, esse elemento de despesa financiava o pagamento dos serviços da concessionária de travessia por balsa entre São Luís e Alcântara, que, além da redução do tempo de viagem em cerca de 4 horas, evita-se percorrer cerca de 280 Km, distância que é feita a mais em cada sentido quando se faz a mesma viagem utilizando-se a modalidade de transporte exclusivamente rodoviária. Entretanto, como a concessionária do transporte fluvial não aceita pagamentos com o cartão de crédito corporativo e com a proibição da realização de saques para pagamento de despesas dessa ordem, foi se obrigado a abdicar desse meio de transporte para se chegar à microrregião do Gurupi mais rapidamente.

No total, utilizaram-se R\$ 3.364,73, o que representou 54,44% do total solicitado, que foi de R\$ 6.180,40. A parcela utilizada em relação à solicitada foi inferior à taxa de 2009, a qual foi de 65,65%. Isso se explica tanto pelo motivo aventado anteriormente, de que houveram recursos requisitados para uma viagem no mês de dezembro e que não pode ser consumada, tanto pelo fato de que no exercício anterior houve a utilização de recursos no elemento de despesa Indenizações e Restituições, no valor de R\$ 290,92 e que teve uma taxa de utilização da ordem de 100,00%, elevando, dessa forma, a taxa de utilização de recursos do exercício de 2009.

Em atividade não diretamente ligada à monitoração da mosca da carambola, utilizaram-se R\$ 857,80 para o pagamento de diárias para a participação de um Fiscal Federal Agropecuário no Curso de Análise de Risco de Pragas, o qual foi promovido pelo Departamento de Sanidade Vegetal, em Ilhéus/BA, nas dependências da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, entre os dias 04 e 08/10/2010, para a formação de técnicos capazes a elaborar processos de Análise de Risco de Pragas, serviço vinculado ao Departamento de Análise de Risco de Pragas (DARP/CGPP) (Tabela XXXIV). Contudo, o curso relacionou-se com a capacitação de técnicos para a avaliação do risco de pragas de importância quarentenária,

Tabela XXXIV- Despesas realizadas na ação Erradicação da Mosca da Carambola para participação em eventos.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção ¹			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Participação de um FFA no Curso de Análise de Risco de Pragas promovido pelo DSV – Ilhéus/BA – 04 a 08/10/2010.	857,80	857,80	---	---	857,80	857,80
TOTAL	857,80	857,80	---	---	857,80	857,80

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

¹ As despesas com Passagens e Despesas com Locomoção, de R\$ 1.838,33, foram pagos com recursos oriundos do PI PCE Vegetal.



O PNEMC no Maranhão esteve paralisado durante o mês de fevereiro tanto pela falta de recursos financeiros para a realização das monitorações nas armadilhas localizadas na microrregião do Gurupi como pela falta de combustível para as coletas das armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís. Nos demais meses, esse tipo de problema não foi mais enfrentado.

Em 2010, o convênio na área de defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA esteve muito próximo de ter sido colocado em prática. Após a sua aprovação e liberação de recursos por parte do MAPA, a AGED-MA não honrou a sua contra-partida, o que inviabilizou a sua execução.

Com relação ao envio de materiais necessários à execução das monitorações, como pisos adesivos, iscas tóxicas, armadilhas de PVC (cloreto de polivinila) e suportes para as armadilhas, a Coordenação Nacional do PNEMC forneceu material suficiente para as realizações das coletas, não tendo sido enfrentado problema algum quanto à falta desses suprimentos, o que ocorreu nos anos anteriores, o que provocou, inclusive, a paralisação das atividades em 2009.

Em abril foi organizado pela AGED-MA e com apoio do SISV/DDA/SFA-MA o V Curso de Certificação Fitossanitária, realizado em Chapadinha nos dias 13 e 14 de abril, o qual habilitou 40 engenheiros agrônomos da iniciativa privada para serem responsáveis técnicos para a emissão de Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) para os hospedeiros da mosca da carambola, o que determina a Instrução Normativa nº 55/2007, de 04 de dezembro de 2007. Além dos habilitados da iniciativa privada, o curso também contou com a presença de cerca de 20 Fiscais de Defesa Vegetal da AGED-MA, os quais puderam atualizar-se sobre os temas apresentados. Os participantes, além de se habilitarem para emitir CFO para os hospedeiros da mosca da carambola, também foram habilitados para a emissão do documento para os hospedeiros da sigatoka negra e do moko da bananeira.

No exercício em análise, a Coordenação Nacional não forneceu qualquer tipo de material informativo. Como o SISV/DDA/SFA-MA recebera grande quantidade de cartilhas e cartazes em 2009 da Coordenação Nacional do PNEMC, material que sofreu rejeição por parte do órgão estadual de defesa agropecuária em função do tipo de informação que nele continha, o mesmo continuou a ser distribuído à AGED-MA para a sua distribuição ao público-alvo e no estande da SFA/MA na Expoema/2010, realizada em São Luís em setembro.

Da mesma forma como ocorreu em 2009, o curso de educação sanitária para a formação de 40 multiplicadores em mosca da carambola na microrregião do Gurupi que seria organizado pela equipe de Educação Sanitária do PNEMC, composta por técnicos da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará, não foi realizado por falta de recursos financeiros. Novamente, a Coordenação Nacional adiou-o uma vez mais, dessa vez para 2011. A motivação para esse curso se deve ao fato de que o Plano Executivo de Educação Sanitária 2008 da CGPP/DSV incluiu o Estado do Maranhão no rol de unidades da Federação nos quais deverão ser executadas ações de educação sanitária.

Sobre o canal de comunicação com a Coordenação Nacional do PNEMC, a mesma foi informada mensalmente da situação do andamento da ação no Maranhão através da alimentação com informações do sistema Siplan.

Desempenho Operacional

Ao ser utilizada a meta física institucional número de monitorações da mosca da carambola, geraram-se variáveis de indicadores de desempenho também institucionais, denominados de índice de eficiência, que mede o custo unitário programado por monitoração da mosca da carambola em relação à estimativa inicial, e de índice de eficácia, que mensura o número de monitorações realizadas em função da quantidade programada.



Em qualquer das oito monitorações realizadas na microrregião do Gurupi, ou seja, nas duas realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA e nas seis executadas pela AGED-MA, bem como nas dez coletas efetuadas nas armadilhas instaladas na microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, não foi encontrado nenhum espécime da mosca da carambola. Portanto, pode-se afirmar que nas áreas monitoradas com armadilhas para a captura da mosca da carambola não há sua infestação, e que, por extensão, pode-se considerar o Estado do Maranhão isento dessa praga quarentenária, o que proporciona o índice de 100% na meta física cadastrada no Sigplan para essa ação.

Em relação à meta física institucional, considerou-se para fins de análise do desempenho operacional apenas a taxa número de monitorações realizadas na microrregião do Gurupi pelo SISV/DDA/SFA-MA, em virtude de que para a realização das monitorações nessa região geográfica exigiu-se o dispêndio de recursos financeiros para os deslocamentos a partir da sede da SFA/MA. Portanto, para os cálculos dos indicadores de eficiência e eficácia, consideraram-se apenas as duas monitorações realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA.

Se for considerada a meta física institucional contida no Plano de Sanidade Vegetal 2008-2011 de seis monitorações, a mesma foi cumprida plenamente, pois foram realizadas oito monitorações, o que perfaz um índice de eficácia de 150,00%, graças à colaboração da AGED-MA nas ações de monitoração, haja vista que o órgão estadual foi responsável por seis das ações de monitoração em 2010 na microrregião do Gurupi.

Entretanto, considerando-se apenas as monitorações realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA, a taxa de eficácia verificada foi de 50,00% (Quadro XXII). Por conseguinte, a Variação Absoluta foi de -2 entre o número de monitorações programadas e realizadas. Isso, como explicado anteriormente, ocorreu devido a não liberação de recursos, ao envolvimento do técnico em outras atividades ligadas ao SISV/DDA/SFA-MA e ao impedimento da realização da monitoração que seria realizada em dezembro em função do recolhimento dos recursos financeiros.

A variação relativa entre o custo unitário realizado e o programado em 2010, que se traduz no índice de eficiência, foi superior em 8,83%, o que em valor absoluto equivaleu a um custo adicional de R\$ 137,26 por monitoração. Ainda explorando-se mais as taxas que originaram tal índice, observou-se que o valor unitário realizado foi de R\$ 1.682,36 e o valor unitário programado igual a R\$ 1.545,10. Esse custo realizado superior ao programado se explica pelo fato de que os recursos liberados para as monitorações foram a execução de três monitorações, sendo que foram realizadas pelo SISV/DDA/SFA-MA apenas duas coletas.

Quanto ao histórico dos indicadores, observou-se que a taxa do índice de eficiência apresentou uma tendência contrária aos dois anos anteriores, sendo que em 2010 o custo realizado por monitoração foi superior ao programado (Tabela XXXV). Isso ocorreu porque nos anos de 2008 e 2009 utilizou-se como valor do custo total programado para o cumprimento da ação o valor contido no Plano de Sanidade Vegetal 2008-2011, que fora estimado em R\$ 9.003,00, mas que nunca era liberado em sua totalidade, o que gerou distorções no seu resultado. Nesse exercício, o valor do custo total programado utilizado para o cálculo do índice de eficiência foi o efetivamente solicitado, e pelo motivo supra-citado, a tendência do custo por monitoração realizado ser inferior ao programado não foi encontrada.

Com relação ao indicador eficácia, no triênio analisado as taxas encontradas sempre ficaram aquém da estipulada, havendo uma variação para mais ou para menos, como aconteceu no exercício de 2010 em relação ao ano de 2009. Os motivos que levaram a isso sempre foram devido a problemas de liberação de recursos, relativos aos anos 2008 a 2010; de fornecimento de suprimentos materiais, o que ocorreu em 2008 e 2009; e o envolvimento do técnico responsável do SISV/DDA/SFA-MA em outras atividades.



Quadro XXII- Indicadores de desempenho da ação Erradicação da Mosca da Carambola.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário programado por monitoração da mosca da carambola em relação à estimativa inicial	Número de monitorações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/monitoração	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 1.682,36 / monitoração	50,00%
Fonte:	SISV/DDA/SFA-MA	SISV/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / MR)$ $CUR = (R\\$ 3.364,73 / 2)$ CUR = R\$ 1.682,36 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / MP)$ $CUP = (R\\$ 6.180,40 / 4)$ CUP = R\$ 1.545,10 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 1.682,36 - R\\$ 1.545,10$ VA = R\$ 137,26 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(1.682,36 / 1.545,10) - 1] * 100$ VR = 8,83%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Monitorações Realizadas e Monitorações Programadas em 2010: $VA = MR - MP$ $VA = 2 - 4$ VA = -2 Relação Percentual (RP) entre o número de Monitorações Realizadas e o número de Monitorações Programadas: $RP = (MR / MP) * 100$ $RP = (2 / 4) * 100$ RP = 50,00%

CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; MP: nº de Monitorações Programadas; MR: nº de Monitorações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela XXXV- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Erradicação da Mosca da Carambola no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-44,63	-6,78	8,83
Eficácia (%)	66,67	33,33	50,00

Fonte: SFA/MA.

Como ações a serem realizadas em 2011, encontra-se a aprovação pela Coordenação Nacional do PNEMC do Plano de Contingência para a Mosca da Carambola no Estado do Maranhão, documento técnico elaborado pelo SISV/DDA/SFA-MA, que contou com a colaboração da AGED-MA, e que detalha as diretrizes para as medidas emergenciais que deverão ser tomadas em caso de detecção do inseto em território maranhense.

Apesar de ter sido previsto para ter sido realizado em 2009 e depois postergado para 2010, sendo que em ambas as ocasiões foi cancelado por falta de recursos, inclui-se para 2011 a realização de um curso de educação sanitária para a formação de 40 multiplicadores em educação



sanitária para a mosca da carambola na microrregião do Gurupi, o qual se faz necessário para a formalização da consciência sanitária, que ajudará na formação de uma população mais comprometida, mais responsável e muito mais consciente, pois um curso de educação sanitária busca promover mudanças cognitivas, afetivas e psicomotoras nos diversos públicos de interesse: produtores e trabalhadores rurais, consumidores, comerciantes, lideranças e escolares.

Também como evento para qualificação, a Coordenação Nacional deseja empreender um curso sobre Plano de Emergência aos fiscais de defesa vegetal da AGED-MA, o qual já fora pretendido e não realizado em 2010.

Quase da mesma maneira na qual o curso sobre educação sanitária fora cancelado em 2008 e 2009, a instalação de 20 armadilhas para a monitoração da mosca da carambola nas microrregiões de Imperatriz e de Pindaré, as quais estão previstas no PNEMC para o Estado do Maranhão, foi cancelada nos anos de 2008, 2009 e 2010. Essas 20 novas armadilhas, que viriam a somar as já existentes 30, completariam a quantidade que é determinada no Plano Nacional da Erradicação da Mosca da Carambola para os estados considerados de alto risco à sua introdução, grupo em que está inserido o Estado do Maranhão. A justificativa para o adiamento constante para a instalação dessas outras 20 unidades amostrais é falta de recursos que o Programa sofre em todos os anos.

E finalmente, também espera-se o firmamento do convênio em defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA para a realização das monitorações de todas as armadilhas da mosca da carambola. Isso será importante, pois o órgão estadual, com o seu fortalecimento da sua estrutura física, se responsabilizará pelo bom andamento da ação de monitoração, enquanto que o SISV/DDA/SFA-MA desempenhará o papel de supervisor.

Concluindo, espera-se que em 2011 a Coordenação Nacional do PNEMC proceda à descentralização de recursos financeiros quando solicitados e de suprimentos necessários às monitorações de forma regular para que as atividades de monitoração no interior do Estado não sejam forçosamente paralisadas e que a AGED-MA mantenha-se comprometida com a execução das atividades de monitoração da mosca da carambola, quer seja através de convênio ou pelo espírito colaborativo.



2.3.1.1.2.1.6. Ação 48420000 – Erradicação da Febre Aftosa

Quadro XXIII- Dados gerais da ação Erradicação da Febre Aftosa.

Tipo da ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitária; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soropidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Combate às Doenças.
Coordenador nacional da ação	Plínio Leite Lopes.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Esta ação (PI Febreaftos) tem como finalidade imediata fazer com que o Estado do Maranhão passe da atual classificação de zona de médio risco para área livre de febre aftosa com vacinação com reconhecimento internacional, objetivando a livre entrada de produtos de origem animal nos mercados nacional e internacional. Geralmente a ação Erradicação da Febre Aftosa é executada concomitantemente, por meio de convênio entre o MAPA e a AGED-MA, que é o órgão estadual de defesa agropecuária, que é responsável pela execução das exigências em campo para a erradicação da referida doença. Nessa situação, cabe ao SISA/DDA/SFA-MA a supervisão (auditoria) das atividades realizadas pelo órgão de defesa estadual.

O produto da meta física cadastrado no Sigplan é área livre, medida em km², com uma taxa de 331.983 km² (Tabela XXXVI). Como uma ferramenta capaz de auxiliar na mensuração do alcance da meta governamental, lança-se mão de uma meta física institucional, o número de auditorias em escritórios da AGED-MA, a fim de se apurar a capacidade de se conseguir atingir a meta. Desse modo, com o interesse em aferir os índices de eficiência e eficácia do SISA/DDA/SFA-MA, calcularam-se tais índices com base nos resultados obtidos na meta física institucional.

Tabela XXXVI- Metas e resultados da ação Erradicação da Febre Aftosa no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 43.006,90	R\$ 35.113,80	81,65%
Física – Sigplan	331.983 km ²	0 km ²	0,00%
Física – Institucional	30 auditorias realizadas	21 auditorias realizadas	70,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Sigplan-SFA/MA.

Na meta física institucional, o produto supervisão realizada refere-se às auditorias realizadas nas Unidades Locais de Atenção Veterinária, nos Escritórios de Atendimento a Comunidade, nas barreiras fixas e nas Unidades Regionais da AGED-MA, que são as unidades localizadas no interior do Estado responsáveis pela execução da ação de Erradicação da Febre Aftosa no Maranhão.



Desse modo, realizaram-se 14 auditorias às Unidades Locais de Atenção Veterinária, 2 às barreiras fixas de fiscalização zoossanitária e 5 supervisões aos Escritórios de Atendimento a Comunidades, totalizando-se 21 auditorias realizadas, tendo-se a atenção de distribuí-las pelo maior número de Unidades Regionais, que compõem a estrutura funcional do órgão executor estadual. Com essas auditorias realizadas, visitaram-se unidades da AGED-MA localizadas em seis de suas 18 Unidades Regionais.

Há uma necessidade que o Estado passe a receber o status de área livre de febre aftosa com vacinação, o que corresponderia a 331.983 km² em área. Por conta desta necessidade de adequação, no final do mês de março foi realizada uma auditoria do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa por determinação do Departamento de Saúde Animal, na qual foram visitados nove municípios do Maranhão. Da mesma forma, uma nova auditoria nacional deverá ser realizada em junho de 2011 com o objetivo de avaliar a situação do Maranhão para a avaliação quanto à alteração para o status de área livre da doença com vacinação.

Em 2010 o Estado do Maranhão manteve a classificação de médio risco para febre aftosa, a qual foi obtida junto ao MAPA em dezembro de 2004. Esse fato teve efeitos favoráveis ao Estado pois, com a diminuição das restrições a animais e produtos de animais suscetíveis à doença nos estados brasileiros classificados como livres com ou sem vacinação, foi possível intensificar o comércio de animais e produtos.

Deve-se mencionar que não faltaram recursos financeiros ao Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA).

Dentre as atividades realizadas pelo SISA/DDA/SFA-MA nessa ação, cabe ressaltar a participação de um Fiscal Federal Agropecuário na força-tarefa de vacinação “agulha oficial” na Calha do Rio Amazonas, custeada pelo DSA/SDA.

Englobando-se os custos das auditorias, de eventos e de participação em força-tarefa, disponibilizaram-se R\$ 43.006,90, dos quais foram utilizados recursos da ordem de R\$ 35.113,80, o que fez uma taxa de aplicação de 81,65% (Tabela XXXVII).

Tabela XXXVII- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Erradicação da Febre Aftosa no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	12.696,90	12.134,32	95,57
3390-30	Material de Consumo	12.000,00	6.191,00	51,59
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	15.600,00	16.478,48	105,63
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	2.710,00	310,00	11,44
TOTAL		43.006,90	35.113,80	81,65

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Em eventos, que incluíram a participação e organização em cursos e seminários, foram utilizados R\$ 24.459,60, distribuídos em R\$ 8.554,66 em Diárias – Pessoal Civil e R\$ 15.905,44 em Passagens e Despesas com Locomoção (Tabela XXXVIII).

Considerando-se apenas os recursos utilizados com as auditorias, foram utilizados recursos que somaram R\$ 10.654,20, distribuídos em R\$ 3.580,16 em Diárias – Pessoal Civil, R\$ 6.191,00 em Material de Consumo, R\$ 573,04 em Passagens e Despesas com Locomoção e R\$ 310,00 em Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, quantia essa que foi usada na manutenção de veículos para a realização das supervisões. Esses recursos equivalem a 54,85% do que foi descentralizado, sendo que a taxa de utilização dos recursos disponibilizados no elemento de despesa Material de Consumo, que foi de 51,59%, foi o responsável direto pelo resultado verificado na utilização dos recursos descentralizados.



Tabela XXXVIII: Despesas realizadas na ação Erradicação da Febre Aftosa para participação em eventos.

EVENTO	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção		TOTAL	
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Participação de um FFA em reunião com a SDA/MAPA sobre projeto de ampliação de zona livre de febre aftosa com vacinação – Brasília/DF – 01/2010.	638,34	638,34	1.984,48	1.984,48	2.622,82	2.622,82
Participação de cinco fiscais de defesa animal da AGED-MA na campanha de vacinação “agulha oficial” no Amazonas – 18/02 a 13/03/2010.	0,00	0,00	4.281,20	4.281,20	4.281,20	4.281,20
Participação de um FFA em reunião sobre o projeto de ampliação da área livre de febre aftosa com vacinação – Brasília/DF – 04/2010.	813,32	813,32	2.246,48	2.246,48	3.059,80	3.059,80
Custeio de viagem de Geraldo Moraes e Eliane Dea para reunião na AGED-MA – Brasília/DF – 03 a 07/05/2010..	755,64	755,64	1.354,48	1.354,48	2.110,12	2.110,12
Participação de um FFA em treinamento sobre convênios – Fortaleza/CE – 03 a 07/05/2010.	981,70	981,70	774,24	774,24	1.755,94	1.755,94
Participação de um FFA para reunião para discussão sobre convênios- Brasília/DF- 20 e 21/05/2010.	403,66	403,66	573,04	573,04	976,70	976,70
Participação de um FFA na II Conferência Nacional sobre Defesa Agropecuária – Belo Horizonte/MG – 25 a 29/05/2010.	995,52	995,52	1.973,24	1.973,24	2.968,76	2.968,76
Participação de um FFA em encontro sobre defesa animal – Rio de Janeiro/RJ – 26 a 31/07/2010.	1.259,00	1.259,00	1.335,04	1.335,04	2.594,04	2.594,04
Participação de um FFA em reunião sobre o PNEFA (zona livre com vacinação) – Brasília/DF 09/2010.	403,66	403,66	1.383,24	1.383,24	1.786,90	1.786,90
Participação de um FFA em reunião sobre convênios – Natal/RN – 29/09 a 01/10/2010.	1.110,08	1.110,08	0,00	0,00	1.110,08	1.110,08
Participação de um FFA em reunião técnica sobre convênios – Recife/PE – 22/11/2010.	1.193,24	1.193,24	0,00	0,00	1.193,24	1.193,24
TOTAL	8.554,16	8.554,66	15.905,44	15.905,44	24.459,60	24.459,60

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Demonstrando o ambiente harmonioso que existe entre as instâncias de defesa sanitária animal no Maranhão, federal e estadual, os técnicos do SISA/DDA/SFA-MA e da AGED-MA trabalharam junto num treinamento de cadastramento e georreferenciamento de propriedades ou de criadores.

Com relação à transferência de recursos, foram analisadas três propostas de convênio da AGED-MA com o MAPA, com o objetivo de fortalecer a sanidade animal, mas que não foram aprovadas em sua análise técnica, no início, pela elevada soma solicitada, tempo e custo benefício, assim, finalizando a proposta ficou impossibilitada de ser firmada.



Desempenho Operacional

O índice de eficiência apresentou um custo menor de 21,65%, inferindo que o custo por supervisão realizado foi inferior ao programado (Quadro XXIV). Apesar de que o número de supervisões programadas não tenha sido cumprida, o que fez com que a taxa de eficácia encontrada fosse de 70,00%, as 21 supervisões realizadas na ação no Estado foram suficientes para detectar as não conformidades existentes no serviço da executado pela AGED-MA, e a cada relatório foram sugeridas as correções necessárias. Considerando que nas 21 supervisões as não conformidades detectadas foram se repetindo e que o plano de ação corretiva não vinha sendo cumprido conforme cronograma estabelecido pela AGED/MA e pelo o SISA/DDA/SFA-MA, optou-se, de comum acordo com o Departamento de Saúde Animal, a não realizar o total das supervisões inicialmente previstas.

Com relação ao indicador eficácia no triênio analisado, fazendo-se uma média, se teria um índice de cerca de 70%, indicando que as supervisões foram suficientes para avaliar o programa e propor sugestões para anomalias verificadas nessa ação e também que a taxa de cumprimento da meta física está historicamente acomodada nesse nível (Tabela XXXIX). Quanto às taxas encontradas no índice de eficiência, observou-se que nos últimos dois anos conseguiu-se redução nos custos de cada supervisão, revertendo a situação encontrada em 2008, quando o custo realizado foi superior ao programado.



Quadro XXIV- Indicadores de desempenho da ação Erradicação da Febre Aftosa.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de supervisões em relação à estimativa inicial	Número de supervisões realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	Custo / supervisão	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 507,34 / supervisão	70,00%
Fonte:	SISA/DDA/SFA-MA	SISA/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / SR)$ $CUR = (R\\$ 10.654,20 / 21)$ CUR = R\$ 507,34 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / SP)$ $CUP = (R\\$ 19.425,28 / 30)$ CUP = R\$ 647,51 Varição Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 507,34 - R\\$ 647,51$ VA = - R\$ 140,17 Varição Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(507,34 / 647,51) - 1] * 100$ VR = -21,65%	Varição Absoluta (VA) entre o número de Auditorias Realizadas e Auditorias Programadas em 2010: $VA = AR - AP$ $VA = 21 - 30$ VA = -9 Relação Percentual (RP) entre o número de Auditorias Realizadas e o número de Auditorias Supervisionadas Programadas: $RP = (AR / AP) * 100$ $RP = (21 / 30) * 100$ RP = 70,00%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; RP: Relação Percentual; AP: Nº de Auditorias Programadas; AR: Nº de Auditorias Realizadas; VA: Variação Absoluta; VR: Variação Relativa.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela XXXIX- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Erradicação da Febre Aftosa.no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	26,26	-15,92	-21,65
Eficácia (%)	56,66	74,28	70,00

Fonte: SFA/MA.



2.3.1.1.2.1.7. Ação 85720000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Quadro XXV- Dados gerais da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

Tipo da ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Proteção de Plantas.
Coordenador nacional da ação	Carlos Artur Franz.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A produtividade agrícola bem como a qualidade dos produtos obtidos é limitada também pelas pragas agrícolas, que estão entre os principais fatores que as limitam. Além de acarretarem em um aumento do consumo de defensivos, que podem causar danos ao ambiente e à saúde dos que estão ligados à produção e do consumidor, elevam os custos de produção e resultam em menores ganhos à cadeia produtiva em geral.

Além disso, as pragas são as principais causas de barreiras não-tarifárias ao comércio exterior, o que prejudica o agronegócio brasileiro, reverberando tanto na economia interna como na balança comercial. Preveni-las e controlá-las torna-se extremamente importante por questões de ordem social, econômica, tecnológica e de sustentabilidade ambiental. Para evitar, ou, ao menos, minimizar esses problemas, a defesa vegetal torna-se imprescindível para que essas ameaças ao setor agrícola brasileiro venham a causar danos e prejuízos. Por essa razão, a ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais (PI PCE Vegetal) tem suas atividades focadas na pragas das culturas agrícolas.

Entre as atividades prioritárias ao PI PCE Vegetal no Estado do Maranhão, estão as culturas do citros, soja e banana, por serem culturas agrícolas de expressão econômica regionalmente e por abrigarem pragas de importância econômica e/ou quarentenária segundo as Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007, alterada pela Instrução Normativa nº 41, de 01 de julho de 2008.

Todas as ações foram, como está determinado no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA, criado pelo Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006), executadas pela AGED-MA e supervisionados pelo SISV/DDA/SFA-MA.



As metas físicas e financeiras executadas referem-se aos trabalhos desenvolvidos com as três culturas citadas anteriormente (Tabela XL).

Tabela XL- Metas e resultados da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 775.334,98	R\$ 21.602,78	2,79%
Física (área controlada)	78.116 ha	76.746 ha	98,25%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

A taxa de alcance da meta física foi de 98,25%, pois desconsiderou-se da meta física prevista cadastrada no Siplan, que foi de 78.116 ha de área controlada, a área cultivada com as culturas citricolas no Estado do Maranhão, que foi de 1.370 ha em 2010, pois há a ocorrência de pragas das culturas do citros no Estado do Maranhão.

No Estado do Maranhão, a única praga com importância econômica para a cultura da soja que ocorre é a ferrugem asiática da soja, causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi* Sydow. Não há pragas de importância quarentenária ausentes ou presentes no Estado que atacam a cultura da soja.

A única atividade prevista para a prevenção de pragas da soja foi a fiscalização do cumprimento do período do vazio sanitário na cultura da soja, que trata-se de uma medida de controle legislativo instituída pela AGED-MA e obrigatória pela Instrução Normativa nº 2, de 29 de janeiro de 2007, que criou o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS) no Departamento de Sanidade Vegetal, junto à Coordenação-Geral de Proteção de Plantas (CGPP/DSV).

A Instrução Normativa AGED nº 01, de 03 de abril de 2008, instituiu o vazio sanitário da soja a cada ano no período de 15 de agosto a 15 de outubro, que consiste em manter as lavouras sem cultivo de soja por um período de 60 dias consecutivos na entressafra, no caso do Estado do Maranhão, com intuito de interromper o ciclo da doença, o que diminuirá a fonte de inóculo para a safra seguinte. Isso é conseguido com a ausência total de plantas vivas de soja no campo, fato esse que é fiscalizado pela AGED-MA e supervisionado pelo SISV/DDA/SFA-MA.

Em 2010, diferentemente do que ocorreu no ano de 2009, não foi necessária a divulgação de nenhuma permissão extraordinária para o plantio de soja a fim de obter sementes genéticas durante a vigência do vazio sanitário. Como o regime de chuvas foi até abaixo da média histórica, não ocorreram atrasos no plantio, e consequentemente, na colheita da soja nas regiões produtoras.

Quando há pedidos de autorização para o cultivo de plantas de soja visando a produção de sementes genéticas durante o período do vazio sanitário, a AGED-MA deve monitorar essas lavouras e solicitar a destruição dos campos de produção em que forem encontrados uma taxa superior a 3% de área foliar infectada com o fungo da ferrugem asiática.

Em 2010, a AGED-MA não realizou nenhuma monitoração durante o período do vazio sanitário pois o órgão estadual não teve à sua disposição recursos financeiros tanto por parte do Governo Estadual como por parte do MAPA, o que inviabilizou essa ação.

Para a cultura da banana, o Estado do Maranhão é reconhecido como Área Livre de Sigatoka Negra através da promulgação da Instrução Normativa nº 62, de 09 de novembro de 2006, da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA/MAPA). Portanto, o objetivo é de se manter a condição de Área Livre da praga, e que para isso devem ser feitas supervisões anuais, em conformidade com a Instrução Normativa SDA/MAPA nº 17, de 31 de maio de 2005, que, entre outras coisas, aprovou os procedimentos para a caracterização, implantação e manutenção de Área Livre da Sigatoka Negra, *Mycosphaerella fijiensis* (Morelet) Deigh, que visa evitar a introdução, disseminação e proteger as áreas de produção de banana.



Por ser uma ação descentralizada, cabe ao SISV/DDA/SFA-MA a supervisão e auditoria dos trabalhos executados pela AGED-MA a fim de impedir a entrada de tal doença no território maranhense.

Visando a manutenção da Área Livre da Praga Sigatoka Negra no Maranhão, a AGED-MA supervisionou no ano de 2010 622 propriedades agrícolas produtoras de banana. Nas supervisões às propriedades, os fiscais de defesa vegetal do órgão estadual fazem uma monitoração ao plantio de detectarem visualmente plantas com suspeita da doença. Quando há suspeita de ocorrência da doença, uma amostra é coletada e enviada para análise para a obtenção de laudo negativo ou positivo.

Como atividades complementares objetivando a manutenção da Área Livre de Sigatoka Negra, também foram realizados 606 levantamentos/cadastros oficiais; sete coletas de amostras para análise em laboratório; foram fiscalizadas 10.907 cargas nas barreiras fitossanitárias fixas; 52 cargas nas barreiras fitossanitárias móveis; foram emitidos 664 Certificados Fitossanitários de Origem e 1.359 Permissões de Trânsito de Vegetais. Ainda foram realizadas 12 palestras sobre a doença sigatoka negra e distribuídos 1.138 unidades de materiais informativos diversos.

O SISV/DDA/SFA-MA não realizou nenhuma supervisão/auditoria nos trabalhos da AGED-MA realizados com essa cultura devido à falta de recursos financeiros para tal fim. Todo o acompanhamento dói realizado por meio de relatórios bimestrais da AGED-MA, e segundo os mesmos o Estado do Maranhão continua sem a ocorrência da praga sigatoka negra em suas lavouras.

Quanto à cultura do citros, as pragas quarentenárias mosca negra dos citros, *Aleurocanthus woglumi* Ashby, e cancro cítrico, *Xanthomonas axonopodis* pv. *citri* Vauterin, continuam presentes nos pomares maranhenses. Apesar de ambas serem pragas de importância quarentenária, o tratamento dispensando a ambas pelo DSV/SDA é distinto. Enquanto que o DSV/SDA não destina mais nenhum esforço para que a mosca negra dos citros seja erradicada do território maranhense, já para o cancro cítrico tem-se o objetivo de erradicá-la dos cultivos de citros.

No caso da mosca negra dos citros, a decisão do DSV/SDA se baseia no fato de que esse inseto já estar amplamente distribuído nos pomares do Estado, o que foi constatado em levantamento realizado em pomares citrícolas em todo o Maranhão no ano de 2008. Essa ampla distribuição demandariam para a sua erradicação muitos recursos financeiros e humanos para uma cultura que não apresenta grande importância econômica, haja visto que, segundo dados de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são cultivados no Estado do Maranhão 1.370 ha com as culturas da laranjeira, limoeiro e tangerineira. Portanto, os esforços ficam resumidos à medidas que visam evitar a dispersão desse inseto a outros estados brasileiros a partir do Estado do Maranhão.

Em relação ao cancro cítrico, que foi encontrado pela primeira vez em 2009, e que apresenta um grande foco em área urbana localizado no município de São Luís, a sua erradicação ainda não foi concretizada por falta de condições técnicas e financeiras por parte da AGED-MA. Focos da doença diagnosticados em viveiros localizados em Barra do Corda foram debelados com a destruição de todas as mudas, independentemente se estavam infectadas ou não.

O primeiro foco da doença, descoberto em 2009, já foi eliminado, mas ainda necessita-se de um levantamento em toda a microrregião Aglomeração Urbana de São Luís, que engloba os municípios de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa para que seja realizada a erradicação de todas as plantas adultas ou não contaminadas com a bactéria.

Devido à falta de recursos financeiros e de materiais adequados para o prosseguimento dos trabalhos visando à monitoração e erradicação do cancro cítrico no Maranhão, os mesmos foram paralisados.

Em 2010, a AGED-MA realizou um levantamento fitossanitário da cultura dos citros em todo o Estado do Maranhão com o objetivo de mapear as pragas dessa frutífera que estão presentes. Nesse levantamento, realizado pela equipe de fiscais de defesa vegetal, foram cadastradas



319 unidades de produção em 107 municípios, num total de 217,514 ha de área cultivada com a cultura dos citros visitados. Nesse levantamento foram constadas, além de pragas sem importância quarentenária para o Brasil, apenas a mosca negra dos citros, *Aleurocanthus woglumi* Ashby (Hemiptera: Aleyrodidae), cuja apresenta importância quarentenária.

As atividades dessa ação são todas descentralizadas à AGED-MA, que, por falta de recursos financeiros, não pôde executar em sua plenitude todas as atividades necessárias à segurança fitossanitária do Estado do Maranhão.

Por consequência disso, em 2010 a AGED-MA encaminhou uma proposta de convênio com o MAPA com o objetivo de garantir a segurança fitossanitária estadual, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional. Dessa maneira, estariam atendidas as demandas necessárias para os problemas fitossanitários para as culturas da soja, banana e citros, principalmente.

A proposta de convênio, com valor total para o cumprimento das metas dessa ação no valor de 909.071,20, sendo o valor de repasse de R\$ 746.050,00, disponibilizado na rubrica Auxílios, após passar por todas as análises e trâmites legais, teve o seu Plano de Trabalho aprovado pelo DSV/SDA e a sua aprovação publicada no Diário Oficial da União em julho sob o nº 743.999/2010. Porém, para a sua execução, o MAPA não descentralizou os recursos financeiros no ato da assinatura, em julho, o que retardou o seu início. Em dezembro, o MAPA dispôs-se em liberar os recursos financeiros discriminados no Plano de Trabalho, mas, a AGED-MA, para a qual é exigida uma contrapartida na forma de recursos financeiros, não pôde honrar a sua parcela de R\$ 163.021,20, o que inviabilizou a execução do convênio.

O impasse gerado pela execução do convênio na área de defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA fez com que qualquer ação programada no âmbito da prevenção, controle e erradicação de pragas pelo SISV/DDA/SFA-MA, que passaria a ter o papel de supervisor do convênio, concernente às pragas das culturas da soja, banana e citros, fosse prejudicada quanto à sua execução, pois, mesmo com as ações sendo descentralizadas à AGED-MA, o SISV/DDA/SFA-MA eventualmente executou-as em anos anteriores.

Com relação aos recursos descentralizados e utilizados no PI PCE Vegetal, foram descentralizados R\$ 775.334,98 e utilizados 21.602,78, o que fez uma taxa de execução em relação à previsão de apenas 2,79% (Tabela XLI). Isso ocorreu em função do enorme desequilíbrio gerado pelo empenho de R\$ 746.050,00 como parte relativa do concedente para a execução do convênio na área de defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA, que, como foi explicitado anteriormente, não foi executado em função da falta de liberação da parcela de contrapartida. Em função disso, todo aquele montante não pode ser utilizado, o que prejudicou sobremaneira a taxa de execução/previsão.

Quando se desconsidera os recursos não utilizados para a celebração do convênio, a taxa de utilização dos recursos foi a 73,77%, pois o denominador passou a ser de R\$ 29.284,98, após o desconto dos R\$ 746,050,00.

Como não houve atividade técnica realizada pelo SISV/DDA/SFA-MA em função da descentralização de deveres à AGED-MA, todas as despesas efetuadas com o pagamento de diárias e de deslocamento por transporte aéreo foi proporcionado para o pagamento de participação dos técnicos do SISV/DDA/SFA-MA em eventos de aperfeiçoamento técnico (Tabela XLII). Para o pagamento de diárias, foram utilizados R\$ 8.944,18 e para o pagamento de passagens aéreas foram gastos R\$ 10.814,65.



Tabela XLI- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	10.703,04	8.944,18	83,57
3390-30	Material de Consumo	800,00	239,85	29,98
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	15.227,24	10.814,65	71,02
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	1.174,70	974,10	82,92
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	1.380,00	630,00	45,65
4430-42	Auxílios	746.050,00	0,00	0,00
TOTAL		775.334,98	21.602,78	2,79

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Além disso, no PI PCE Vegetal foram disponibilizados recursos para cobrir despesas do PI Fiscalsem, para o pagamento de diárias no valor de R\$ 899,30, os quais não foram computados nos cálculos para o PI PCE Vegetal (Tabela XLIII).

Isso ocorreu em função de que houve a disponibilização do PI Fiscalsem1 da quantia de R\$ 981,70 para o pagamento de diárias de um técnico do SISV/DDA/SFA-MA para participar do treinamento sobre os conceitos e procedimentos sobre convênios do Departamento de Sanidade Vegetal, realizado em Fortaleza/CE, entre os 03 e 07/05/2010, pois não havia recursos disponíveis no PI PCE Vegetal para arcar com a citada despesa. Como contrapartida, foram utilizados R\$ 899,30 do PI PCE Vegetal por um técnico do SEFAG/DDA/SFA-MA para o custeio de diárias para uma viagem a Tasso Fragoso/MA, entre os dias 07 e 12/06/2011, que teve como objetivo a fiscalização e inspeção em empresa prestadora de serviços de aviação agrícola. Apesar disso, ambas as ações fazem parte da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA.

Houve a participação de FFA's do SISV/DDA/SFA-MA nos eventos descritos a seguir e custeados pelo DSV/SDA:

- participação de um FFA no Curso de Capacitação sobre a Praga *Puccinia kuehnii* – Piracicaba/SP – 26 a 28/01/2010;
- participação de três FFA's como palestrantes no V Curso de Certificação Fitossanitária de Origem – Chapadinha/MA – 13 e 14/04/2010;
- participação de um FFA em treinamento sobre os conceitos e procedimentos sobre convênios do Departamento de Sanidade Vegetal – Fortaleza/CE – 03 a 07/05/2010;
- participação de um FFA no XLIII Congresso Brasileiro de Fitopatologia – Cuiabá/MT – 15 a 20/08/2010;
- participação de um FFA no XXIII Congresso Brasileiro de Entomologia – Natal/RN – 26/09 a 01/10/2010;
- participação de um FFA em reunião técnica organizada pelo Departamento de Sanidade Vegetal para unificação de procedimentos quando à elaboração de plano de trabalho para a formalização de convênios com o Departamento de Sanidade Vegetal – Natal/RN – 02/10/2010;
- participação de um FFA no Curso de Análise de Risco de Pragas promovido de DSV/SDA – Ilhéus/BA – 04 a 08/10/2010;
- participação de um FFA no VI Curso de Capacitação em Moscas-das-Frutas de Importância Econômica Quarentenária – Juazeiro/BA – 02 a 12/11/2010;
- participação de dois FFA's na II Reunião Técnica sobre Convênios do Departamento de Sanidade Vegetal – Recife/PE – 22 a 24/11/2010.



Tabela XLII- Despesas realizadas na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais para participação em eventos.

EVENTO	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-36 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção	
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Participação de um FFA no Curso de Capacitação sobre a Praga <i>Puccinia kuehnii</i> – Piracicaba/SP – 26 a 28/01/2010.	608,84	608,84	---	---	1.083,95	1.083,95
Participação de três FFA's como palestrantes no V Curso de Certificação Fitossanitária de Origem – Chapadinha/MA – 13 e 14/04/2010.	713,58	713,58	---	---	---	---
Participação de colaborador eventual da Embrapa Amazônia Ocidental como palestrante no V Curso de Certificação Fitossanitária de Origem – Chapadinha/MA – 13 e 17/04/2010.	---	---	974,10	974,10	826,88	826,88
Participação de um FFA em treinamento sobre convenio – Fortaleza/CE – 03 a 07/05/2010.	---	---	---	---	713,97	713,97
Participação de um FFA no XIIII Congresso Brasileiro de Fitopatologia – Cuiabá/MT – 15 a 20/08/2010.	1.129,20	1.129,20	---	---	1.702,93	1.702,93
Participação de um FFA no XXIII Congresso Brasileiro de Entomologia – Natal/RN – 26/09 a 01/10/2010.	1.129,20	1.129,20	---	---	1.129,82	1.129,82
Participação de um FFA em reunião técnica organizada pelo Departamento de Sanidade Vegetal para unificação de procedimentos quando à elaboração de plano de trabalho para a formalização de convênios com o Departamento de Sanidade Vegetal – Natal/RN – 02/10/2010.	200,60	200,60	---	---	---	---
Participação de um FFA no Curso de Análise de Risco de Pragas promovido pelo DSV/SDA – Ilhéus/BA – 04 a 08/10/2010.	857,80	857,80	---	---	1.327,58	1.327,58
Participação de um FFA no Curso de Análise de Risco de Pragas promovido pelo DSV/SDA – Ilhéus/BA – 04 a 08/10/2010.	---	---	---	---	1.327,59	1.327,59
Participação de um FFA no VI Curso de Capacitação em Moscas-das-Frutas de Importância Econômica Quarentenária – Juazeiro/BA – 02 a 12/11/2010.	1.842,94	1.842,94	---	---	1.838,33	1.838,33
Participação de dois FFA's na II Reunião Técnica sobre Convênios do Departamento de Sanidade Vegetal – Recife/PE – 22 a 24/11/2010.	1.169,08	1.169,08	---	---	863,60	863,60
Sub-Total (R\$)	7.651,24	7.651,24	974,10	974,10	10.814,65	10.814,65
TOTAL (R\$)	19.439,99					

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

¹ As despesas com Diárias – Pessoal Civil, de R\$ 981,70, foram pagos com recursos oriundos do PI Fiscalsem1.

² As despesas com Diárias – Pessoal Civil, de R\$ 857,80, foram pagos com recursos oriundos do PI Erradmosca.



Tabela XLIII- Recursos para a ação Fiscalização de Sementes e Mudas (PI Fiscalsem1) descentralizados na ação Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	899,30	899,30	100,00
TOTAL		899,30	899,30	100,00

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Eventualmente, o SISV/DDA/SFA-MA em parceria com a AGED-MA, de acordo com a demanda da cadeia produtiva das espécies hospedeiras de pragas quarentenárias presentes, realiza cursos de Certificação Fitossanitária visando a habilitação de Responsáveis Técnicos para a emissão de Certificado Fitossanitário de Origem e Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado (CFOC), conforme orientações da Instrução Normativa nº 55, de 06 de dezembro de 2007.

Em 2010 foi realizado um curso de CFO devidamente autorizados pelo DSV/SDA, que foi realizado no município de Chapadinha, nos dias 13 e 14 de abril, sobre as pragas cancro cítrico, sigatoka negra, moko da bananeira e mosca da carambola, no qual foram treinados 40 profissionais.

Desempenho Operacional

Como não houve atividades técnicas, os recursos descentralizados em 2010 foram unicamente utilizados para o pagamento de diárias de colaborador eventual e para a participação de técnicos do SISV/DDA/SFA-MA em eventos. Dessa maneira, não foi possível mensurar os indicadores de desempenho institucional como eficiência e eficácia.

Considerando as pragas quarentenárias de risco para o Maranhão, tem-se presente apenas duas que são hospedeiras da cultura do citros, que são a mosca negra dos citros e o cancro cítrico. Considerando que a meta física cadastrada no Siplan, cuja unidade é área controlada em hectares, foi de 78.116 ha, considerou-se que 98,25% dessa meta foi cumprida em função da subtração da área cultivada com citros no Estado do Maranhão, que é de 1.370 ha, segundo o IBGE.

Vale ressaltar que as demais pragas de importância quarentenária que tem como hospedeiro a cultura do citros não estão presentes no Estado do Maranhão, e que nenhuma praga da cultura da bananeira e da soja que ostenta esse status quarentenário está presente no território maranhense.

Com relação ao histórico dos indicadores de eficiência e eficácia no triênio 2008 - 2010, como não se efetuou o cálculo desses indicadores para 2010, decidiu-se que não haveria o propósito de divulgar as taxas encontradas para o ano de 2008, pois esse foi o último exercício para o qual se pôde calcular os indicadores institucionais de eficiência e eficácia, já que em 2009 os mesmos também não puderam ser calculados por motivos semelhantes aos que impediram o seu cálculo em 2010. Nessa situação, a possibilidade de avaliação do desempenho tornou-se, antes de mais nada, impossível, e desnecessária.

Como dificuldades enfrentadas pelo SISV/DDA/SFA-MA para a execução de suas tarefas, há a necessidade de solicitação de recursos financeiros ao Núcleo de Acompanhamento, Controle e Avaliação (NACA/DSV) para qualquer atividade que se deseja realizar, o que torna a tomada de iniciativas mais morosa em função dos trâmites internos desse setor até que se proceda à liberação dos recursos solicitados.

Com a entrada em vigor do novo Regimento das SFA's, os serviços técnicos na SFA/MA sofreram alterações, sendo que o Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/SFA-MA), que existia no antigo Regimento regulado pela Portaria nº 300, de 16 de junho de 2005, foi desmembrado, sendo que a ala que cuidava da sanidade animal foi compor o novo Serviço de Inspeção e Saúde Agropecuária (SISA/DDA/SFA-MA) e a parte que se responsabilizava pela



sanidade vegetal do antigo SEDESA/DT/SFA-MA passou a fazer parte do novo Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal, ambos criados pela Portaria nº 428, de 09 de junho de 2010. Com a fusão dos antigos serviços de sanidade vegetal e de inspeção de produtos agrícolas, a demanda por um veículo tipo caminhonete que havia em 2009 foi suprida pela incorporação da frota de veículos pertencentes ao antigo serviço de Inspeção de Produtos Agrícolas. Um veículo desse porte se fazia necessário em função das condições de trafegabilidade das estradas e porque o veículo anteriormente utilizado para as atividades pertencia ao setor de defesa animal do extinto SEDESA/DT/SFA-MA.

Para a melhoria dos serviços prestados, faz-se necessária a efetivação de um convênio em defesa vegetal entre o MAPA e a AGED-MA com o objetivo de capitalizar financeiramente, estruturar e capacitar os técnicos do órgão estadual, a fim de garantir o bom funcionamento do SUASA, bem como é de fundamental importância a contratação de mais fiscais (engenheiros agrônomos) para atuarem na defesa vegetal do Estado do Maranhão.

Também é importante a realização de campanhas para esclarecer produtores, comerciantes e transportadores sobre a legislação de trânsito de vegetais, sobre as pragas que ocorrem no Estado do Maranhão, bem como as potenciais de entrada, e sobre as adequações necessárias para viabilizar o comércio de produtos vegetais que sofrem restrição de comercialização. Assim como é necessário que se intensifique as ações de educação sanitária para a melhor prevenção, monitoração e controle dessas pragas, com palestras aos produtores, divulgação e distribuição de material informativo.

Os desafios do SISV/DDA/SFA/MA na ação de Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais consistem na busca de soluções para o setor agrícola incrementar a qualidade fitossanitária das plantas, visando a diminuição da incidência de pragas quarentenárias, especialmente o cancro cítrico e intensificar a fiscalização do trabalho dos responsáveis técnicos que atuam na Certificação Fitossanitária de Origem para estas pragas junto à AGED-MA.

2.3.1.1.2.1.8. Ação 86580000 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais

Quadro XXVI- Dados gerais da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Tipo da ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Garantir a segurança zoonosológica nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoonosológicas para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoonosológica; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Combate às Doenças.
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

É fundamental, à boa qualidade da saúde humana, a sanidade dos animais, visto que as mesmas estão relacionadas nos aspectos socioeconômicos, culturais e agropastoris. O Estado do



Maranhão está subdividido geograficamente em 5 mesorregiões, onde estão distribuídos 217 municípios, onde o número de bovídeos está na ordem de 7.000.000 cabeças; destes cerca de 80.000 cabeças são búfalos, que em sua maioria estão no município de Viana, o que demonstra a variação de ecossistemas que há dentro de aproximadamente 131.000 propriedades rurais. Sabe-se que todo o sistema de defesa animal deve estar organizada de forma a atender os criadores aos níveis municipal e estadual.

O desenvolvimento da bovideocultura, vindo pela ótica da defesa sanitária animal, busca a oferta de produtos de qualidade em conformidade com a saúde e bem-estar animal, com o meio ambiente sustentável e com a qualidade da vida humana.

As ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais são divididas em vários programas nacionais, os quais serão descritos sucintamente.

Dos vários programas nacionais da área de sanidade animal, resumidamente serão abordadas as atividades do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias (PNCRHE), do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose dos Animais, do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE), do Programa Nacional de Sanidade dos Suínos (PNSS) e do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA).

A meta física cadastrada no Sigplan para essa ação (PCE Animal) é propriedades atendidas, que correspondem às vigilâncias passivas do sistema de atenção veterinária oficial, que, em sua maioria, dizem respeito aos atendimentos em vigilância das encefalopatias de ruminantes no Estado. Entretanto, essa ação é descentralizada, sendo a AGED-MA o órgão executor responsável.

A taxa alcançada dessa meta física foi 104,49%, pois a meta prevista era de 17.296 propriedades rurais fossem atendidas pelos técnicos da AGED-MA, sendo que um total de 18.072 foram atendidas (Tabela XLIV).

Tabela XLIV- Metas e resultados da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 70.156,36	R\$ 52.883,41	75,38%
Física – Sigplan	17.296 propriedades atendidas	18.072 propriedades atendidas	104,49%
Física – Institucional	15 supervisões	12 supervisões	80,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

No intuito de se avaliar a meta, o SISA/DDA/SFA-MA utilizou uma meta física institucional, o número de supervisões às unidades da AGED-MA, para a medição do cumprimento da meta física do Sigplan. Dessa maneira, os índices de desempenho foram calculados considerando-se a meta física institucional.

A meta física institucional supervisões, que tem como objetivo supervisionar as atividades em propriedades rurais e nos escritórios da AGED-MA, apresentou uma taxa de 80,00%.

Como essa ação é composta por várias sub-ações, como já descritas anteriormente, o número de supervisões foi dividido entre elas em função das necessidades e da importância de cada uma delas (Tabela XLV).

Já os recursos corresponderam aos acompanhamentos de todos os programas atendidos no Estado pelo SISA/DDA/SFA-MA (Tabela XLVI). Com uma taxa de desempenho de 75,50%, foram gastos R\$ 53.242,82 do montante de R\$ 70.515,77 que foram disponibilizados. Não faltaram recursos financeiros para garantir a execução de medidas que visem promover a prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais dos programas nacionais executados no Estado. Cabe destaque a utilização de 88,08% dos recursos descentralizados no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil.



Tabela XLV: Relação do número de supervisões programadas e realizadas por Programa Nacional de Sanidade Animal coordenados pelo Departamento de Sanidade Animal no Estado do Maranhão em 2010.

Programa Nacional	Supervisões	
	Programadas	Executadas
PNCEBT	10	7
PNCRH	3	3
PNSE	1	1
PNSS	1	1
TOTAL	15	12

Fonte: SFA/MA.

Tabela XLVI- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	32.969,64	29.040,26	88,08
3390-30	Material de Consumo	12.120,00	7.466,68	61,60
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	14.049,22	8.861,47	63,07
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	7.817,50	5.310,00	67,92
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	3.200,00	2.205,00	68,90
3390-93	Indenizações e Restituições	359,41	359,41	100,00
TOTAL		70.515,77	53.242,82	75,50

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

A meta física institucional correspondeu à análise do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal, especificamente no desempenho de médicos veterinários de instituições privadas, daí a necessidade da realização do trabalho de monitoramento no campo.

O SISA/DDA/SFA-MA também executou uma atividade de cunho educativo ao ministrar uma palestra aos criadores de gado sobre os programas sanitários de interesse dos pecuaristas no município de Bacabal no mês de abril. Essa atividade teve como gastos o pagamento de R\$ 715,74 em diárias e de R\$ 100,00 em combustível (elemento de despesas Material de Consumo).

Em atividades técnicas e cursos, totalizaram-se cinco eventos em 2010, o que para a participação do corpo técnico do SISA/DDA/SFA-MA demandou-se em diárias R\$ 12.153,63, em despesas com materiais de consumo, foram gastos R\$ 100,00, e em despesas com locomoção e passagens aéreas R\$ 6.932,80 (Tabela XLVII).



Tabela XLVII- Despesas executadas na ação Erradicação da Febre Aftosa para participação em eventos.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Participação de um FFA em reunião técnica para a discussão da Instrução Normativa nº 41/2009 – Campinas/SP – 08 a 12/03/2010.	822,45	822,45	1.122,04	1.122,04	1.944,49	1.944,49
Ministrar palestra para criadores sobre os programas sanitários de interesse dos pecuaristas – Bacabal/MA – 04/2010 ¹ .	715,74	715,74	---	---	715,74	715,74
Participação de dois FFA's na II Conferência Nacional sobre Defesa Agropecuária – Belo Horizonte/MG – 25 a 29/05/2010.	995,52	995,52	1.973,24	1.973,24	2.968,76	2.968,76
Participação de um FFA em encontro sobre defesa animal – Rio de Janeiro/RJ – 26 a 31/07/2010.	1.259,00	1.259,00	1.335,04	1.335,04	2.594,04	2.594,04
Participação de dois FFA's em encontro sobre o PNCEBT – São Paulo/SP – 10 a 12/08/2010.	1.169,08	1.169,08	2.502,48	2.502,48	3.671,56	3.671,56
Participação de um FFA na Reunião Internacional sobre Raiva nas Américas – Guadalajara/MEX – 10/2010.	7.191,84	7.191,84	---	---	7.191,84	7.191,84
TOTAL	12.153,63	12.153,63	6.932,80	6.932,80	19.086,43	19.086,43

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

¹ Utilizaram-se R\$ 100,00 no elemento de despesas Material de Consumo.

² As despesas com Passagens e Despesas de Locomoção foram custeadas diretamente pelo DSA/SDA.

Desempenho Operacional dos Programas Nacionais de Sanidade Animal

1- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal - PNCEBT

Foram vacinadas, no decorrer do ano de 2010, 124.900 fêmeas no Estado, contrastando com os dados do ano de 2009 em que foram vacinadas apenas 12.617 animais, o que indicou um substancial avanço no programa. Creditamos esse avanço à publicação da Portaria nº 014/2010-AGED/MA, de janeiro de 2010, na qual em seu Artigo 1º há o disciplinamento do trânsito de bovinos e bubalinos em relação à vacinação contra brucelose em todo território maranhense.

O programa careceu de maior divulgação da obrigatoriedade da vacinação contra Brucelose, sendo que ações continuadas em educação sanitária se fazem mais necessárias.

No Estado, em 2010, dos 46.266 animais examinados para o diagnóstico da brucelose, 919 foram reagentes, perfazendo um total de 1,98%.

Quanto ao controle da tuberculose, dos 29.769 animais examinados no Estado para o diagnóstico da tuberculose, 58 foram positivos, o que dá uma taxa de 0,19% dessa população. Para a realização de serviços referentes ao PNCEBT, no Maranhão, há 87 médicos veterinários privados habilitados e 206 cadastrados para a vacinação.

A meta física institucional correspondente à sub-ação do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal foi cumprida em 70,00%, pois foram realizadas sete supervisões das dez supervisões previstas, sendo que foram supervisionadas as atividades das Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Apoio à Comunidade da AGED-MA



em Maracaçumé, Maranhãozinho, Santa Luzia do Paruá, Codó, Caxias, Riachão, Carolina, Feira Nova, São João dos Patos, Balsas e Fortaleza dos Nogueiras, municípios localizados em sete das dez Unidades Regionais programadas.

Há de se considerar que o responsável pelo programa participou de outras importantes atividades ligadas a este órgão, tais como: 1ª Etapa de Vacinação Oficial contra Febre Aftosa no Estado do Amazonas no período de 10/03 a 09/04.

2. Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e Outras Encefalopatias - PNCRH

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, executado pela AGED-MA, monitora e controla diversas encefalites no Estado, como a raiva dos herbívoros e o *scrapie* nos ovinos, e executa a prevenção das Encefalopatias Espongiformes Bovinas, sendo que essa última apenas como vigilância, já que a mesma não existe no Brasil.

O PNCRH, em 2002, já promovia curso de reconhecimento de encefalopatias para a capacitação de médicos veterinários no Maranhão, ou seja, mesmo antes de acontecerem casos de raiva em humanos em 2005, doença transmitida por morcegos hematófagos.

Em 2010 houve a captura de 246 morcegos hematófagos no Estado, a vacinação de 1.627.984 de herbívoros, em sua maioria bovinos espalhados no Estado, e foram constatados cinco focos de raiva em herbívoros.

Quanto a quantitativo de participantes em treinamentos e/ou capacitações que abordaram Raiva e Prevenção das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis no Maranhão, houve a capacitação de 292 técnicos treinados entre os anos de 2006 a 2010, sempre em parceria entre o SISA/DDA/SFA-MA, a AGED-MA e a UEMA.

Em 2010 os treinamentos em raiva em herbívoros e EEB foram ministrados por FFA's do SISA/DDA/SFA-MA a técnicos de frigoríficos municipais, contando com aulas práticas sobre coleta e envio de amostras para vigilância da EEB em frigoríficos.

Os treinamentos previstos para os técnicos da AGED-MA não foram realizados, pois a referida Agência não dispôs de recursos necessários para deslocamento dos técnicos.

O DSA realizou uma auditoria do programa do Maranhão, que resultou na elaboração de um plano de ação corretiva tanto para o órgão de defesa estadual quanto para o SISA/DDA/SFA-MA.

O SISA/DDA/SFA-MA realizou a coleta de 20 amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes em propriedades rurais, atendendo à solicitação contida no Fax Circular nº 087/SDA, de 23/08/2005. Entretanto, a meta era que fossem feitas 24 estabelecimentos rurais, ou seja, foram realizadas 83,33% das coletas previstas inicialmente e gastos para essa atividade a quantia de R\$ 8.196,38.

Essas coletas foram realizadas nos meses de abril aos municípios da microrregião de Presidente Dutra, em maio aos municípios das microrregiões de Caxias e Codó, em junho às microrregiões de Itapecuru Mirim e Rosário e em julho aos municípios das microrregiões de Açailândia e Imperatriz. As viagens para as coletas de amostras de alimentos para animais ruminantes despendeu de R\$ 4.833,97 para o pagamento de diárias e de R\$ 1.059,41 no elemento de despesa Material de Consumo para o pagamento de combustível.

No mês de julho foi realizada uma viagem para a realização de Auditoria e monitoramento de laboratórios em Imperatriz e Balsas, que demandaram R\$ 1.259,00 no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil e de R\$ 240,00 no elemento de despesas Material de Consumo.

O SISA/DDA/SFA-MA participou de um seminário sobre raiva promovido pelo Ministério da Saúde em São Luis.

Uma atividade relevante realizada por um FFA do SISA/DDA/SFA-MA, foi o envio de quatro resumos científicos à XXI Reunião Internacional de Raiva nas Américas (RITA), que aconteceu em Guadalajara/MEX, entre os dias 17 e 22 de outubro, a saber:



I- Práticas de captura e identificação do *Diphylla ecaudata* durante treinamento de técnicos do serviço oficial em Pernambuco - Brasil, parcerias das Superintendências Federais do Maranhão e Pernambuco, Agência de Defesa (ADAGRO) bem como com a Universidade Federal de Pernambuco;

II- Captura de *Desmodus rotundus* em curral e proposta de controle para o sertão de Pernambuco, Brasil;

III- Análise da raiva em herbívoros no Estado do Sergipe, norte do Brasil, parcerias dos Fiscais Federais Agropecuários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão e Sergipe, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO);

IV- Relato de agressões de *Desmodus rotundus* (E. Geoffroy, 1810) em pessoas e animais no município de Viana (Maranhão). Superintendência Federal de Agricultura do Maranhão - SFA, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA, médicos veterinários do Núcleo de Medicina Veterinária da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA).

3. Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA

Esta sub-ação é desenvolvida em parceria com a AGED-MA, especialmente no que se refere ao registro e fiscalização dos estabelecimentos avícolas comerciais, conforme determina a Instrução Normativa nº 56, de 04/12/2007, e Instrução Normativa nº 59, de 02/12/2009.

A adesão do Estado do Maranhão ao Plano Nacional de Prevenção à Influenza Aviária e de controle e Prevenção à Doença de New Castle foi ratificada por meio da Portaria nº 15 AGED-MA, de 19/02/2008. Mesmo assim, o referido Programa ainda encontra-se em fase de implantação, motivo pelo qual foram realizadas durante o exercício quatro reuniões com a participação da AGED-MA e a iniciativa privada, visando discutir os procedimentos para o registro dos estabelecimentos de acordo com as normativas supracitadas.

Nessas reuniões também foi levantado a necessidade de realizar capacitação de médicos veterinários do Serviço Veterinário Oficial (SVO) das regionais onde a avicultura é mais representativa, visando prepará-los para a implantação do Programa.

A referida capacitação foi realizada no mês de novembro, constando de aulas teóricas e prática de coleta e acondicionamento de amostras para as doenças previstas no Programa. Foram capacitados 21 médicos veterinários do SVO e dois Fiscais Federais Agropecuários da SFA-MA. No evento foram investidos R\$ 4.513,50 no elemento de despesas 3390-36 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física).

Uma carência a ser suprida é a elaboração de legislação estadual para dar suporte ao Programa.

Considerando a mudança do Fiscal Federal Agropecuário responsável pelo Programa no âmbito da SFA-MA, foi realizado no mês de abril um treinamento relativo às atribuições desse Programa Nacional na SFA-SE, no qual foram utilizados R\$ 928,60 no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil e R\$ 1.188,40 no elemento de despesas Passagens e Despesas com Locomoção.

As demais ações voltadas à coleta de amostras em sítios de aves migratórias não foram realizadas, visto que estavam previstas no convênio que não foi celebrado.



4- Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos (PNSE)

A sub-ação PNSE tem como finalidade prevenir, controlar e/ou erradicar as principais enfermidades dos eqüídeos, caprinos, ovinos e abelhas. Realizou-se uma reunião de supervisão entre os fiscais do Estado do Maranhão e técnicos de fiscalização de laboratórios do Pará.

5- Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos (PNSCO)

A estratégia do PNSCO é prevenir, controlar ou erradicar doenças que possam comprometer o rebanho caprino e ovino nacional. Esta sub-ação é desenvolvida em parceria com AGED-MA, e está em fase de implantação, sendo que há a necessidade estruturação de regulamentos e normas sanitárias, muitas delas em fases de projeto e/ou consultas públicas. Em 2010, o SISA/DDA/SFA-MA participou de reuniões da câmara setorial de ovinos e caprinos.

AGED-MA promoveu fiscalização e controle do trânsito de caprinos e ovinos, fiscalização e atendimento imediato quando da suspeita ou ocorrência de doença de notificação obrigatória.

6- Programa Nacional de Sanidade de Suínos (PNSS)

Relativo ao Programa Nacional de Saúde Suína Outubro, um FFA do SISA/DDA/SFA-MA forneceu suporte técnico-operacional a fiscais de defesa animal da AGED-MA para execução de atividades referentes à essa sub-ação do PI PCE Animal nas microrregiões Gerais de Balsas e de Imperatriz no mês de outubro. Essa contribuição exigiu gastos da ordem de R\$ 2.249,50 no elemento de despesas Diárias – Pessoal Civil e de R\$ 439,40 no elemento de despesas Material de Consumo.

Desempenho Operacional

Optou-se pelas fiscalizações dos programas do PNCEBT, PNSS e PNSE, para as análises de calculo, pois, foram os que realizaram fiscalizações a campo, assim, o índice de eficiência apresentou um custo menor de 1,93%, inferindo que o custo por fiscalizações realizado foi inferior ao programado (Quadro XXVII). Apesar de que o número de supervisões programadas não tenha sido cumprido na sua totalidade, o que fez com que a taxa de eficácia encontrada fosse de 80,00%, as 12 fiscalizações realizadas na ação direcionadas ao Estado, foram suficientes para detectar as não conformidades existentes no serviço executado pela AGED-MA, e a cada relatório apresentado foram sugeridas correções.



Quadro XXVII- Indicadores de desempenho da ação Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário de todas as fiscalizações em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em relação ao programado
Unidade de medida:	Custo / fiscalização	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 2.338,03 / fiscalização	80,00%
Fonte:	SISA/DDA/SFA-MA	SISA/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / AR)$ $CUR = (R\\$ 28.056,39 / 12)$ CUR = R\$ 2.338,03 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / AP)$ $CUP = (R\\$ 35.762,00 / 15)$ CUP = R\$ 2.384,13 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 2.338,03 - 2.384,13$ VA = - R\$ 46,01 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(2.338,03 / 2.384,13) - 1] * 100$ VR = -1,93%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Supervisões Realizadas e Supervisões Programadas em 2010: $VA = SR - SP$ $VA = 12 - 15$ VA = -3 Relação Percentual (RP) entre o número de Supervisões Realizadas e o número de Supervisões Programadas: $RP = (SR / SP) * 100$ $RP = (12 / 15) * 100$ RP = 80,00%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; AP: nº de Auditorias Programadas; AR: nº de Auditorias Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.



2.3.1.1.3. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Quadro XXVIII- Dados gerais do programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.
Objetivos específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Gerente do programa	não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Antonio Dias de Moraes / George Mendes Serra.
Público alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

Fonte: Sigplan.

2.3.1.1.3.1. Principais Ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2.3.1.1.3.1.1. Ação 20190000 – Fiscalização de Material Genético Animal

Quadro XXIX- Dados gerais da ação Fiscalização de Material Genético Animal.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Assegurar a qualidade e a identidade do material genético animal e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializam ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal.
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros de Freitas Araújo.
Unidades executoras	SFA-MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação Fiscalização de Material Genético Animal (PI Fiscgene) controla a criação e comercialização de ratitas no Estado, contribuindo com o rastreamento desses animais por se tratarem de animais exóticos.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada, sendo que o foco dessas fiscalizações são os criatórios de avestruzes e granjas multiplicadoras de aves no Estado do Maranhão.

Como atualmente não há criatórios de avestruzes e por não ser prioridade da Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal a fiscalização de granjas multiplicadoras de aves, houve, assim, pequena descentralização de recursos para a SFA-MA, o que interferiu diretamente no cumprimento da meta física, a qual foi de 16,00%.



Os recursos financeiros utilizados equivaleram a 87,04% dos recursos programados, ou seja, foram executados R\$ 2.210,80 de um total de R\$ 2.540,00 (Tabela XLVIII). O elemento de despesa que contribuiu com a maior parcela da taxa de aproveitamento de recursos foi o Diárias – Pessoal Civil, com uma taxa de aplicação de 93,24% (Tabela XLIX).

Tabela XLVIII- Metas e resultados da ação Fiscalização de Material Genético Animal no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	2.540,00	2.210,80	87,04
Física	25 fiscalizações realizadas	4 fiscalizações realizadas	16,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela XLIX- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Material Genético Animal no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	1.940,00	1.808,80	93,24
3390-30	Material de Consumo	500,00	402,00	80,40
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	100,00	0,00	0,00
TOTAL		2.540,00	2.210,80	87,04

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Desempenho Operacional

No cálculo de eficiência, pôde-se verificar que a variação relativa entre o custo unitário realizado e o programado foi de 444,00%, ou seja, o custo da fiscalização realizada ficou acima do programado (Quadro XXX). Isto ocorreu em decorrência dos poucos estabelecimentos a serem fiscalizados no Estado e da meta física programada estar super dimensionada para a realidade encontrada no Estado do Maranhão.

Diferentemente do que ocorreu no exercício em análise, nos dois anos anteriores o índice de eficiência teve um custo unitário realizado menor do que o programado (Tabela L). Esse fenômeno pode ser explicado em virtude da meta física programada ter sido menor em 2009 e por ter sido facilmente cumprida, pois existiam criatórios de avestruzes no Maranhão, os quais fecharam em sua maioria naquele ano. Em 2008, como apenas um Fiscal Federal Agropecuário realizava as três ações da área de fiscalização de insumos pecuários, este utilizou as viagens de outras ações para realizar as fiscalizações em criatórios de avestruzes, o que não gerou gastos ao PI Fiscogene.

No cálculo do indicador de eficácia, a taxa de cumprimento do número de fiscalizações foi de 16,00%, significando que foram realizadas menos fiscalizações do que o programado.

Em 2008, o resultado foi próximo a 2010, mas em 2009 o resultado foi bem diferente, com superação da meta física programada, que ocorreu em função, principalmente, a um valor menor da meta física programada e da incorporação de FFA's ao SEFAG/DDA/SFA-MA para atuarem na área de insumos pecuários.



Quadro XXX- Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Material Genético Animal.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 552,70 / fiscalização realizada	16,00%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 2.210,80 / 4)$ CUR = R\$ 552,70 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 2.540,00 / 25)$ CUP = R\$ 101,60 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 552,70 - R\\$ 101,60$ VA = R\$ 451,10 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(552,70 / 101,60) - 1] * 100$ VR = 444,00%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2010: $VA = FR - FP$ $VA = 4 - 25$ VA = -21 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (4 / 25) * 100$ RP = 16,00%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela L- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Material Genético Animal no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-53,08	-39,88	444,00
Eficácia (%)	32,00	160,00	16,00

Fonte: SFA/MA.



2.3.1.1.3.1.2. Ação 21240000 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal

Quadro XXXI- Dados gerais da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitárias dos estabelecimentos fabricantes, importadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; Elaboração e revisão de normas técnicas relativas aos produtos destinados à alimentação animal; Realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento dos processos de fiscalização; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais sobre insumos destinados à alimentação animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal.
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci.
Unidades executoras	SFA-MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (PI Fiscinan) tem como finalidade o controle da produção e da comercialização de ração, sal mineral, concentrados e matérias-primas destinados à alimentação animal, contribuindo com os criadores de animais domésticos comerciais ou de estimação no controle da qualidade desses insumos pecuários, o qual é expresso pela produtividade e a saúde dos animais.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada em estabelecimentos produtores e comerciais de alimentos para animais.

A meta física programada foi quase alcançada, com uma taxa de 95,24%, principalmente porque pouco se fiscalizou estabelecimentos comerciais de alimentos para animais, que não é uma prioridade segundo a Coordenação de Fiscalização de Produtos para Alimentação Animal (CPAA/DFIP) (Tabela LI). Considerando-se o total de recursos descentralizados e executados, a taxa de utilização foi de 84,20%, sendo utilizados R\$ 19.433,88 de um total de R\$ 23.080,00.

Tabela LI- Metas e resultados da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 23.080,00	R\$ 19.433,88	84,20%
Física	84 fiscalizações realizadas	80 fiscalizações realizadas	95,24%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Todos os elementos de despesa tiveram taxa de aplicação acima de 50%, o que atesta a boa capacidade de planejamento (Tabela LII).

Discriminando os recursos descentralizados e executados para as fiscalizações e viagem de treinamento, tem-se que foram executados R\$ 17.423,24 de R\$ 20.750,80 disponibilizados para as fiscalizações e R\$ 2.010,64 foram utilizados para uma viagem de treinamento (Tabelas LIII e LIV).



Tabela LII- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	16.088,00	13.997,74	87,01
3390-30	Material de Consumo	2.100,00	2.012,72	95,84
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.200,00	881,44	73,45
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	300,00	175,00	58,33
3390-93	Despesas de Exercícios Anteriores	192,00	192,00	100,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	3.200,00	2.174,98	67,97
TOTAL		23.080,00	19.433,88	84,20

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Tabela LIII- Despesas realizadas com fiscalizações na ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	14.958,80	12.868,54	86,03
3390-30	Material de Consumo	2.100,00	2.012,72	95,84
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	300,00	175,00	58,33
3390-93	Indenizações e Restituições	192,00	192,00	100,00
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	3.200,00	2.174,98	67,97
TOTAL		20.750,80	17.423,24	83,96

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Tabela LIV- Despesas realizadas na ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal com eventos.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Treinamento em Serviço pelos Fiscais Federais Agropecuários do SEFAG/DDA/ SFA-GO – Goiânia/GO.	1.129,20	1.129,20	1.200,00	881,44	2.329,20	2.010,64
TOTAL	1.129,20	1.129,20	1.200,00	881,44	2.329,20	2.010,64

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Desempenho Operacional

No cálculo do indicador de eficiência, pôde-se verificar que a variação relativa entre o custo unitário realizado e programado foi negativo em 11,84%, ou seja, o custo da fiscalização realizada foi menor do que o custo da fiscalização programada (Quadro XXXII). Este resultado só foi possível devido à execução financeira ser menor do que o programado. Nos anos anteriores, 2008 e 2009, também ocorreu o mesmo (Tabela LV).



Quadro XXXII- Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 217,79 / fiscalização realizada	95,24%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 17.423,24 / 80)$ CUR = R\$ 217,79 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 20.750,80 / 84)$ CUP = R\$ 247,03 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 217,79 - R\\$ 247,03$ VA = - R\$ 29,24 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(217,79 / 247,03) - 1] * 100$ VR = - 11,84%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2010: $VA = FR - FP$ $VA = 80 - 84$ VA = -4 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (80 / 84) * 100$ RP = 95,24%

CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela LV- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-33,33	-41,10	-11,84
Eficácia (%)	116,00	166,00	95,24

Fonte: SFA/MA.

O indicador de eficácia foi de 95,24%, ficando próximo ao programado. Nos anos de 2008 e 2009, em que as taxas do indicador de eficácia observadas foram bem superiores ao programado, eram fiscalizados estabelecimentos comerciais de alimentos para animais, o que não aconteceu no exercício em análise, e sendo também que a meta física foi a mesma em todo o triênio analisado.



2.3.1.1.3.1.3. Ação 21400000 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário

Quadro XXXIII- Dados gerais da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários.
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius de S. Leandro.
Unidades executoras	não se aplica.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação Fiscalização dos Produtos de Uso Veterinário (PI Fisprovet1), cujo o principal produto desta ação é fiscalização realizada de estabelecimentos comerciais de produtos de uso veterinário, controla a comercialização de medicamentos e produtos de uso veterinário no Estado, fortalecendo a pecuária na fiscalização desses produtos aqui comercializados e contribuindo com os programas nacionais de saúde animal.

A meta física prevista foi superada em 2.50%, representando 3 fiscalizações adicionais às 120 programadas (Tabela LVI). Apesar da superação da meta, o desafio é de se aumentar a meta física para ampliar a cobertura de estabelecimentos fiscalizados, pois o universo chega a 250 estabelecimentos comerciais licenciados no Estado do Maranhão e estão sendo fiscalizados cerca de 40% desse montante.

Tabela LVI- Metas e resultados da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 21.062,00	R\$ 19.055,93	90,47%
Física	120 fiscalizações realizadas	123 fiscalizações realizadas	102,50%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Quanto aos recursos financeiros utilizados em 2010, esses corresponderam a 90,47% do total de recursos programados, tendo sido utilizados R\$ 19.055,93, incluindo os custos com as atividades de fiscalização e de viagem de treinamento de um FFA (Tabela LVII).

Como despesas efetivas para a realização das 123 fiscalizações efetuadas, foram gastos R\$ 17.293,05, e para a viagem de treinamento de um técnico que ao SEFAG/DDA/SFA-GO foram executados R\$ 2.010,64 (Tabelas LVIII e LIX).



Tabela LVII- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	10.162,00	8.915,32	87,73
3390-30	Material de Consumo	1.200,00	1.179,17	98,26
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.500,00	881,44	58,76
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	8.200,00	8.080,00	98,54
TOTAL		21.062,00	19.055,93	90,47

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Tabela LVIII- Despesas realizadas com fiscalização na ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	9.032,80	8.033,88	88,94
3390-30	Material de Consumo	1.200,00	1.179,17	98,26
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	8.200,00	8.080,00	98,54
TOTAL		18.432,80	17.293,05	93,82

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Tabela LIX- Despesas realizadas na ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário com participação em eventos.

EVENTO	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção		TOTAL	
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Treinamento em Serviço pelos Fiscais Federais Agropecuários do SEFAG/SFA-GO – Goiânia/GO.	1.129,20	1.129,20	1.500,00	881,44	2.629,20	2.010,64
TOTAL	1.129,20	1.129,20	1.500,00	881,44	2.629,20	2.010,64

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Desempenho Operacional

No cálculo do indicador de eficiência, verificou-se que o índice foi negativo em 8,48%, o que significa um custo unitário realizado menor do que o custo unitário programado (Quadro XXXIV). A taxa encontrada do indicador de eficácia foi superior a 100,00%, indicando que o número de fiscalizações realizadas suplantou o número de fiscalizações programadas.

O histórico do índice de eficiência foi sempre negativo no período analisado, apesar de que há uma tendência de diminuição na redução de custos executados em relação aos custos programados está explícita (Tabela LX). Quando se comparou o índice de eficácia verificado em 2010 com os índices alcançados nos anos de 2008 e 2009, constatou-se que foi mantido o que ocorreu em 2009, que, também teve um valor um pouco acima de 100%, enquanto em 2008 não se atingiu a meta física.



Quadro XXXIV- Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$/fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 140,59 / fiscalização realizada	102,50%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 17.293,05 / 123)$ CUR = R\$ 140,59 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 18.432,80 / 120)$ CUP = R\$ 153,61 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 140,59 - R\\$ 153,61$ VA = - R\$ 13,02 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(140,59 / 153,61) - 1] * 100$ VR = - 8,48%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2010: $VA = FR - FP$ $VA = 123 - 120$ VA = 3 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (123 / 120) * 100$ RP = 102,50%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela LX- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-44,00	-14,67	-8,48
Eficácia (%)	88,08	108,00	102,50

Fonte: SFA/MA.



2.3.1.1.3.1.4. Ação 21410000 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Quadro XXXV- Dados gerais da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais..
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos.
Coordenador nacional da ação	Hideraldo José Coelho.
Unidades executoras	SFA-MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (PI Fisfecoi) controla a atividade de produção e comercialização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no Maranhão, contribuindo com a agricultura no controle da qualidade desses insumos agrícolas, que é expresso na produtividade agrícola.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada de estabelecimentos produtores de fertilizantes e corretivos e de seus produtos com coleta de amostras com fins fiscais, sendo que a execução da ação foi realizada por um fiscal federal agropecuário.

Em decorrência da sazonalidade da produção de fertilizantes e corretivos, torna-se inviável o aumento da execução da meta física, pois as empresas produtoras têm o pico de produção de setembro a dezembro. Como a produção de fertilizantes não é estocável, o produto apenas é fiscalizado se o FFA estiver presente no momento da produção.

O resultado alcançado foi inferior ao previsto, com 54,07% de cumprimento da meta, e isso ocorreu porque a meta física foi estabelecida pela Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos (CFIC/DFIA) que superdimensionou a meta (Tabela LXI). Os recursos financeiros utilizados em 2010 correspondem a 97,89% do recurso previsto para o mesmo exercício (Tabela LXII).

Tabela LXI- Metas e resultados da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 52.994,71	R\$ 51.874,35	97,88%
Física	172 fiscalizações realizadas	93 fiscalizações realizadas	54,07%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.



Tabela LXII- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	17.279,20	17.194,34	99,51
3390-30	Material de Consumo	10.210,00	9.751,04	95,50
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	9.002,80	8.746,76	97,16
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	8.730,00	8.490,00	97,25
3390-93	Indenizações e Restituições	3.772,71	3.692,21	97,87
4490-52	Equipamentos e Material Permanente	4.000,00	4.000,00	100,00
TOTAL		52.994,71	51.874,35	97,88

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Com a discriminação das despesas para a execução das fiscalizações e para viagens para a participação de reuniões técnicas, observou-se que foram gastos R\$ 28.127,88 com as 93 fiscalizações realizadas e R\$ 16.621,22 com as duas viagens para a participação em reuniões técnicas (Tabelas LXIII e LXIV).

Tabela LXIII- Despesas realizadas com fiscalizações na ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/ PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	10.041,70	9.956,84	99,15
3390-30	Material de Consumo	10.210,00	9.751,04	95,50
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	8.730,00	8.490,00	97,25
TOTAL		28.971,00	28.127,88	97,33

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Tabela LXIV: Despesas realizadas na ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes com eventos.

EVENTO					3390-14		3390-33		TOTAL	
					Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
					Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
III	Reunião Anual de Insumos Agropecuários (RAIA) - Balneário Camboriú/SC.				3.281,47	3.281,47	4.797,72	5.872,41	8.079,19	8.079,19
	Reunião Técnica Regional Nordeste – Recife/PE.				4.776,40	4.776,40	3.511,31	3.511,31	8.287,71	8.287,71
TOTAL					7.237,50	7.237,50	9.383,72	9.383,72	16.621,22	16.621,22

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Desempenho Operacional:

O indicador de eficiência apresentou uma taxa de 80,00%, indicando que o custo unitário realizado por fiscalização foi superior ao custo da fiscalização programada. Esse resultado pode ser atribuído à baixa execução física, ou seja, o número de fiscalizações realizadas foi inferior ao previsto (Quadro XXXVI).



Quadro XXXVI- Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 303,20 / fiscalização realizada	54,07%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 28.197,88 / 93)$ CUR = R\$ 303,20 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 28.971,00 / 172)$ CUP = R\$ 168,44 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 303,20 - R\\$ 168,44$ VA = R\$ 134,76 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(303,20 / 168,44) - 1] * 100$ VR = 80,00%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2010: $VA = FR - FP$ $VA = 93 - 172$ VA = - 79 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (93 / 172) * 100$ RP = 54,07%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

No cálculo do indicador de eficácia, a variação relativa entre o número de fiscalizações realizadas e as programadas foi de 54,07%, significando que foram realizadas menos fiscalizações do que o programado em 2010. A baixa execução da meta física foi em decorrência do planejamento ser nacional, ou seja, o CFIC/DFIA estabeleceu as meta de acordo com a utilização destes insumos agrícolas no Estado.

A sazonalidade da produção, o não armazenamento da produção de fertilizantes e o fato de apenas um Fiscal Federal Agropecuário executar a ação impedem um aumento significativo do número de fiscalizações realizadas. Para que se melhore esse indicador de desempenho, poder-se-ia realizar forças tarefas com FFA's de outros Serviços ou Superintendências ou diminuir a meta prevista que depende dos critérios a serem utilizados pela CFIC/DFIA.

Nos anos anteriores, o índice de eficiência foi similar, apesar da sensível piora no índice em 2010 (Tabela LXV). Com relação ao índice de eficácia, o resultado também foi similar, mas aqui com um ligeiro aumento da taxa verificada.



Tabela LXV- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	73,24	50,46	80,00
Eficácia (%)	45,51	46,97	54,07

Fonte: SFA/MA.

2.3.1.1.3.1.5. Ação 21790000 – Fiscalização de Sementes e Mudanças

Quadro XXXVII- Dados gerais da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudanças consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças- RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Sementes e Mudanças.
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino.
Unidades executoras	SFA-MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação Fiscalização de Sementes e Mudanças (PI Fiscalsem1) controla a atividade de produção, comercialização e uso de sementes e mudas no Estado do Maranhão, contribuindo com a agricultura na qualidade desses insumos agrícolas.

O principal produto desta ação é fiscalização realizada, com enfoque na fiscalização de estabelecimentos produtores, beneficiadores e comerciais, de usuários de sementes e mudas, de campos de produção de sementes e também para a análise da qualidade das sementes com coleta de amostras.

A meta física cumprida, taxa de 110,00%, foi pouco acima da programada em decorrência do atendimento a solicitações da Coordenação de Sementes e Mudanças (CSM/DFIA) para que fosse intensificada a fiscalização do comércio de sementes no Estado do Maranhão, as quais foram geradas a pedido da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (ABRASEM), devida a denúncias de problemas de qualidade de sementes forrageiras (Tabela LXVI).



Tabela LXVI- Metas e resultados da ação da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 311.380,68	R\$ 304.767,64	97,88%
Física	310 fiscalizações realizadas	341 fiscalizações realizadas	110,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Os recursos financeiros utilizados em 2010 foram equivalentes a 97,88% do total, sendo que todas as rubricas tiveram taxa de execução superior a 75% (Tabela LXVII). O elemento de despesa Equipamentos e Material Permanente teve uma taxa de execução de 100,00% dos R\$ 202.290,98 descentralizados, o que colaborou no índice de execução financeira total.

Tabela LXVII- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	45.679,53	45.502,80	99,61
3390-30	Material de Consumo	18.974,00	18.430,44	97,14
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	17.273,00	13.217,15	76,52
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	5.139,50	5.051,00	98,28
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	21.580,00	19.831,60	91,90
3390-93	Indenizações e Restituições	443,67	443,67	100,00
4491-52	Equipamentos e Material Permanente	202.290,98	202.290,98	100,00
TOTAL		311.380,68	304.767,64	97,88

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Com despesas para as fiscalizações, foram realizados R\$ 77.774,27 da quantia de R\$ 80.441,46 disponibilizados e para o pagamento de despesas realizadas com cursos, treinamentos, reuniões e eventos foram utilizados R\$ 27.596,87 (Tabelas LXVIII e LXIX).

Tabela LXVIII- Despesas realizadas com fiscalizações na ação Fiscalização de Sementes e Mudanças.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	34.363,49	34.186,76	99,48
3390-14 ¹	Diárias – Pessoal Civil	899,30	899,30	100,00
3390-30	Material de Consumo	18.974,00	18.430,44	97,14
3390-36	Outros Serviços de Terceiros – PF	4.071,00	3.982,50	97,83
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	21.580,00	19.831,60	91,90
3390-93	Indenizações e Restituições	443,67	443,67	100,00
TOTAL		80.441,46	77.774,27	96,68

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

¹ Despesa com a rubrica Diárias – Pessoal Civil custeada pelo PI PCE Vegetal para uma viagem a Tasso Fragoso/MA, entre os dias 07 e 12/06/2011, que teve como objetivo a fiscalização e inspeção em empresa prestadora de serviços de aviação agrícola.



Tabela LXIX: Despesas realizadas na ação Fiscalização de Sementes e Mudanças com participação em eventos.

EVENTO	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-36 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção	
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
II Encontro do Curso de Especialização em C. e Tecnologia de Sementes – Pelotas/RS.	2.459,00	2.459,00	-	-	1.684,05	1.684,05
Treinamento em Propagação de Plantas Frutíferas – Viçosa/MG.	2.352,80	2.352,80	-	-	2.620,88	2.620,88
Curso de Relatoria de Processos Administrativos de Fiscalização (PAF) – Foz do Iguaçu/PR.	999,40	999,40	-	-	1.424,77	1.424,77
Curso de Fiscalização de Mudanças – Linhares/ES.	822,40	822,40	-	-	2.895,83	2.895,83
XXIX Ciclo de Reuniões da Comissão de Sementes e Mudanças do Paraná - Foz do Iguaçu/PR.	999,40	999,40	1.068,50	1.068,50	2.779,49	2.779,49
II Reunião Anual com os chefes dos Serviços de Fiscalização Agropecuária – Brasília/DF.	2.069,60	2.069,60	-	-	1.597,76	1.597,76
Reunião para harmonização dos procedimentos técnicos e legais na fiscalização de mudas - Foz do Iguaçu/PR.	999,40	999,40	-	-	1.301,88	1.301,88
Participar de Visita Técnica – Brasília/DF.	614,04	614,04	-	-	907,67	907,67
Sub-Total	11.316,04	11.316,04	1.068,50	1.068,50	15.212,33	15.212,33
TOTAL	27.596,87					

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Foram utilizados do PI PCE Vegetal recursos para cobrir despesas de R\$ 899,30 para o pagamento de diárias. Isso ocorreu em função de que houve a disponibilização do PI Fiscalsem1 da quantia de R\$ 981,70 para o pagamento de diárias de um técnico do SISV/DDA/SFA-MA para participar do treinamento sobre os conceitos e procedimentos sobre convênios do Departamento de Sanidade Vegetal, realizado em Recife/PE, entre os 03 e 07/05/2010, pois não havia recursos disponíveis no PI PCE Vegetal para arcar com a citada despesa. Como contrapartida, foram utilizados, então, R\$ 899,30 do PI PCE Vegetal por um técnico do SEFAG/DDA/SFA-MA para o custeio de diárias para uma viagem a Tasso Fragoso/MA, entre os dias 07 e 12/06/2011, que teve como objetivo a fiscalização e inspeção em empresa prestadora de serviços de aviação agrícola. Apesar disso, ambas as ações fazem parte da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA.

Além da situação acima, também foram utilizados recursos para o pagamento de diárias no valor de R\$ 1.034,80 para que um servidor da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Maranhão ministrasse, como instrutor, um treinamento em amostragem de sementes, conforme Ofício nº 217/2010/GAB-Sagrima, de 31 de março de 2010.

Desempenho Operacional

O índice de eficiência foi negativo em 12,10%, o que denota que o custo por fiscalização realizado foi inferior ao custo por fiscalização programado (Quadro XXXVIII).



Quadro XXXVIII- Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Sementes e Mudas.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 228,08 / fiscalização realizada	110,00%
Fonte:	SEFAG/DDA/SFA-MA	SEFAG/DDA/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 77.774,27 / 341)$ CUR = R\$ 228,08 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 80.441,16 / 310)$ CUP = R\$ 259,49 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 228,08 - R\\$ 259,49$ VA = - R\$ 31,41 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(228,08 / 259,49) - 1] * 100$ VR = - 12,10	Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2010: $VA = FR - FP$ $VA = 341 - 310$ VA = 31 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (341 / 310) * 100$ RP = 110,00%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Assim sendo, o indicador de eficácia apresentou-se superior a 100,00%, pois o número de fiscalizações realizadas foi superior em 10,00% do número de fiscalizações programadas pela CSM/DFIA.

Em relação ao triênio 2008-2010, o índice de eficiência sempre mostrou-se negativo, ou seja, em todos os três anos o custo realizado por fiscalização foi inferior ao programado; porém a economia por fiscalização está decaindo progressivamente (Tabela LXX). Particularmente em 2010, a taxa desse índice foi inferior aos dos dois anos anteriores favorecida pela boa utilização dos recursos previstos e pela meta física realizada estar um pouco acima da programada.

Quanto ao índice de eficácia, no triênio analisado a meta física sempre foi superada em função de demandas externas à programação que foram atendidas, como a fiscalização das sementes adquiridas pela Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão e às denúncias da ABRASEM via CSM/DFIA.



Tabela LXX- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Sementes e Mudanças no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-65,82	-57,36	-12,10
Eficácia (%)	249,49	181,31	110,00

Fonte: SFA/MA.

2.3.1.1.3.1.6. Ação 29090000 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Quadro XXXIX- Dados gerais da ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins.
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel.
Unidades executoras	SFA-MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (PI Fisagrotox) envolve a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos, de empresas credenciadas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira, e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos.

Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais atividades são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões fitossanitárias pode trazer sérias consequências econômicas. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias são os argumentos mais utilizados atualmente, como forma de protecionismo comercial.

O produto dessa ação até o ano de 2009 foi fiscalização realizada de empresas prestadoras de serviços de tratamentos quarentenários, sendo que a ação era realizada pelos fiscais federais agropecuários da Unidade de Vigilância Agropecuária instalada no Porto do Itaqui-



Madeira, em São Luís (UVAGRO-ITM/DDA-MA), pois os tratamentos (expurgos) são realizados na área portuária, onde se encontram lotados os servidores da UVAGRO-ITM/DDA-MA.

Porém, em 2010, o produto cadastrado no Sigplan dessa ação foi substituído pelo produto fiscalização realizada em indústrias fabricantes de agrotóxicos e seus produtos, e como no Estado do Maranhão não há indústrias de agrotóxicos instaladas, não houve meta física programada e tampouco ação de fiscalização.

Em relação ao antigo produto da ação, fiscalização realizada em empresas prestadoras de serviços de tratamentos quarentenários, não houve programação por parte da Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA/DFIA) para o exercício de 2010.

A decisão tomada pela CGAA/DFIA, de não estabelecer uma meta física e também de alterar o produto que mede o desempenho dessa ação, foi um prenúncio de um acordo que foi firmado em 22 de outubro de 2010 e que foi comunicado ao SEFAG/DDA/SFA-MA e SISV/DDA/SFA-MA através do Ofício Circular nº 019/2010/SDA/MAPA entre a SDA/MAPA, DFIA/SDA e DSV/SDA, para que os serviços de instrução de processos de credenciamento e de fiscalização de empresas que realizam tratamento fitossanitário com fins quarentenários fossem transferidos da competência do SEFAG/DDA/SFA-MA e que passassem a fazer parte do escopo de atividades do SISV/DDA/SFA-MA.

Entretanto, as funções passaram à responsabilidade do SISV/DDA/SFA-MA apenas no dia 20 de dezembro de 2010, quando houve a transferência dos processos que estavam sob a guarda do SEFAG/DDA/SFA-MA, o que foi oficializado através do Memorando nº 65/2010/SEFAG/DDA/SFA-MA.

Outra atividade inerente a essa ação é a fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins; porém, esse trabalho é descentralizado, e é realizado pela AGED-MA.

Os recursos financeiros utilizados em 2010 correspondem a 99,91% dos valores previstos (Tabelas LXXI e LXXII).

Tabela LXXI- Metas e resultados da ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	31.069,57	31.042,31	99,91
Física	0 fiscalizações realizadas	0 fiscalizações realizadas	---

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela LXXII- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	750,00	723,80	96,51
3390-30	Material de Consumo	400,00	400,00	100,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	6.524,02	6.524,02	100,00
3390.36	Outros Serviços de Terceiros – PF	10.369,30	10.368,30	99,99
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	12.955,00	12.954,94	100,00
3390-92	Despesas de Exercícios Anteriores	71,25	71,25	100,00
TOTAL		31.069,57	31.042,31	99,91

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Os recursos foram integralmente programados e executados para a participação de técnicos em eventos diversos, sendo que os principais deles, o Seminário Nacional de Agrotóxicos e o Encontro Nacional da Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, realizados em São Luís/MA, contaram com apoio da SFA-MA e parceria da AGED-MA.



O aporte financeiro para a organização dos dois eventos foi de R\$ 24.802,76 e o custo assumido para as viagens para a participação em seminários e encontros foi de R\$ 6.329,55 (Tabela LXXIII).

Tabela LXIII- Despesas realizadas Na ação Fiscalização de Agrotóxicos e Afins para a participação em eventos.

EVENTO	3390-14 Diárias – Pessoal Civil		3390-36 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física		3390-33 Passagens e Despesas com Locomoção	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
8º Encontro de Fiscalização e Seminário Nacional sobre Agrotóxicos (FONESA) – Belo Horizonte/MG.	-	-	838,40	838,40	1.104,24	1.104,24
Encontro da Fiscalização de Agrotóxicos da Regional Sul, Sudeste e Centro-Oeste – Rio de Janeiro/RJ.	-	-	879,50	879,50	937,24	937,24
Encontro da Fiscalização de Agrotóxicos da Regional Nordeste – Natal/RN.	-	-	797,10	797,10	798,43	798,43
Encontro da Fiscalização de Agrotóxicos da Regional Norte – Macapá/AP.	-	-	797,10	797,10	937,31	937,31
Seminário Nacional de Fiscalização sobre Agrotóxicos - São Luís/ MA.	-	-	537,50	537,50	2.552,33	2.552,33
TOTAL	-	-	3.849,60	3.849,60	6.329,55	6.329,55

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Ademais, os recursos financeiros descentralizados também foram úteis para o custeio de técnicos da AGED-MA para a participação nos Seminários Regionais de Agrotóxicos, haja vista que o trabalho de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins é de responsabilidade da AGED-MA.

Desempenho Operacional:

Como não houve a programação de meta física e como os recursos descentralizados foram apenas destinados à participação de técnicos em eventos, os cálculos dos índices de desempenho tornaram-se desnecessários.



2.3.2. Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

2.3.2.1. Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Quadro XL- Dados gerais do programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.
Objetivos específicos	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.
Gerente do programa	não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.
Público alvo (beneficiários)	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Fonte: Sigplan.



2.3.2.1.1. Principais Ações do Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

2.3.2.1.1.1. Ação 2B470000 - Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Quadro XLI- Dados gerais da ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	- Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; - Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; - Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; - Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; - Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.
Coordenador nacional da ação	Bivanilda Almeida Tápias.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A ação (PI Indigraf) visa o fomento à identificação de produtos agropecuários com origem no território, região ou localidade, onde a qualidade, reputação ou outras características devam-se essencialmente à origem geográfica, estabelecendo uma distinção. Esta ação não se encontra ainda descentralizada pelo nosso órgão central – a Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG/DEPTA).

Considerando a sua relevância para a promoção do desenvolvimento e uso do Sistema de Propriedade Intelectual, esta Superintendência, através de sua Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG/SFA-MA), trabalhou em na difusão desta importante ferramenta de promoção e agregação de valor aos produtos agropecuários que apresentam no Estado do Maranhão potencial para serem reconhecidos como uma Indicação Geográfica (IG).

No entanto, por conta do radical contingenciamento de recursos aplicado ao MAPA, especialmente no orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC/MAPA), a DPDAG/SFA-MA não recebeu nenhum recurso para execução das atividades então programadas, as quais, por sinal, já foram tímidas por conta das experiências vivenciadas, das quais apenas um produto, ou 33,33%, foi realizado (Tabela LXXIV).



Tabela LXXIV- Metas e resultados da ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 8.606,50	R\$ 1.985,76	23,07%
Física – Sigplan ¹	produtor atendido	produtor atendido	---
Física – Institucional	3 produtos	1 produto	33,33%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

¹ por ser essa uma ação que não é descentralizada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, não há a divulgação de metas por parte desse órgão central, o que, de certo modo, desobriga a adoção da meta física cadastrada no Sigplan.

Esta ação aconteceu graças à combinação de dois fatores – a sobra de recursos para a realização da atividade e a realização de uma viagem ao município de São João dos Patos, localizado na região de abrangência da potencial IG da cachaça do Sertão Maranhense, com o objetivo de realizar fiscalização de contratos de repasse.

Apesar desses percalços, registra-se como impacto positivo dessa ação a movimentação dos produtores de cachaça em busca da obtenção de seus registros de estabelecimento e produto junto ao MAPA, o que foi materializado em função do primeiro registro de estabelecimento no município de Sucupira do Riachão.

Como aprendizado adquirido, pode-se registrar a convicção da necessidade da implantação de um fórum permanente para a discussão de IG e outros sinais distintivos, a exemplo do que já vem ocorrendo em outros estados, e assim construir parcerias com outras instituições de modo a viabilizar o caminho do reconhecimento da IG da cachaça e de outros produtos de igual potencial, que já foram diagnosticados em anos anteriores, mas que permanecem latentes por falta de apoio das entidades pertinentes.

A dificuldade que mais impacta a execução dos trabalhos é a falta de um orçamento que possa permitir planejar as ações com a certeza de que vamos conseguir realizá-las.

A taxa de utilização dos recursos foi de 23,07%, sendo que do total de R\$ 1.985,76, R\$ 1.799,26 foram destinados ao custeio para a participação na Reunião Técnica com os DEPDAG's e a CIG/DEPTA para tratar da programação de atividades (Tabelas LXXV e LXXVI).

Tabela LXXV- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	6.106,50	1.221,30	20,00
3390-30	Material de Consumo	1.350,00	0,00	0,00
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.650,00	764,46	46,33
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	550,00	0,00	0,00
TOTAL		8.606,50	1.985,76	23,07

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Desempenho Operacional

Como essa ação não é descentralizada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, não há um planejamento de programação física e financeira da DPDAG/SFA-MA, o que impossibilita a utilização de índices de desempenho a fim de mensurar a capacidade de gestão operacional realizado nessa ação por essa Divisão.



Tabela LXXVI: Despesas realizadas na ação Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários com participação em eventos.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Reunião Técnica com os SEPDAg’s e a CIG/DEPTA para tratar da programação de atividades (Brasília/DF).	1.221,30	1.034,80	1.050,00	764,46	2.271,30	1.799,26
TOTAL	1.221,30	1.034,80	1.050,00	764,46	2.271,30	1.799,26

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

2.3.2.2. Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

Quadro XLII- Dados gerais do programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.
Objetivos específicos	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais.
Gerente do programa	não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Coordenação de Agroecologia.
Público alvo (beneficiários)	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.

Fonte: Sigplan.



2.3.2.2.1. Principais Ações do Programa Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade

2.3.2.2.1.1. Ação 86060000 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico

Quadro XLIII- Dados gerais da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.

Tipo da ação	Direta e descentralizada.
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Agroecologia.
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



A ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (PI Desenorg) visa apoiar e fortalecer os setores da produção, processamento e comercialização de produtos orgânicos e estimular o crescimento deste segmento do agronegócio brasileiro.

Apesar das restrições orçamentárias que atingiram a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, essa DPDAG/SFA-MA pôde contar com o apoio necessário à realização de algumas ações com vistas à promoção dos valores da prática de uma agricultura orgânica.

A meta previamente estabelecida no Siplan pela Coordenação de Agroecologia (COAGRE/DEPROS) foi facilmente superada, obtendo-se um percentual de atendimento de pessoas de 191,82% do previsto inicial. Assim, foram atendidas 422 pessoas ao invés das 220 programadas (Tabela LXXVII).

Tabela LXXVII- Metas e resultados da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 6.000,00	R\$ 3.379,33	56,32%
Física	220 pessoas beneficiadas	422 pessoas beneficiadas	191,82%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Este sucesso, no entanto, não se traduziu num desempenho satisfatório, uma vez que do resultado alcançado o município de Imperatriz respondeu por um percentual de atendimento da ordem de 77,25%, o que representou, em valores absolutos, 326 pessoas atendidas, ficando os 22,75% restantes distribuídos entre os municípios de São José de Ribamar, com 64 pessoas atendidas (15,16%), e Monção com 32 atendimentos ou 7,59% do total. A constatação desses números se deveu à eficácia da parceria estabelecida com a Unidade de Negócios da Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (Sebrae) do município de Imperatriz, enquanto nos demais municípios ainda encontravam-se em estado embrionário a construção de uma parceria.

A execução orçamentária ficou em apenas 56,32%, passando, assim, a impressão de não ter sido financeiro o óbice para uma execução mais abrangente, uma vez que ainda não era conhecida a situação com vistas a um a maior promoção da agricultura orgânica nos municípios importantes do Estado (Tabela LXXVIII).

Tabela LXXVIII- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	4.250,00	2.654,27	62,45
3390-30	Material de Consumo	1.250,00	695,06	55,60
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	500,00	30,00	6,00
TOTAL		6.000,00	3.379,33	56,32

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Esta situação, no entanto, é apenas aparente, uma vez que os recursos foram descentralizados apenas no último trimestre do ano, dificultando, sobremaneira, a realização de outras ações nos municípios já referidos, uma vez que a DPDAG/SFA-MA não executa apenas as ações desse Programa.

Além disso, essa taxa de utilização foi influenciada também pela baixa utilização dos recursos disponibilizados no elemento de despesas Outros Serviços de Terceiros – PJ, dos quais foram realizados apenas 6,00% do montante disponível, bem como as parcelas utilizadas dos demais elementos de despesa não tenham sido muito significativas.



Desempenho Operacional

No indicador de eficiência, verificou-se uma variação percentual negativa de 70,63% entre o custo unitário programado e o custo unitário realizado (Quadro XLIV). Isso foi possível porque a meta física foi ultrapassada e porque foram utilizados menos recursos do que o programado e porque o número de pessoas beneficiadas foi suplantada.

Quadro XLIV- Indicadores de desempenho da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por pessoa beneficiada em relação à estimativa inicial	Número de pessoas beneficiadas realizado em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / pessoa beneficiada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 8,01 / pessoa beneficiada	191,82%
Fonte:	DEPDAG/SFA-MA	DEPDAG/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / PBR)$ $CUR = (R\\$ 3.379,33 / 422)$ CUR = R\$ 8,01 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / PBP)$ $CUP = (R\\$ 6.000,00 / 220)$ CUP = R\$ 27,27 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 8,01 - R\\$ 27,27$ VA = - R\$ 19,26 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(8,01 / 27,27) - 1] * 100$ VR = -70,63%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Pessoas Beneficiadas Realizado e Pessoas Beneficiadas Programado em 2010: $VA = PBR - PBP$ $VA = 422 - 220$ VA = 202 Relação Percentual (RP) entre o número de Pessoas Beneficiadas Realizado e o número de Pessoas Beneficiadas Programado: $RP = (PBR / PBP) * 100$ $RP = (422 / 220) * 100$ RP = 191,82%

CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; PBP: nº de Pessoas Beneficiadas Programado; PBR: nº de Pessoas Beneficiadas Realizado; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Essa ação passou a ser descentralizada apenas a partir de 2009, e é por isso que para a base de comparação de evolução dos índices de eficácia e eficiência só poderiam ser considerados os dados dos dois últimos exercícios.

Em relação ao ano de 2009, os resultados dos dois índices de desempenho apresentaram expressiva evolução em 2010, sendo que o custo de uma pessoa beneficiada que em 2009 tinha apresentado um custo realizado maior que o programado, em 2010 houve uma inversão significativa



(Tabela XLLIX). A mesma tendência foi observada para o índice de eficácia, onde a meta física foi superada, em contraponto ao ocorrido em 2009, quando apenas 83,36% da meta física foi cumprida.

Tabela XLLIX- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Desenvolvimento da Agricultura Orgânica no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-	17,53	-70,63
Eficácia (%)	-	83,36	191,82

Fonte: SFA/MA.

2.3.2.3. Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Quadro XLV- Dados gerais do programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

Tipo de programa	Finalístico.
Objetivo geral	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.
Objetivos específicos	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito sócio-econômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.
Gerente do programa	não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Coordenação de Infra-Estrutura Rural.
Público alvo (beneficiários)	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.

Fonte: Sigplan.

2.3.2.3.1. Principais Ações do Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

2.3.2.3.1.1. Ação 2B170000 – Fiscalização de Contratos de Repasse

Quadro XLVI- Dados gerais da ação Fiscalização de Contratos de Repasse.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Infra-Estrutura Rural.
Coordenador nacional da ação	Willian Silva Chanca.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.



A implementação da ação de Fiscalização de Contratos de Repasse (PI Fiscontrato) no âmbito da SFA-MA se deu por iniciativa do Departamento de Infra-Estrutura, Logística e Parcerias Institucionais (DIEL/SDC), em atendimento às orientações/determinações providas da Controladoria Geral da União e/ou Tribunal de Contas da União.

No exercício de 2010, o DIEL/SDC incumbiu a DPDAG de realizar a fiscalização de dez contratos de repasse escolhidos aleatoriamente por sorteio (Tabela LXXX). Para isso, foram descentralizados um total de R\$ 5.840,00 para que fossem custeadas as despesas de deslocamento de servidores desta Divisão até os municípios beneficiários.

Tabela LXXX- Metas e resultados da ação Fiscalização de Contratos de Repasse no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 5.840,00	R\$ 5.015,14	85,88%
Física	10 contratos fiscalizados	10 contratos fiscalizados	100,00%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

A ação foi realizada na sua totalidade, ou seja, 100% do que foi programado, e foram aplicados 85,87% dos recursos disponibilizados (Tabela LXXXI).

Tabela LXXXI- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Contratos de Repasse no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	4.240,00	3.755,52	88,57
3390-30	Material de Consumo	1.200,00	929,62	77,47
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	400,00	330,00	82,50
TOTAL		5.840,00	5.015,14	85,87

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Não houve nenhuma dificuldade no desenvolvimento da ação, havendo, inclusive, a valiosa colaboração de outros serviços que, por intermediação da Divisão de Defesa Agropecuária ou do titular da SFA-MA, cederam carros com tração para que o trabalho fosse facilitado, uma vez que ele foi realizado na zona rural dos municípios através de estradas precárias.



Desempenho Operacional

Quadro XLVII- Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Contratos de Repasse.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário realizado por contrato fiscalizado em relação à estimativa inicial	Número de contratos fiscalizados realizado em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / contrato fiscalizado	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 501,51 / contrato fiscalizado	100,00%
Fonte:	DEPDAG/SFA-MA	DEPDAG/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / CFR)$ $CUR = (R\\$ 5.015,14 / 10)$ CUR = R\$ 501,51 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / CFP)$ $CUP = (R\\$ 5.840,00 / 10)$ CUP = R\$ 584,00 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 501,51 - R\\$ 584,00$ VA = - R\$ 82,49 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(501,51 / 584,00) - 1] * 100$ VR = - 14,12%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Contratos Fiscalizados Realizado e Contratos Fiscalizados Programado em 2010: $VA = CFR - CFP$ $VA = 10 - 10$ VA = 0 Relação Percentual (RP) entre o número de Contratos Fiscalizados Realizado e o número de Contratos Fiscalizados Programado: $RP = (CFR / CFP) * 100$ $RP = (10 / 10) * 100$ RP = 100,00%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; CFP: nº de Contratos Fiscalizados Programado; CFR: nº de Contratos Fiscalizados Realizado; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela LXXXII- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Contratos de Repasse no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-	-8,95	-14,12
Eficácia (%)	-	73,33	100,00

Fonte: SFA/MA.



2.3.2.4. Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Dados gerais do programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários (vide Quadro XXVIII).

2.3.2.4.1. Principais Ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

2.3.2.4.1.1. Ação 21770000 – Fiscalização de Serviços Agrícolas

Quadro XLVIII- Dados gerais da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas.

Tipo da ação	Direta.
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Infra-Estrutura, Logística e Parcerias Institucionais
Coordenador nacional da ação	Boaventura Teodoro de Lima.
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Tabela LXXXIII- Metas e resultados da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO
Financeira	R\$ 13.428,18	R\$ 10.782,42	80,30%
Física	30 fiscalizações realizadas	41 fiscalizações realizadas	136,67%

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela LXXXIV- Descrição da previsão e execução da meta financeira da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas no exercício.

ELEMENTO DE DESPESA	DESCRIÇÃO	PREVISÃO (R\$)	EXECUÇÃO (R\$)	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
3390-14	Diárias – Pessoal Civil	8.800,00	7.264,62	80,44
3390-30	Material de Consumo	2.678,16	1.975,14	73,75
3390-33	Passagens e Despesas com Locomoção	1.400,00	1.392,66	91,62
3390-39	Outros Serviços de Terceiros – PJ	550,00	150,00	27,27
TOTAL		13.428,16	10.782,42	80,30

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.



Tabela LXXXV- Despesas realizadas na ação Fiscalização de Serviços Agrícolas com participação em eventos.

EVENTO	3390-14		3390-33		TOTAL	
	Diárias – Pessoal Civil		Passagens e Despesas com Locomoção			
	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)	Previsto (R\$)	Realizado (R\$)
Participação de um FFA no Congresso Nacional de Aviação Agrícola – 21 a 25/06/2010 - Ribeirão Preto/SP.	1.000,00	999,40	1.400,00	1.392,66	2.400,00	2.392,06
TOTAL	1.000,00	999,40	1.400,00	1.392,66	2.400,00	2.392,06

Fonte: SIOR-SIAFI-SFA/MA.

Desempenho Operacional

Ao contrário do ano anterior, as fiscalizações realizadas foram bem superiores, atingindo um índice de 136,66% em relação ao programado para o exercício (Quadro XLIX).

Uma maior regularidade na descentralização dos recursos necessários à ação fiscalizadora e um período chuvoso menos rigoroso contribuíram sobremaneira para o sucesso dos resultados alcançados.



Quadro XLIX- Indicadores de desempenho da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas.

Atributo:	Indicador	
	Eficiência	Eficácia
Descrição:	Custo unitário por fiscalização realizada em relação à estimativa inicial	Número de fiscalizações realizadas em função do programado
Unidade de medida:	R\$ / fiscalização realizada	Porcentagem
Índice de referência:	R\$ 204,64 / fiscalização realizada	136,67%
Fonte:	DPDAG/SFA-MA	DPDAG/SFA-MA
Fórmulas e cálculos:	Custo Unitário Realizado (CUR) em 2010: $CUR = (CTR / FR)$ $CUR = (R\\$ 8.390,36 / 41)$ CUR = R\$ 204,64 Custo Unitário Programado (CUP) em 2010: $CUP = (CTP / FP)$ $CUP = (R\\$ 11.028,16 / 30)$ CUP = 367,60 Variação Absoluta (VA) do Custo Unitário Realizado em relação ao Programado em 2010 (R\$): $VA = CUR - CUP$ $VA = R\\$ 204,64 - R\\$ 367,60$ VA = - R\$ 162,96 Variação Relativa (VR) entre Custo Unitário Realizado e Programado em 2010 (R\$): $VR = [(CUR / CUP) - 1] * 100$ $VR = [(204,64 / 367,60) - 1] * 100$ VR = -44,33%	Variação Absoluta (VA) entre o número de Fiscalizações Realizadas e Fiscalizações Programadas em 2010: $VA = FR - FP$ $VA = 41 - 30$ VA = 11 Relação Percentual (RP) entre o número de Fiscalizações Realizadas e o número de Fiscalizações Programadas: $RP = (FR / FP) * 100$ $RP = (41 / 30) * 100$ RP = 136,67%
CTP: Custo Total Programado; CTR: Custo Total Realizado; CUP: Custo Unitário Programado; CUR: Custo Unitário Realizado; FP: nº de Fiscalizações Programadas; FR: nº de Fiscalizações Realizadas; VR: Variação Relativa; VA: Variação Absoluta; RP: Relação Percentual.		

Fonte: SIOR-SIAFI-Siplan-SFA/MA.

Tabela LXXXVI- Histórico dos resultados dos indicadores institucionais índice de eficiência e índice de eficácia da ação Fiscalização de Serviços Agrícolas no triênio 2008-2010.

ÍNDICE	2008	2009	2010
Eficiência (%)	-26,94	46,01	-44,33
Eficácia (%)	84,00	60,00	136,67

Fonte: SFA/MA.



2.3.3. Área Administrativa

2.3.3.1. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Quadro L- Dados gerais do programa Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio Administrativo.
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos específicos	
Gerente do programa	não se aplica.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Maria Stela Ibiapina Cardoso.
Público alvo (beneficiários)	Serviços responsáveis pela execução das ações finalísticas e indiretamente a sociedade em geral.

Fonte: Sigplan.

2.3.3.1.1. Principais Ações do Programa

2.3.3.1.1.1. Ação 47160000 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Quadro LI- Dados gerais da ação Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.

Tipo da Ação	Direta.
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral de Apoio as Superintendências – CGAS
Coordenador nacional da ação	
Unidades executoras	SFA/MA.

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ao Serviço de Apoio Administrativo da Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão (SAD/SFA-MA) compete, dentre outras atividades e principalmente, coordenar a execução das atividades de administração em geral e de execução orçamentária e financeira dos recursos alocados na SFA/MA.

Em junho de 2010, o MAPA publicou seu novo Regimento Interno, então **Área Administrativa-SAD/SFA/MA** ficou assim distribuída:

- . Seção de Atividades Gerais – SAG/SAD/
- . Setor de Manutenção Predial – SMP/SAG/SAD
- . Setor de Compras e Contratos – SCC/SAG/SAD
- . Setor de Material e Patrimônio – SMAP/SAG/SAD
- . Setor de protocolo – SP/SAG/SAD
- . Setor de Transporte – ST/SAG/SAD



- . Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAG/SAD
- . Seção Orçamentária e Financeira – SEOF/SAD

- SAG- Seção de Serviços Gerais, está distribuído em 5 Setores, devido às especificidades das atividades:

. Setor de Manutenção Predial – SMP/SAG

Criado no ultimo Regimento Interno, o Setor de Manutenção que tem como competência acompanhar e controlar a execução dos serviços prestados para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens móveis; vistoria das condições de infra-estrutura física, instalações elétricas do imóvel.

. Setor de Compras e Contratos – SCC/SAG

Setor responsável pela formalização dos processos de compras ou contratos, minutas de Editais, etc. Apresentamos a seguir, o movimento concernente às Licitações, Dispensas e Inexigibilidades de Licitações, relativas ao ano de 2010, na área do SMP/SAG/SAD/SFA-MA. 24 Dispensas de Licitações; 07 Inexigibilidade e 17 Pregões Eletrônicos.

Quadro LII- Relação de processos de dispensas de licitação –(ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93) – 2010.

NUMERO	MEMO (NUMERO)	PROCESSO 21022	INTER.	OBJETIVO	DATA
01/2010	23/2009	001732/2009-85	SAD	Telefonia Móvel	07/12/2009
02/2010	01/2010	000042/2010-42	SAD	Fornecimento Passagem Aérea	14/01/2010
03/2010	05/2010	000096/2010-16	SAD	Fornecimento Passagem Aérea	21/01/2010
04/2010	04/2010	000039/2010-29	SAD	Fornecimento energia elétrica	14/01/2010
05/2010	05/2010	00260/2010-87	SAD	Aquisição Material Consumo	22/02/2010
06/2010	02/2010	000135/2010-77	SFPA	Fornecimento energia elétrica	26/01/2010
08/2010	S/Nº	000483/2010-44	SAD	Confecção de impressos	12/04/2010
09/2010	002/2010	000557/2010-42	SFPÁ	Aquisição Material Consumo	05/04/2010
10/2010	017/2010	000697/2010-11	SAD	Manutenção rede lógica	17/05/2010
11/2010	033/2010	000799/2010-36	SEFAG	Locação de Equipamentos	07/06/2010
12/2010	034/2010	000804/2010-19	SEFAG	Locação e Montagem de mesas	08/06/2010
13/2010	029/2010	000798/2010-91	SEFAG	Destruição de produtos veterinários	21/05/2010
14/2010	024/2010	001087/2010-34	SAD	Revisão de veículos	03/08/2010
15/2010	026/2010	001253/2010-01	SAD	Organização e ambientação de espaço	23/08/2010
16/2010	028/2010	001292/2010-08	SAD	Serviços elétricos	01/09/2010
17/2010	029/2010	001445/2010-17	SAD	Recarga de extintores	20/09/2010
18/2010	036/2010	001608/2010-53	SAD	Revisão veículo	22/10/2010
19/2010	032/2010	001550/2010-48	SAD	Elaboração de projeto	07/10/2010
20/2010	037/2010	001613/2010-66	SAD	Aquisição sistema de Som	25/10/2010
21/2010	041/2010	001673/2010-89	SAD	Revisão veículo	11/11/2010
22/2010	049/2010	001876/2010-75	SAD	Aquisição de transformador e impressora	16/12/2010



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



23/2010*	037/2010	001655/2010-05	SAD	Seguro do Prédio	05/11/2010
24/2010	046/2010	001778/2010-38	SAD	Revisão veículo	30/11/2010
25/2010	050/2010	001879/2010-17	SAD	Contratação telefonia móvel	16/12/2010

Quadro LIII- Relação de processos de inexigibilidade – (ARTIGO 25 DA LEI 8.666/93)
ANO 2010

NUMERO	MEMO (NUMERO)	PROCESSO 21022	INTER.	OBJETIVO	DATA
01/2010	02/2010	000041/2010-06	SAD	ASSINATURA DO U	14/01/2010
02/2010	03/2010	000040/2010-53	SAD	Fornecimento Água Potável	14/01/2010
03/2010	01/2010	000134/2010-22	SEAP	Fornecimento Água Potável	26/01/2010
04/2010	09/2010	000360/2010-11	SAD	Licenciamento Veiculo	15/03/2010
05/2010	03/2010	000558/2010-97	SFPA	Licenciamento Veiculo	20/04/2010
06/2010	01/2010	001526/2010-17	DDA	Pag. Taxa de Inscrição	06/10/2010
07/2010	055/2010	001709/2010-24	SEFAG	Pag. Taxa de Inscrição	18/11/2010

Quadro LIV- Relação de processos de pregão – 2010

NUMERO	MEMO (NUMERO)	PROCESSO 21022	INTER.	OBJETIVO	DATA
01/2010	04/2009	001819/2009-52	SFPA	Vigilância Armada	14/12/2009
02/2010	22/2009	001733/2009-20	SAD	Fornecimento Passagem Aérea	04/12/2009
03/2010*	24/2009	001823/2009-11	SAD	Fornecimento Combustível	16/12/2009
04/2010	06/2010	000290/2010-93	SAD	Fornecimento Combustível	03/03/2010
05/2010	01/2010	000389/2010-95	SFPA	Serviços de Limpeza	22/03/2010
06/2010	016/2010	000675/2010-51	SAD	Manutenção preventiva e corretiva de veículos	14/05/2010
07/2010	20/2010	000808/2010-99	SAD	Fornecimento material consumo(café, açúcar,etc)	09/06/2010
08/2010	050/2010	000952/2010-25	SISA	Aquisição de veículo	12/07/2010
09/2010	049/2010	000985/2010-75	SISA	Aquisição Móveis	06/07/2010
11/2010	023/2010	001068/2010-16	SAD	Aquisição de material de Consumo	29/07/2010
12/2010	03/2010	001218/2010-83	DDA	Aquisição Material Permanente	06/08/2010
13/2010	050/2010	001285/2010-06	SEFAG	Aquisição Material Permanente	10/08/2010
14/2010	051/2010	001051/2010-51	SEFAG	Aquisição de veículo	28/07/2010
15/2010	050/2010(A)	001444/2010-64	SEFAG	Aquisição Material Permanente	20/09/2010
16/2010	33/2010	001548/2010-79	SAD	Locação Equipamento	07/10/2010
17/2010	34/2010	001551/2010-92	SAD	Aquisição de Ar Condicionado	08/10/2010
18/2010*	22/2010	001082/2010-10	SAD	Serviço de Recepcionista	02/08/2010
19/2010*	48/2010	001826/2010-98	SAD	Serviço de Engenharia	02/12/2010

OBS: Pregão 003/2010 - Cancelado
Pregão 010/2010 –Suspendo
Pregão 18 e 19 - Pendente



SICAF

O SICAF- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores responsável pelo cadastramento e atualizações fornecedores no SIASG/MOG- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, através do UASG 130069, localizada nesta Superintendência, fornece subsídio para que a Comissão Permanente de Licitação, Pregão Eletrônico e Presencial, Convites e Dispensas, tenham embasamentos para julgar as documentações nos processos licitatórios.

Fiscalização de Contratos:

No SAD por não dispor de um Setor próprio para a fiscalização dos Contratos vigentes são nomeados através de Portaria servidores das diversas áreas que ficam encarregados dessa fiscalização, apresentando relatórios mensais para a Administração: 01 (um) fiscal e substituto para cada contrato vigente. Abaixo quadro de contratos relativo ao exercício de 2010.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



Quadro LV- Contratos em vigor- 2010/2011

N	CONTRATADA	CNPJ	OBJETIVO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL	DATA INICIO	PRAZO FINAL	E. DESPESA	OBSERVAÇÃO
01	Servis Segurança	079456780005-10	Vig. Armada	15.903,33	190.839,96	01.12.2006	01.12.2011	3390,37	
02	V M Refrigeração Ltda	050526650001-62	Equipamentos	* 2.083,33	* 25.000,00	17.09.2007	16.09.2011	3390,39	*Valor máx. estimado
03	LIMAN-Limpeza e Manut Ltd	015942160001-95	Ser. Administrativo	11886,15	142.633,80	01.01.2007	02.10.2010	3390,37	
04	EBCT	340283160034-71	Sedex	2.916,00	35.000,00	25.04.2007	24.04.2011	3390,39	
05	EBCT	340283160034-71	Serca	2.916,00	35.000,00	01.07.2008	01.07.2011	3390,39	
06	MF COMÉRCIO DE ÁGUA LTDA	083490080001-05	Mat. consumo	* 326,00	3.912,00	18.01.2010	31.12.2010	3390,30	* valor variável
07	LIMPERCAR	048182780001-21	Manut. Veículo	5.783,33	69.400,00	28.04.2009	28.04.2010	3390,39	
08	ATRIM-SERV. GERAIS LTDA	079904390001-58	Limpeza	11.530,77	138.369,24	14.08.2009	14.08.2011	3390,39	
09	MARIA DE FÁTIMA BARBOSA	062.775.273-04	Locação Imóvel	9.400,00	112.800,00	17.09.2009	17.09.2010	3390,36	Sub rogado a SFPA
10	MDAT-SERV. E REPRES. LTDA	053911610001-77	Fotocópia	* 1.600,00	19.200,00	05.11.2009	05.11.2010	3390,39	
11	G. CUNHA	096660480001-08	Reforma	* 5.600,00	* 112.400,00	15.12.2009	29.04.2010	3390,39	
12	TELEMAR NORTE LESTE LTDA	330001180001-79	Telefonia	* 1.401,00	67.200,00	22.12.2010	21.12.2011	3390,39	*valor variável
13	COMERCIAL DE POSTOS LTDA	067003550001-70	Mat. consumo	* 1.401,00	12.609,00	12.04.2010	31.12.2010	3390,30	*valor variável
14	POSTO MAR AZUL	070073620001-53	Mat. consumo	* 2.805,00	25.245,00	12.04.2010	31.12.2010	3390,30	*valor variável
15	BABAÇU VIAGENS E TURISMO	113192170001-85	Passagem Aérea	* 15.789,60	173.685,60	03.02.2010	31.12.2010	3390,39	*valor variável
16	CEMAR	062727930001-84	Luz	* 14.933,00	179.196,00	23.03.2009	23.03.2010	3390,39	*valor variável
17	CEMAR	062727930001-84	Luz	* 14.933,00	179.196,00	24.03.2010	23.03.2011	3390,39	*valor variável
18	VIVO SA	022607780003-27	Telefonia	* 583,00	7.000,00	19.01.2010	31.12.2010	3390,39	*valor variável
19	SENA SEGURANÇA	006211580001-89	Vig. Armada	12.815,00	153.780,00	05.03.2010	05.03.2011	3390,39	Sub rogado a SFPA
20	CAEMA	062747570001-50	Água Encanada	* 6.000,00	54.000,00	16.04.2010	31.12.2010	3390,39	*valor variável
21	CAEMA	062747570001-50	Água Encanada	1.300,00	12.000,00	16.04.2010	31.12.2010	3390,39	Sub rogado a SFPA
22	J F MÓVEIS PLANEJADOS	090611160001-05	Limpeza	1.532,90	18.394,80	17.05.2010	17.05.2011	3390,37	Sub rogado a SFPA
23	PINHEIRO E RIOS	074000630001-84	Pontos Lógicos	1.120,00	* 8.000,00	14.06.2010	31.12.2010	3390,39	*Valor máx. estimado
24	COMERCIAL SAMPEÇAS LTDA	052944600001-93	Manut. Veículos		* 129.975,00	01.07.2010	01.07.2011	3390,39	*Valor máx. estimado
25	NS CUTRIM	102784300001-23	Mat. Consumo	* 1.050,00	4.200,00	13.09.2010	31.12.2010	3390,30	*valor variável
26	CATARINA FERREIRA DE SOUSA	049319910001-87	Mat. Consumo	* 799,75	3.199,00	13.09.2010	31.12.2010	3390,30	*valor variável
27	LEONARDO CONSTRUÇÕES LTDA	045564040001-17	Elab. Projeto		10.000,00	16.11.2010	06.12.2010	3390,39	
28	COPIAR CENTER LTDA	035990950001-08	Fotocópia		* 9.300,96	06.12.2010	05.12.2011	3390,39	*valor variável
29	DATAGRAPHIS TECN E INF LTDA	006582930001-07	Rede Informática		34.593,98	26.11.2010	25.11.2011	4490,52	
30	ALSAR TEC EM REDES LTDA	047998330001-04	Rede Informática		305.087,00	26.11.2010	25.11.2011	4490,52	
31	TM SOLUTIONS	677265050001-09	Rede Informática		97.094,00	26.11.2010	25.11.2011	4490,52	
32	SODALITA INFORMATICA	004262090001-11	Rede Informática		42.760,00	26.11.2010	25.11.2011	4490,52	
33	DESING CONSTRUÇÕES	085388190001-19	Sistema Esgoto		13.670,79	03.01.2011	07.02.2011	3390,39	
34	MF COMERCIO DE AGUA LTDA	083490800001-05	Mat. Consumo	* 299,00	3.588,00	19.01.2010	31.12.2011	3390,30	*valor variável



Setor de Material e Patrimônio - SMP/SAG/SAD/SFA-MA

Setor responsável pela conferência dos bens móveis e imóveis; institui processo de baixa, doação e cessão de bens, elabora notas de transferência interna entre os diversos grupos de bens móveis; inventários anuais por unidade e termos de responsabilidade; relatórios de movimentação de bens móveis RMB ; afixa plaquetas de registro patrimonial em equipamentos existentes, a SFA/MA possui atualmente um patrimônio composto por 2.155 itens em bens móveis, que somam o valor total de R\$ 3.050.032,14 (três milhões, cinquenta mil, trinta e dois reais e quatorze centavos).

Assim como também faz o recebimento, conferência e guarda os materiais adquiridos pela SFA/MA; distribuição dos materiais as área desta Superintendência, eliminação e promoção de baixa no estoque existente, procede o lançamento contábil e fechamento no Sistema SIAFI; elabora Relatório do Movimento de Material de consumo mensalmente - RMA . O valor de estoque do Almoxarifado em 31.12.2010 – foi de R\$ 38.310,22 (trinta e oito mil, trezentos e dez reais e vinte e dois centavos) conforme Levantamento Anual do Almoxarifado, efetuado por comissão instituída para esse fim.

Setor de Protocolo – SP/SAG/SAD

O Setor de protocolo é responsável pelas atividades que envolvem serviços de recebimento e expedição de correspondências, tais como: AR, Registros, Sedex e correspondências simples. Trabalhando, também em sintonia com a empresa de Correios e Telégrafos, nos recebimentos e envios de malotes desta SFA/GMA. O Setor conta com dois servidores para a execução das tarefas, no atendimento ao público interno e externo, e atualização dos dados no Sistema de Gerenciamento de Informações e Documentos – SIGID.

Setor de Transporte – STR/SAG/SAD/SFA-MA

Quadro LVI- Atividades do Setor de Transporte.

ATIVIDADES	QUANTIDADE	VALOR PAGO (R\$)
Emissão de ordem de saída de veículos oficial	1.089 un	-----
Emissão de controle de abastecimento de veículo oficial	665 un	-----
Frota de veículo oficial	29 un	-----
km rodados da frota	232.836 Km	-----
Custo de manutenção da frota (peças e serviços)	-----	86.391,77
Combustível consumido em litros	25.331,56 lts	56.878,15
Emplacamento (custo)	-----	2.878,81
CUSTO TOTAL	-----	146.148,73

Fonte: STR/SAG/SAD

Seção de Gestão de Pessoas – SGP/SAD

O SGP/SAD/MA desenvolve as atividades de Cadastro, Pagamento, Benefícios, recadastramento dos aposentados e pensionistas admissão de servidores; entre outras, mantendo todas as informações necessárias a essa área devidamente registradas no sistema SIAPE. Para o cumprimento dessas atividades, o Setor conta com 02 servidores que exercem cargos de Agente



Administrativo, 01 empregado e 01 estagiário. Além de gerenciar atividades de capacitação, auxiliando a alta direção nas atividades que visam o desenvolvimento dos servidores na carreira. . Para uma melhor visualização das atividades desenvolvidas pela Seção de Recursos Humanos, segue, a força de trabalho da Superintendência:

47 Servidores nos cargos de Nível Superior, sendo:

- 39 Fiscais federais agropecuários
- 03 Economistas
- 01 Técnico de Nível Superior
- 01 Técnico em Assuntos Educacionais
- 01 Médico
- 02 Agrônomos

62 Servidores no Nível Intermediário, sendo:

- 21 Agentes Administrativos
- 11 Agentes de Inspeção Sanitária Indústria de Produtos de Origem Animal
- 08 Agentes de Atividades Agropecuárias
- 03 Assistentes Administrativos
- 05 Auxiliar Administrativo
- 01 Agente de Serviço de Engenharia
- 06 Agentes de Vigilância
- 01 Auxiliar Operacional de Serviços Diversos
- 01 Artífice de Artes Gráficas
- 01 Agente de Portaria
- 01 Datilógrafo
- 01 Técnico de Laboratório
- 01 Técnico de Contabilidade
- 01 Telefonista

Cargos de Nível Auxiliar, sendo:

- 03 Artífice de Mecânica

Totalizando a força de trabalho na SFA/MA em **108** servidores.

TREINAMENTOS

Na área administrativa podemos destacar a realização e participação de servidores em eventos de capacitação/treinamento conforme abaixo:

- . Encontro das Unidades de Planejamento e Acompanhamento – de 22 a 24.09.2010 - 02 servidores
- . Treinamento do sistema SIAPE (RH) –26.09 a 02.10 – 01 servidor
- . Curso de Ambientação – 26 a 29.09 – 03 servidores
- . Encontro Nacional de Encerramento de Exercício – 21 a 24.11 – 03 servidores
- . Curso SIAFI-GERECIAL – 01 e 02.12. – 02 servidores



Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF/SAD/SFA-MA

A Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF tem por atividade a execução orçamentária e financeira da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão, conforme normas do sistema de administração do Governo Federal, no que se refere à finanças, contabilidade, auditorias, análises e outros.

Em 2010 executou os programas estabelecidos pelo Órgão Central de acompanhamento e análise da programação orçamentária e financeira. Gerou notas de empenho (NE), ordens bancárias (OB), documentos de arrecadação financeira, guias da previdência social (GPS), guias de retenção de ISS (DAR), guias de depósitos bancários (GRU), e muitos documentos no subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR), entre outros documentos de responsabilidade da Seção. Fez análises e pagamentos de: diárias, suprimento de fundos, dos documentos de fornecedores de materiais e serviços, auxílio funeral, convênio, indenizações, etc. eventuais despesas miúdas, todos os pagamentos foram analisados e aprovados.

As concessões de diárias e suprimentos de fundos para viagens de fiscalização e para eventuais despesas miúdas de pronto pagamento, foram também analisadas e aprovadas pelos Ordenadores de Despesas e Suporte Documental.

Abaixo a tabela que demonstra os recursos disponibilizados no exercício:

Tabela LVII- Demonstrativo Orçamentário/financeiro.

Elemento de Despesa	Descentralizado (R\$)	Disponível (R\$)	Empenhado (R\$)	A Liquidar (R\$)	Liquidado (R\$)	Percentual (%)
3390.14	28.883,81	-	28.883,81	-	28.883,81	100,00
3390.30	44.162,09	3.201,16	40.960,93	-	40.960,93	92,75
3390.33	22.239,49	-	22.239,49	-	22.239,49	100,00
3390.36	-	-	-	-	-	-
3390.37	358.831,62	52,87	358.778,75	-	358.778,75	99,99
3390.39	388.642,12	11.592,49	377.049,63	-	377.049,63	97,02
3390.92	1.143,04	-	1.143,04	-	1.143,04	100,00
3390.93	145,03	-	145,03	-	145,03	100,00
3391.39	14.400,00	-	14.400,00	-	14.400,00	100,00
3391.92	5.033,00	-	5.033,00	-	5.033,00	100,00
4490.52	67.646,83	-	67.646,83	-	67.646,83	100,00
--	926.094,03	14.846,52	911.247,51	-	911.247,51	98,40

Tabela LVIII- Evolução dos Gastos Gerais.

	2007 (em R\$)	2008 (em R\$)	2009 (em R\$)	2010
1. PASSAGENS	143.590,15	191.965,67	155.731,98	158.248,97
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	253.985,22	277.914,65	357.155,29	401.548,71
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	-	-	-	-
3.1. Publicidade	18.000,00	11.036,00	10.736,00	14.400,00
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	249.234,29	265.567,06	299.436,56	359.792,26
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	122.489,80	133.424,30	142.633,80	80.825,82
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	100.175,69	75.810,20	67.896,20	65.115,97
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS	-	-	-	-
TOTAL	887.475,15	955.717,88	1.033.569,83	1.079.967,73



DECRETO 5.940/2006 – COLETA SELETIVA NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS

Com a publicação do **Decreto 5.940/2006** do Presidente da República dispondo sobre coleta seletiva solidária nos órgãos públicos e estabelecendo destinação a associações e cooperativas de catadores como forma de promover inclusão social desse segmento, fica evidente a preocupação com o aproveitamento de resíduos de modo sistemático. Desse modo, a SFA/MA cumprindo com o Decreto desde 2008 iniciou a campanha para arrecadação e contabilizou material que se destinaram as instituições conforme quadro abaixo:

Quadro LVIX- Doação de material da coleta seletiva 2008.

Instituição	Escola de Cegos	CEGEL	
Material	Papel	Latas	Garrafas Pet
Quantidade	460 kg	358 unidades	3.253 unidades

Quadro LX- Doação de material da coleta seletiva 2009.

Instituições	- Associação dos Catadores de Material Reciclável no Maranhão (ASCAMAR) - Centro de Ensino 'Governador Edson Lobão' (CEGEL) - Outras escolas				
Material	Papel	Garrafas Pet	Latas	Vidro	Plásticos
Quantidade	2.801 kg	5.379 unid.	138 unid.	29 kg	71,5 kg

Quadro LXI- Doação de material da coleta seletiva 2010.

Instituição	Associação dos Catadores de material Reciclável - ASCAMAR							
Data	Plástico PEAD (kg)	Plástico Filme (kg)	Pet (kg)	Papelão (kg)	Latinha (unid)	Papel Branco (kg)	Vidro (kg)	
21.07.10	-	3,5	-	-	397	142	-	
15.12.10	40	30	110	30		130	-	
TOTAL	40	33,50	110	30	397	272		

- papel branco: 32kg
- papel colorido: 25kg
- papel jornal: 63kg
- papelão: 22kg
- plástico filme: 2,5kg
- plástico embalagens: 2,0kg
- latinhas de aço: 397
- Pet's: 110kg



Análise:

No decorrer do ano de 2010 foram promovidas reuniões de trabalho com os diversos setores administrativos; houve o acompanhamento do fiel cumprimento de todas as demandas advindas da área meio da SFA/MA e tomadas decisões com objetivo de resolver as dificuldades surgidas no dia a dia. Quanto ao aspecto quantitativo, sua definição fica condicionada às atividades executadas nas Seções/ Setores conforme explicitado anteriormente.

Os recursos financeiros descentralizados para o PI MANUTSFAS têm como objetivo fazer frente às despesas fixas e variáveis com a manutenção das Superintendências Federais de Agricultura nos estados, sendo que a maior parte do orçamento deste programa é destinada às despesas fixas (aquelas realizadas através de contratos (Quadro LV). Deve-se registrar a existência de recursos oriundos do ressarcimento pelo Núcleo de Assessoramento Jurídico (NAJ/MA) e pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, relativos ao compartilhamento de despesas (Vigilância, Água, Luz, Telefone e outras), visto que esses Órgãos estão sediados no prédio sede da SFA/MA.

Entende-se que a otimização dos custos é feita pela adoção da filosofia em busca da excelência partindo da conscientização dos colaboradores e adotando medidas que viabilizem a redução dos mesmos. Assim, devem ser tomadas medidas como exemplo a continuidade dos controles de energia elétrica com campanha para o seu melhor uso e a continuação desde o ano de 2009 da substituição de aparelhos de ar-condicionados (splits) em praticamente todas as dependências da Sede e ainda a utilização racional do telefone, controle esse feito por cada usuário detentor de senhas, controles ainda aquém do esperando dentro de uma organização, mas com a implementação do Plano Estratégico do MAPA, já existe a real possibilidade de estabelecer indicadores que possam identificar o desperdício e melhorar a utilização dos recursos.

Concluindo, pode-se afirmar que a SFA/MA, durante o exercício de 2010, no tocante às atividades do MANUTSFAS obteve excelentes resultados uma vez que atendeu, praticamente, todas as suas demandas, cumprindo assim com o papel de instituição pública com legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência e, principalmente, transparência.

Desempenho Operacional

As ações de apoio são executadas e gerenciadas com base em normas legais em procedimentos regulamentados, de forma a atender os requisitos dos processos finalísticos e manter o desempenho da SFA/MA.

Apresenta-se abaixo, alguns dados que fazem parte da rotina como: tramitação de processos, controle de material, requisição de passagens e demais ações que interligadas geram dados que conjugados aos sistemas implantados dão transparência e permitem o controle e avaliação e, conforme for se apurando no decorrer dos anos, irão gerar alguns indicadores não vinculados aos programas governamentais, os quais além de se revestirem de cunho informativo traduzirão o esforço para o melhor desempenho da SFA/MA.



Quadro LXII- Dados quantitativos gerais sobre o exercício de 2010 da SFA/MA

Item	Processos	Setor	2008	2009	2010
01	Processos tramitados	Protocolo	1.841	1.866	1.997
02	Emissão Notas de Empenho	SEOF	1.691	1.416	599
04	Diárias processadas na SFA/MA	SEOF	701	650	565
05	Pagamentos Efetivados	SEOF	1.391	1.323	1.277
06	Autorização emissão de passagens	SEOF	150	133	156
07	Requisição de material do almoxarifado	MATERIAL	--	140	158
08	Processos Licitatórios	MATERIAL	33	40	18
09	Concessão Auxílio Funeral	SRH	10	08	12
10	Concessão de Pensão	SRH	08	08	09
11	Concessão Aposentadoria	SRH	02	01	03
12	Concessão de Licenças Médicas (dias)	SRH	1.312	774	589
13	Concessão de Licenças Médicas (nº)	SRH	53	56	59
14	Realização de perícias Médicas	SRH	23	10	02
15	Concessão de Licença Assiduidade	SRH	4	03	05
16	Concessão de Adicional de Insalubridade	SRH	21	08	01



2.4. Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro LXIII- Execução física das ações realizadas pela UJ.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011 ^a
20	125	0356	4745	A	3	fiscalização realizada	5	15	-
20	125	0356	4746	A	3	produto fiscalizado	1.800,00 t	1.853,85 t	1.900,00 t
20	125	0356	8938	A	3	estabelecimento inspecionado	192	192	-
20	125	0356	8939	A	3	estabelecimento inspecionado	75	73	72
20	603	0357	2134	A	3	fiscalização realizada	13.000	12.328	13.000
20	604	0357	2139	A	3	fiscalização realizada	50.000	44.250	-
20	603	0357	2180	A	3	fiscalização realizada	474 ^b	660	-
20	604	0357	2181	A	3	fiscalização realizada	3 ^b	2	-
20	603	0357	4738	A	3	área controlada	33.198.329 ha	33.198.329 ha	33.198.329 ha
20	604	0357	4842	A	3	área livre	331.983 km ²	0 km ²	331.983 km ²
20	603	0357	8572	A	3	área controlada	78.116 ha	76.746 ha	76.746 ha
20	604	0357	8658	A	3	propriedade atendida	17.296	18.072	-
20	125	0375	2019	A	3	fiscalização realizada	25	4	0
20	125	0375	2124	A	3	fiscalização realizada	84	80	55
20	125	0375	2140	A	3	fiscalização realizada	120	123	165
20	125	0375	2141	A	3	fiscalização realizada	172	93	94
20	125	0375	2177	A	3	fiscalização realizada	30	41	-
20	125	0375	2179	A	3	fiscalização realizada	310	341	247
20	125	0375	2909	A	3	fiscalização realizada	0	0	0
20	665	0393	2B47	A	3	produtor atendido	- ^c	-	-
20	665	1426	8606	A	3	pessoa beneficiada	220	422	-
20	122	6003	2B17	A	3	contrato fiscalizado	10	10	-

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/SFA-MA/Siplan.

^a A meta física a ser realizada em 2011 não foi informada em função de que os órgãos centrais do MAPA apenas divulgam essa informação no Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária (Siplan), sendo que a meta para cada ação ainda não estava disponível em março de 2011.

^b número de partidas fiscalizadas. A UVAGRO/ITMA/DDA-MA executa a sua meta física baseada em partidas fiscalizadas, a qual, em determinadas situações, inclui várias fiscalizações numa mesma partida, como explicado no item 2.3.1.1.2.1.3.

^c Essa é uma ação que não é descentralizada pela Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, e por isso não há a divulgação de metas por parte desse órgão central, o que desobriga a adoção da meta física cadastrada no Sigplan.



2.5. Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.5.1 Programação Orçamentária das Despesas

Quadro LXIV- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						
Natureza da Movimentação de Crédito		UJ concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1- Pessoal e Encargos	2- Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concebidos	NÃO SE APLICA				
	Recebidos - SE / GCOF					
		130002	22101.20.122.07502000 - ATIVOS (1)	(*) 5.091,76		-----
			20101.09.272.0089.0181 - INATPENS1 (1)	(*) 34.450,61		-----
		130002	22101.20.122.0750.4716 - MANUTSFAS			843.600,68
		130002	22101.20.122.0750.2000 -MANUTCRH 1			1.694,78
			22101.20.122.0750.2000 - ADM SEDE1			7.544,81
		130002	22101.20.182.0360.4572 - CAPACITA			5.976,56
		130001	22101.20.121.0360.1K40 - AGE			26.084,91
			TOTAL - SE			924.444,11
	Recebidos SDC / GCOF					
		420013	22101.20.601.1442.8591 -APOIOAGRIC			3.362,84
		420013	22101.20.602.14422859 -APOIOPEC1			2.116,60
		420013	22101.665..0393.2B47 -INDGRAF			1.985,76
		420013	22101.20.665.1426.8606 - DESENORG			3.379,33
		420013	22101.20.122.6003.2B17 - FISCONTRATO			7.575,14
		420013	22101.20.605.6003.8611 - APRODUTOR			2.442,78
		420013	22101.20.128.1442.8622 - GAPSDC			891,96
		420013	22101.20.125.0375.2177 - FISCAGRIC1			11.272,72
			TOTAL - SDC			33.027,13
	Recebidos - SDA /GCOF					
			130007	22101.20.604.0357.4842 - FEBREAFETOSA		35.838,34
			130007	22101.20.604.0357.8658 - PCEANIMAL		53.242,82
			130007	22101.20.603.0357.8572 - PCEVEGETAL		22.352,78



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



		130007	22101.20.603.0357.2134 - VIGIFITO			191.897,82	
		130007	22101.20.603.0357.4738 – ERRADMOSCA1			26.718,27	
		130007	22101.20.125.0356.4745 - FISCORGEN			5.227,92	
		130007	22101.20.125.0356.8939 – IPVEGETAL2			37.513,36	
		130007	22101.20.125.0356.8938- INSPANIMAL3			187.539,24	
		130007	22101.20.125.0356.4746 – PADCLASSIF			12.631,23	
		130007	22101.20.665.0356.4723 – RESÍDUOS			1.358,76	
		130007	22101.20.125.0375.2124 – FISCINAN			17.258,90	
		13007	22101.20.125.0375.2140 – FISPROVET1			19.055,93	
		130007	22101.20.125.0375.2019 – FISCGENE			2.210,80	
		130007	22101.20.125.0375.2909 – FISAGROTOX			31.042,31	
		13007	22101.20.125.0375.2179 – FISCALSEM1			102.476,66	
		13007	22101.20.125.0375.2141 – FISFECOI			47.874,35	
		130007	22101.20.603.0357.2180 – FISCPLANTA2			10.819,00	
			TOTAL SDA			805.058,49	
		TOTAL GERAL	1.762.529,70				
Movimentação Externa	Concebidos	NÃO SE APLICA					
	Recebidos		20114.03.122.0580.2272 - AGU (**)		28.698,70		
			- PESCA (**)		213.297,80		
			TOTAL EXTERNO		241.996,50		
Natureza da Movimentação de Crédito		UJ Concedente ou Recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital			
				4- Investimentos	5- Inversões Financeiras	6- Outras Despesas de Capital	
Movimentação Interna	Concebidos	NÃO SE APLICA					
	Recebidos	SE / GCOF					
		130002	22101.20.122.0750.4716 – MANUTSFAS	67.646,83	NÃO SE APLICA		
			TOTAL - SE	67.646,83			
	Recebidos SDA / GCOF						
		130007	22101.20.603.0357.8572 - PCEVEGETAL	746.050,00			
		130007	22101.20.603.0357.2134 - VIGIFITO	300.800,00			
		130007	22101.20.125.0356.8938 - INSPANIMAL3	101.910,68			



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



		130007	22101.20.125.0375.2141 - FISFECOI	4.000,00	
		130007	22101.20.125.0375.2124 - FISCINAN	2.174,98	
		130007	22101.20.125.0375.2179 - FISCALSEM1	202.290,98	
		130007	22101.20.603.0357.8572 - ERPCVEGETA	479.534,98	
		130007	- FISCPLANTA 2	35.000,00	
			TOTAL SDA	1.871.761,30	
			TOTAL GERAL	1.939.408,10	
Movimentação Externa	Concebidos	NÃO SE APLICA			
	Recebidos				

Fonte: SEOF/SFA/MA

(*)- Valores destinados ao pagamento de auxílio-funeral.

(**)- Valores recebidos da AGU/MA e SFPA/MA (Pesca) por ressarcimento das despesas com manutenção e conservação do prédio.

2.5.2 Execução Orçamentária

Quadro LXV- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	---	---	----	----
Tomada de Preços	273.320,55	120.543,98	273.320,55	110.327,29
Concorrência	---	----	----	----
Pregão	837.178,15	1.658.436,98	837.178,15	1.574.169,55
Concurso	----	----	----	----
Consulta	----	----	----	----
Registro de Preços	----	----	----	----
Contratações Diretas				
Dispensa	287.436,54	469.471,86	287.486,54	401.899,11
Inexigibilidade	67.316,05	98.140,45	67.216,05	70.823,19
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	68.145,37	141.225,76	68.145,37	67.657,82
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	----	----	----	----
Diárias	357.135,29	426.280,06	357.135,29	426.280,06
Outros	468.822,93	1.829.702,68	418.467,24	1.725.873,10

Fonte: SEOF/SFA/MA



Quadro LXVI- Despesas Correntes por Grupo e Elementos de Despesa – Créditos Originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	18.615,83	39.542,37	18.615,83	34.450,61	--	--	--	--
1º elemento de despesa	----	----	----	5.091,76	--	--	--	--
2º elemento de despesa	----	----	----	----	--	--	--	--
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	605.908,58	522.275,35	605.908,58	522.275,35				
2º elemento de despesa	442.070,36	440.618,08	442.070,36	440.618,08				
3º elemento de despesa	357.135,79	401.584,71	357.135,79	401.584,71				
Demais elementos do grupo	343.422,71	607.320	343.422,71	607.320				

Fonte: SEOF/SFA/MA

Quadro LXVII- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ.

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	184.711,13	1.939.408,10	43.968,43	1.939.408,10				
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte:



3- Informações sobre o reconhecimento de passivos por Insuficiência de créditos ou recursos.

Não se aplica a natureza jurídica da UJ

4- Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro LXVIII

SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				Valores em R\$ 1,00
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	23.542,85	-----	23.542,85	-----
2009	4.374,93	1.053,04	3.321,89	-----
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	991.176,74	23.542,88	290.872,70	676.761,19
2009	601.641,09	5.037,14	284.185,92	312.418,03

FONTE: SEOF/SFA/MA



5. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade, contemplando as seguintes perspectiva:

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro LXIX- Composição do quadro de recursos humanos - Situação Apurada Em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	-	-	-	-
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	81	81	05	03 (**)
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	04	04	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	-	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	07	07	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	-	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	12	12	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total	100	100	-	-

Fonte: SRH/SFA/MA

(**) Aposentadoria



Quadro LXX- Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010.

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	07	07	14	36	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	02	01	01
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	01	-	03	03
2.3. Funções gratificadas	-	02	03	06	01

Fonte:SRH/SFA/MA

Quadro LXXI- Composição do Quadro de Recursos Humanos por NÍVEL DE ESCOLARIDADE - Situação apurada em 31/12/2010.

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	05	04	24	44	01	01	02
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	02	02	-	-	-
2. Provedimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	01	06	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	05	-	07	-	-

LEGENDA
Nível de Escolaridade
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.



5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro LXXII- Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	46	03
1.2 Compulsório	--	--
1.3 Invalidez Permanente	08	--
1.4 Outras	82	--
2 Proporcional	--	--
2.1 Voluntária	16	--
2.2 Compulsório	01	--
2.3 Invalidez Permanente	01	--
2.4 Outras	73	--

Quadro LXXIII - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010.

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	273	06
2. Proporcional	71	03

5.3. Composição do Quadro de Estagiários

Quadro LXXIV- Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	*	*	*	*	
• Área Fim	03	03	04	03	18.268,93
• Área Meio	03	03	03	02	16.150,54
Nível Médio					
• Área Fim	--	--	--	--	--
• Área Meio	05	05	05	--	14.305,04

Fonte: SRH/SFA/MA

(*) Quantidade não cumulativa



5.4. Quadro de custos de Recursos Humanos

Quadro LXXV- Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	---	---	---	---	---	---	----	---
2009	---	---	---	---	----	---	----	---
2010	----	----	-----	-----	----	----	----	----
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	2.383.236,57	9.254,76	448.972,74	504.136,42	258.767,07	200.481,36	2.888.859,12	6.693.708,04
2009	3.601.856,94	9.927,63	696.733,29	725.120,12	314.638,58	295.341,98	3.941.153,43	9584.771,97
2010	3.976.478,34	8.346,78	818.993,10	791.163,41	328.558,32	592.255,40	4.642.837,51	11.158.632,86
Servidores com Contratos Temporários								
2008	13.300,00	--	1.108,32	---	2.059,26	---	1.764,00	18.231,58
2009	---	---	----	---	---	---	---	----
2010	---	---	----	----	----	----	----	----
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	76.657,34	---	8.385,67	2.855,22	---	4.457,02	22.816,39	115.171,64
2009	29.296,96	---	---	398,00	---	----	504,00	30.198,96
2010	101.600,70	---	20.710,50	5.177,82	146,61	12.989,95	90.091,20	230.71678
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	----	----	----	-----	----	-----	----	----
2009	----	----	----	----	----	-----	----	----
2010	----	----	----	----	----	----	----	----
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	561.581,10	150.667,32	94.978,05	99.708,53	48.276,73	54.286,42	436.411,86	1.445.910,01
2009	739.219,51	159.305,83	150.057,23	133.486,09	45.946,15	92.527,44	694.087,22	2.014.629,47
2010	743.495,60	147.929,82	118.387,26	132.662,35	62.204,29	131.006,16	753.955,98	2.089.641,46
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	103.517,56	40.141,56	29.753,48	16.711,96	10.316,04	7.135,35	224.127,20	431.703,15
2009	202.720,90	38.182,95	35.210,12	25.733,08	12.459,60	8.776,06	195.026,31	518.109,02
2010	277.035,27	44.664,43	61.973,43	33.930,86	25.098,94	23.737,87	282.063,98	748.504,78

Fonte: SRH/SFA/MA



5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro LXXVI- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância armada.

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão													
UG/Gestão: 130069							CNPJ:00.396.895/0017-92						
Informações sobre os contratos													
ANO DO CONTRATO	ÁREA	NAT	IDENTIF. CONTRATO	EMPRESA (CNPJ)	PERÍODO CONTRATUAL		ESCOLARIDADE EXIGIDA						SIT
							F		M		S		
					INÍC.	FIM	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	12/2009	07990439/0001-58	14/08/2009	14/08/2011	-	10	-	-	-	-	P
2006	V	O	07/2006	07.945.678/0005-10	01/12/2006	01/12/2011	-	-	-	08	-	-	P
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Setor de Material/SFA/MA



Quadro LXXVII- Contratos de Prestação de Serviços com locação de mão-de-obra.

UNIDADE CONTRATANTE													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão													
UG/Gestão: 130069							CNPJ:00.396.895/0017-92						
Informações sobre os contratos													
ANO DO CONTRATO	ÁREA	NATUREZA	IDENTIF.	EMPRESA (CNPJ)	PERÍODO		ESCOLARIDADE EXIGIDA						SITUAÇÃO
							F		M		S		
					INÍC.	FIM	P	C	P	C	P	C	
2005	1	O	01/2005	01.594.216/0001-95	02/02/2005	26/07/2010	-	-	05	05	-	-	E

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;

2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

3. Serviços de Copa e Cozinha;

4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

5. Serviços de Brigada de Incêndio;

6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;

7. Outras.

Natureza:

(O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade:

(F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato:

(A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores:

(P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Quadro LXXVIII- Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão-de-obra.

Identificação do Contrato	Área	Quant.	Unidade Administrativa
12/2009	7	10	SAG/SAD/SFA-MA
07/2006	8	08	SAG/SAD/SFA-MA
01/2005	1	01	GAB/SFA-MA
01/2005	1	01	DDA/SFA-MA
01/2005	1	01	SEFAG/SFA-MA
01/2005	1	01	VIGIAGRO/SFA-MA
01/2005	1	01	SEDESA/SFA-MA

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



6. Informação sobre as transferências mediante convênios, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício

Quadro LXXIX- Informações sobre transferências mediante convênio.

Unidade Concedente ou Contratante									
Unidade Concedente ou contratante									
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					UG/GESTÃO:				
CNPJ:									
Informações sobre as transferências									
Modalidade	N° do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
2	733902	PM São Raimundo das Mangabeiras	124.900,00	3.025,00	124.900,00	124.900,00	23-nov-10	30-nov-11	1
2	733919	PM Lagoa Grande do Maranhão	150.000,00	3.750,00	150.000,00	150.000,00	23-nov-10	30-nov-11	1
2	735986	PM Guimarães	124.362,25	2.487,25	124.362,25	124.362,25	24-dez-10	30-dez-11	1
2	735972	PM Santa Rita	180.000,00	4.500,00	180.000,00	180.000,00	21-dez-10	30-jun-12	1
2	735970	PM Pastos Bons	125.000,00	3.125,00	125.000,00	125.000,00	16-dez-10	30-jun-12	1
2	737019	PM Santa Luzia	126.758,13	5.078,13	126.758,13	126.758,13	23-dez-10	30-jun-12	1
2	737039	PM Duque Bacelar	304.687,50	12.187,50	304.687,50	304.687,50	31-dez-10	30-jun-12	1
2	737292	PM Porto Franco	995.000,00	20.000,00	995.000,00	995.000,00	01-dez-10	30-dez-11	1
2	737287	PM Centro Novo do Maranhão	125.000,00	3.125,00	125.000,00	125.000,00	23-dez-10	30-jun-12	1
2	738648	PM Riachão	125.000,00	3.125,00	125.000,00	125.000,00	15-dez-10	30-jun-12	1
2	738662	PM Loreto	124.475,00	2.600,00	124.475,00	124.475,00	27-dez-10	30-dez-11	1



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



2	737673	PM Morros	350.000,00	8.750,00	350.000,00	350.000,00	23-dez-10	30-dez-11	1	
2	739153	PM Lima Campos	124.363,00	2.488,00	124.363,00	124.363,00	29-out-10	30-out-11	1	
2	741125	PM Cidelândia	119.387,76	2.387,76	119.387,76	119.387,76	29-dez-10	30-jun-12	1	
2	741185	PM Porto Franco	786.250,00	16.000,00	786.250,00	786.250,00	22-dez-10	30-jun-12	1	
2		PM Governador Nunes Freire	251.500,00	7.750,00	251.500,00	251.500,00	27-dez-10	30-dez-11	1	
2		PM Governador Nunes Freire	251.500,00	7.750,00	251.500,00	251.500,00	27-dez-10	30-dez-11	1	
2	739928	PM Amarante do Maranhão	300.000,00	7.500,00	300.000,00	300.000,00	23-dez-10	30-jun-12	1	
2	739484	PM Cantanhede	603.000,00	18.000,00	603.000,00	603.000,00	23-dez-10	30-jun-12	1	
2	741180	PM Montes Altos	124.400,00	2.525,00	124.400,00	124.400,00	14-dez-10	30-dez-11	1	
2		PM Godofredo Viana	248.724,49	4.974,49	248.724,49	248.724,49	30-dez-10	30-dez-11	1	
2		PM Godofredo Viana	248.724,49	4.974,49	248.724,49	248.724,49	30-dez-10	30-dez-11	1	
2	740133	PM São Domingos do Maranhão	603.000,00	18.000,00	603.000,00	603.000,00	22-dez-10	30-jun-12	1	
2	739480	PM Imperatriz	988.000,00	44.384,00	988.000,00	988.000,00	30-dez-10	30-dez-11	1	
2	741177	PM Joselândia	298.470,00	5.970,00	298.470,00	298.470,00	23-dez-10	30-dez-11	1	
2	741167	PM Brejo	400.000,00	10.000,00	400.000,00	400.000,00	16-dez-10	30-jun-12	1	
2	741573	PM Olinda Nova do Maranhão	248.725,00	4.975,00	248.725,00	248.725,00	16-dez-10	30-dez-11	1	
2	742203	PM Passagem Franca	253.750,00	10.000,00	253.750,00	253.750,00	24-dez-10	30-dez-11	1	
2	742203	PM Passagem Franca	253.750,00	10.000,00	253.750,00	253.750,00	24-dez-10	30-dez-11	1	
2	742205	PM Imperatriz	1.043.250,00	46.866,00	1.043.250,00	1.043.250,00	23-dez-10	30-dez-11	1	
2	746774	PM São Raimundo das	591.970,00	11.845,00	591.970,00	591.970,00	23-nov-10	30-nov-11	1	



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



		Mangabeiras										
2	751452	PM São Raimundo das Mangabeiras	400.000,00	10.000,00	400.000,00	400.000,00	24-dez-10	30-jun-12	1			
2	751450	PM São Raimundo das Mangabeiras	410.000,00	20.000,00	410.000,00	410.000,00	24-dez-10	30-jun-12	1			
2	751450	PM São Raimundo das Mangabeiras	410.000,00	20.000,00	410.000,00	410.000,00	24-dez-10	30-jun-12	1			
2	754157	PM Amarante do Maranhão	203.125,00	8.125,00	203.125,00	203.125,00	31-dez-10	30-jun-12	1			
2	754308	PM Poção de Pedras	150.000,00	3.750,00	150.000,00	150.000,00	31-dez-10	30-jun-12	1			

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte:



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA



O Quadro abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Quadro LXXX- Resumo esumo dos instrumentos de transferências celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
CNPJ:			UG/GESTÃO:			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio						
Contrato de Repasse	58	48	36	14.360.401,00	12.220.624,00	12.167.072,62
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	58	48	36	14.360.401,00	12.220.624,00	12.167.072,62

Fonte: DPDAG/SFA-MA

Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes:

- **Não se aplica:** Essas informações não se encontram disponíveis nesta SFA-MA. Elas se encontram na Caixa Econômica Federal, entidade mandatária por força de contrato com o MAPA, para a execução e acompanhamento dos contratos de repasse e no Departamento de Infraestrutura e Logística da SDC/MAPA.

Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse:

1- Contratos de Repasse

- **Não se aplica:** As prestações de contas são feitas pelos beneficiários à Caixa Econômica Federal, entidade mandatária da execução do PRODESA, Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, por força de contrato com o MAPA.



Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse:

1- Contratos de Repasse

- **Não se aplica:** As prestações de contas são feitas pelos beneficiários à Caixa Econômica Federal, entidade mandatária da execução do PRODESA, Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário, por força de contrato com o MAPA.



7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010

- Declarações em anexo.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

- Declaração em anexo.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- a) Ambiente de controle;**
- b) Avaliação de risco;**
- c) Procedimentos de controle;**
- d) Informação e Comunicação;**
- e) Monitoramento**

Quadro LXXXI- Estrutura de Controles Internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	



Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.		X			
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

Quadro LXXXII- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	x				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		x			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		x			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					x
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x			



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?		x			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	x				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros

Quadro LXXXIII- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		
	São Luis/MA	01	01
	Total	01	01



Quadro LXXXIV- Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
130069	0921.00537.500-2	21	03	2.175.117,48	04.07.2009	2.175.117,48	-----	13.670,79
							-----	7.448,90
Total								21.119,69

DESCRIÇÃO DOS CAMPOS

UG: É o código da unidade gestora (UG) constante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI que se utiliza do imóvel.

RIP: É o código de Registro Imobiliário Patrimonial – RIP do imóvel gerado de acordo com lei de formação estabelecida pela SPU.

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|---------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 5 – Reparos Importantes |
| 2 – Muito Bom | 6 – Ruim |
| 3 – Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 4 – Regular | 8 – Sem Valor |



12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ, contemplando os seguintes aspectos:

- a) Planejamento da área;
- b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- c) Segurança da informação;
- d) Desenvolvimento e produção de sistemas;
- e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

Obs: O item é de total competência da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – CGTI/MAPA,

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, observando-se as disposições dos Decretos nºs 5.355/2005 e 6.370/2008.

Quadro LXXXV- Cartões de pagamento.

CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	2008	2009	2010
	75.810,20	67.896,20	65.115,97

14 - Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social.

. Não se aplica a natureza jurídica da UJ



15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

Quadro LXXXVI- Deliberações TCU.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão					130069
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01 a 13.3	TC 027.479/2009-5	nº 4583/2010 – TCU- 2ª Câmara	09	DE	E-mail do CI/MAPA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SFA/MA					130069
Descrição da Deliberação:					
9.2 - Determinar que a Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Maranhão – SFA/MA, caso necessário, prorrogue o contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº. 07/2009 apenas uma vez, pelo período máximo de seis meses, para a realização de nova licitação dentro dos moldes permitidos pela legislação em vigor;					
9.3 – Alertar a Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Maranhão-SFA/MA que atente para a correta aplicação do critério de inexigibilidade das propostas, previsto no art. 48, inciso II, § 1º da Lei 8.666, de 1993, permitindo que as licitantes demonstrem a exequibilidade de suas propostas de preços, conforme deixou de ocorrer no Pregão eletrônico nº 07/2009, devendo sempre buscar a seleção da proposta mais vantajosa, e, por consequência, do interesse público, bem tutelado pelo procedimento licitatório;					
9.4 – Alertar a Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Maranhão – SFA/MA que, na condução de pregões eletrônicos, observe o que dispõe o art. 26 do Decreto 5.450, de 2005, submetendo a autoridade competente os recursos apresentados, após declarado o vencedor, de forma imediata e motivada, abstendo-se de fazer julgamento de mérito de forma antecipada, conforme ocorreu durante o Pregão eletrônico nº 07/2009.					
9.5 – encaminhar cópia da presente deliberação a representante, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam; e					
9.6- Arquivar o presente processo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SAD/SFA/MA					
Síntese da providência adotada:					
Realização de novo processo licitatório na modalidade pregão.					
Síntese dos resultados obtidos					
Contratação efetivada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					



16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de Controle Interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento

Quadro LXXXVII- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI- 01.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão			130069
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Itens do RA	Comunicação Expedida
01	S.A/ Ofício nº 37.288/2010 – CGU-PR/MA	De A a E	Ofício SFA/MA nº 603/2010
Órgão/entidade objeto do Esclarecimento/Informação			Código SIORG
SFA/MA			130069
Descrição do Esclarecimento/Informação			
a) Tabela contemplando informações sobre o quantitativo de pessoal da Unidade b) Pontos fracos da gestão no exercício de 2010 c) Pontos fortes da gestão no exercício de 2010 d) Providências adotadas em atendimento às determinações/recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2010 e) Justificar o uso de CPGF (Cartão de Pagamento do Gov.Federal) desta Unidade nas situações indicadas:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SGP-Setor de Gestão de pessoas/ SAOD- Setor de Apoio e Divulgação e SEOF- Seção de Execução Orçamentária e Financeira			130069
Síntese da providência adotada:			
Itens respondidos através Ofício SFA/MA nº 603/2010			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

OBS: O quadro acima refere-se a ocorrência de solicitação de esclarecimento/informação por meio de Solicitação de Auditoria.



Quadro LXXXVIII- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI- 02.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão			130069
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Ofício AECI-GM nº 339/2010	01	Ofício Nº 020/2011
Órgão/entidade objeto do Esclarecimento/Informação			Código SIORG
SFA/MA			130069
Descrição do Esclarecimento/Informação			
Utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal-CPGF – solicita tipologia de problemas constatados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SEOF- Seção de Execução Orçamentária e Financeira			
Síntese da providência adotada:			
Respondido através Ofício nº 020/2011-GAB/SFA/MA			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro LXXXIX- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI- 03.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão			130069
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Solicitação de Fiscalização SF nº 250384-02		Processo nº 21022.001889/2010-44
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SFA/MA			
Descrição da solicitação:			
a) Quais as datas de recebimento por parte dessa SFA dos relatórios das atividades de vacinação encaminhadas pela SEA, relativamente aos exercícios de 2007,2008,2009. b) Dos relatórios de auditorias realizados da SEA, relativos ao exercício de 2009, sendo 04 produzidos por essa SFA e 01 pela Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA destacar, por relatório, as recomendações ali constantes, bem como as que foram implementadas e as que ainda não foram implementadas e os impedimentos para não satisfazê-las. c)Apresentar justificativas para o fato do quantitativo de rebanho vacinado ser inferior ao quantitativo de rebanho existente em 2009.			



Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA/MA	
Síntese da providência adotada:	
Encaminhada Solicitação através Processo nº 21022.001889/2010-44 para a área técnica – Serviço de Inspeção e Saúde Animal-SISA/DDA/SFA/MA. Assim como encaminhado o documento SF nº 250384-02 da CGU/MA, através Ofício nº 653/2010 – SFA/MA para a Agência Estadual de Defesa Agropecuária-AGED/MA , solicitando informações para subsidiar os trabalhos de fiscalização	
Síntese dos resultados obtidos	
Encaminhado Relatório de Fechamento da I Etapa da Campanha de Vacinação Contra Febre Aftosa-maio/junho-2009	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Parte B do anexo II da DN TCU nº 107

1. Declaração do contador responsável pela UJ atestando os demonstrativos contábeis.

. Declaração em anexo.



ANEXOS



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA
GABINETE
E-mail: gab-ma@agricultura.gov.br
Tel: (98)2106-1961 – 2106-1962
Fax (98)2106-1969

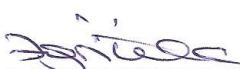


DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes aos contratos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, de acordo com o item 07 do Anexo II da DN TCU nº 107 de 27.10.2010, Portaria TCU nº 277, de 07.12.2010.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

São Luis-MA, 24 de março de 2011.


FRANKLIN RODRIGUES PORTELA
Chefe do SCC/SAG/SAD/SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA
GABINETE
E-mail: gab-ma@agricultura.gov.br
Tel: (98)2106-1961 –2106-1962
Fax (98)2106-1969



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os Planos de Trabalho originados de propostas e emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União de 2010 do programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, consoante contrato de prestação de serviços firmado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento e gerido pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, apresentados a esta Unidade Gestora através do Sistema de Convênios do Governo Federal – SICONV estão disponíveis e atualizados no referido sistema, no limite das nossas competências estipuladas no art. 6; § 4º da Portaria nº 1232, de 23 de dezembro de 2008, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, de acordo com o item 07 do anexo II da DN TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010; Portaria TCU nº 277, de 07.12.2010.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

São Luis-MA, 24 de março de 2011


Antonio Dias de Moraes
Fiscal Federal Agropecuário
Chefe do DPDAG//SFA/MA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão-SFA/MA
GABINETE
E-mail: gab-ma@agricultura.gov.br
Tel: (98)2106-1961 – 2106-1962
Fax (98)2106-1969



DECLARAÇÃO

Declaramos que as informações referentes aos convênios referentes as áreas desta SFA/MA de saúde animal e sanidade vegetal onde analisamos as propostas das entidades convenientes, exceto os convênios formalizados diretamente pelos órgãos singulares do MAPA, sob a responsabilidade desta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal - SICONV, conforme estabelece o Art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, de acordo com o item 07 do Anexo II da DN TCU nº 107 de 27.10.2010, Portaria TCU nº 277, de 07.12.2010.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

São Luis-MA, 24 de março de 2011

Roberval Diniz Serra
Fiscal Federal Agropecuario
Chefe do Serviço de Inspeção e Sanidade Vegetal – SISV/SFA/MA

Antonio José dos Santos
Fiscal Federal Agropecuario
Chefe do Serviço de Inspeção e Saúde Animal – SISA/SFA/MA



CNPJ: 00.396.895/0017-92
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SF/MA
Praça da República, Nº 147 - Diamante
CEP: 65.020-500
São Luís - MA



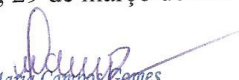
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO MARANHÃO
SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO
SEÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de instruir Processo de Tomada de Contas do exercício 2010 que todos os componentes do Rol de Responsáveis desta Superintendência entregaram Declaração de Bens e Renda, referente ao Ano-Calendário 2009, Exercício 2010, de que trata a Lei nº 8.730/1993.

Por ser verdade, assinamos a presente declaração.

São Luís-MA, 29 de março de 2011.


Rosa Maria Campos Gomes
Seção de Gestão de Pessoas
SGP/SAD/SFA/MA

VISTO

Em 29.03.2011


Rosimar Furtado Serêjo
Seção de Gestão de Pessoas
Chefe/SGP/SAD/SFA/MA



Quadro II

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG:	
SUPERINT.FED.DE AGRIC.,PEC.E ABASTECIMENTO/MA		130069	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) CONTA COM IMPROPRIEDADE: 142900000. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília, DF	Data	31 DE DEZEMBRO DE 2010.
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T – GO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que constam nos assentamentos funcionais dos servidores Alberto Jerônimo Pereira e José Calazans dos Santos, cópias de suas respectivas Declarações de Imposto de Renda, Ano-base 2009 Exercício 2010.

Brasília, 15 de fevereiro de 2011

Carlos Antonio Portuêz de Assunção
Chefe de Divisão da CGAP